UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

FRONTEIRAS TERRESTRES E MARÍTIMAS DO BRASIL:
UM CONTORNO DINÂMICO

Laercio Furquim Junior

Orientadora: Professora Dra. María Mónica Arroyo

São Paulo, 2007

Para Lia e Caetano

AGRADECIMENTOS

Muito se diz que o trabalho acadêmico é um trabalho solitário. Talvez, nos momentos de concentração, na busca por inspiração, seja mesmo. Mas, ele é, sobretudo, solidário. Sem a ajuda, a compreensão, o compartilhamento e a solidariedade de pessoas amigas e familiares, este trabalho seria ainda um projeto.

Milton Santos dizia que o trabalho acadêmico exige muito mais suor, tempo de dedicação e de concentração do que inspiração. Agradeço ao professor e geógrafo por seus ensinamentos, por compartilhar e nos deixar inspirar por seus pensamentos.

Agradeço o companheirismo da Gabriela, a Gabi, sua paciência, solidariedade, a presença constante nos momentos mais difíceis. Conseguimos mais uma! Aos meus filhos, Lia e Caetano, preciosidades que surgiram maravilhosamente na minha vida e tudo resignificaram.

Agradeço imensamente à minha orientadora Mónica Arroyo, da qual apreendi tantas coisas. Sempre rigorosa e invariavelmente cuidadosa, com sabedoria e respeito intelectual, atenta aos meus ritmos, angústias e dúvidas, deu-me liberdade. Sem sua magistral presença e orientação, seria difícil achar o rumo. Obrigado pelo apoio e confiança.

Aos meus pais, por suas incomensuráveis demonstrações de amor, ajuda, compreensão e disponibilidade, sempre prontos a ajudar. À Miriam, também guerreira, sempre disposta a apoiar. Ao Pedro Gonzáles e sua prontidão. Às minhas irmãs, doutoras Tânia e Sheila, por seus empenhos em me incentivar e por seus valiosos e fundamentais apoios logísticos. À Lilian, cuja lembrança e memória são estímulos a continuar.

Ao amigo e mestre Nilo Américo Lima, irmão e grande companheiro de jornadas mil, por mais do que ter lido, criticado o trabalho e sugerido caminhos. Parceiro musical, intelectual, filosófico e geográfico, cujo apoio logístico, conversas, reflexões, discussões não me deixaram desistir. À Renata que, com imensa tranquilidade, se disponibilizou a tentar me entender cartograficamente. Ao Gilberto Rodrigues, o Gil, velho camarada, por, dentre tantas histórias, ter se dedicado ao abstract.

Aos amigos Anderson Kohout, Bruno Simões, André Vilela e Edward que, em diferentes momentos contribuíram com suas idéias, conversas, reflexões e estímulos. Aos velhos amigos, distantes por hora, mas que trilharam este caminho por tantos anos. Antonio Carlos Billy Malachias, Toninho Montes, Juca, Almir Kuba, Luciana Antonini, Lídia Antongiovani, Paulo Scarim e Doraci Zanfolin. Aos companheiros de pesquisa do saudoso Laboplan dos anos 1990, dentre eles Ricardo Castilho, Ricardo Mendes e Adriana Bernardes. À banda Malacquias na Cozinha, momentos inspiradores necessários. Ao Manoel Fernandes, pelas indicações bibliográficas.

Ao pessoal da Editora Sarandi, pela compreensão, apoio logístico e tempo tomado, em especial Aloma, Beto Furquim e Edu. Ao Armando Tambelli, à Alessandra e à Regina Chacur, da Escola da Vila, também por compreenderem a complexidade e a necessidade de finalizar este processo. Aos meus queridos alunos, em especial aos da Escola da Vila, que tanto me estimulam o pensamento.

A todos aqueles que, próximos ou distantes, me estimularam, pelo simples fato de participarem da rede!

ÍNDICE

Índice de Mapas	iii
Índice de Quadros	iv
Índice Tabelas	iv
Índice de Figuras	v
Índice de Foto	v
Resumo	vi
Abstract	vii
 INTRODUÇÃO	 I
CAPÍTULO 1 Temas recorrentes nos estudos das fronteiras brasileiras destacados pela bibliografia especializada	1
1.1 Fronteiras e Limites: conceitos distintos e correlatos	2
1.2 Sistema interestatal: marco para as Fronteiras e origem dos Limites	8
1.3 As fronteiras atuais dos Estados-nação frente aos processos de globalização	11
1.4 Principais características e tipos de fronteiras	16
 CAPÍTULO 2 As fronteiras terrestres do Brasil	 22
2.1 A Gênese das fronteiras terrestres do Brasil	24
2.2 As distintas fases do processo de formação das fronteiras	30
2.2.1 O processo de estabelecimento das fronteiras terrestres do Brasil	33
2.2.2 As Comissões Demarcadoras de Limites	34
2.2.3 Primeira Comissão Demarcadora de Limites – PCDL	40
2.2.3.1 Fronteira Brasil-Departamento Ultramarino Francês da Guiana	41
2.2.3.2 Fronteira Brasil-Suriname	47
2.2.3.3 Fronteira Brasil-Guiana	52
2.2.3.4 Fronteira Brasil-Venezuela	59
2.2.3.5 Fronteira Brasil-Colômbia	68
2.2.3.6 Fronteira Brasil-Peru	75
2.2.4 Fronteiras demarcadas pela Segunda Comissão Demarcadora de	82

Limites (SCDL)	
2.2.4.1 - Fronteira Brasil-Bolívia	83
2.2.4.2 - Fronteira Brasil-Argentina	91
2.2.4.3 - Fronteira Brasil-Paraguai	99
2.2.4.4 - Fronteira Brasil-Uruguai	110
2.3 Tipos e características das fronteiras terrestres brasileiras	119
2.4 Propostas governamentais de caracterização das fronteiras	125
2.4.1 As Faixas de Fronteiras Terrestres do Brasil	126
2.4.2 Programas governamentais brasileiros para a Faixa de fronteira terrestre	134
2.4.3 Programas atuais nas Faixas de Fronteiras Terrestres do Brasil	139
CAPÍTULO 3 FRONTEIRAS MARÍTIMAS	150
3.1 Controle das terras litorâneas: base para definição das fronteiras marítimas	152
3.1.1 As primeiras demarcações do litoral brasileiro	155
3.2 Os limites laterais da fronteira marítima	159
3.2.1 Fronteira lateral marítima entre Brasil e Guiana Francesa	160
3.2.2 - Fronteira lateral marítima entre Brasil e Uruguai	164
3.3 O pós Segunda Guerra Mundial e as novas concepções de fronteira marítima	170
3.3.1 - O estabelecimento internacional das faixas de fronteira marítima	172
3.3.1.1 A Convenção de Genebra	173
3.3.1.2 A Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos do Mar (CNUDM)	175
3.4 A instituição das faixas de fronteiras marítimas no Brasil	180
3.5 A definição das fronteiras e a nova atuação da marinha do Brasil	192
CONSIDERAÇÕES FINAIS	198
BIBLIOGRAFIA	208

ÍNDICE DE MAPAS

Mapa 1 – Brasil: Municípios da faixa de fronteira terrestre, 2007	23
Mapa 2: Mapa das Cortes, 1749	27
Mapa 3 – Horogênese das fronteiras terrestres	39
Mapa 4 – Brasil: municípios limítrofes na fronteira com o Departamento Ultramarino Francês da Guiana, 2007	42
Mapa 5 – Brasil: municípios limítrofes na fronteira com o Suriname	48
Mapa 6 – Brasil: municípios limítrofes na fronteira com a Guiana	53
Mapa 7 – Brasil: municípios limítrofes na fronteira com a Venezuela	60
Mapa 8 – Brasil: Municípios limítrofes na fronteira com a Colômbia	69
Mapa 9 – Brasil: municípios limítrofes na fronteira com o Peru	76
Mapa 10 – Brasil: municípios limítrofes na fronteira com a Bolívia	84
Mapa 11 – Brasil: municípios limítrofes na fronteira com a Argentina	92
Mapa 12 – Brasil: municípios limítrofes na fronteira com o Paraguai	100
Mapa 13 – Brasil: municípios limítrofes na fronteira com o Uruguai	111
Mapa 14 – Faixas e zona de fronteira Brasil/Peru/Bolívia	133
Mapa 15 –Tipologia das interações fronteiriças	142
Mapa 16 – Brasil: Arcos e Sub-regiões da Faixa de fronteira Terrestre	144
Mapa 17 -.Brasil: Faixa de fronteira marítima, zona econômica exclusiva e plataforma continental	151
Mapa 18 – Terra Brasillis, de Lopo Homem, 1519	156
Mapa 19 – Brasil: águas jurisdicionais requeridas	187
Mapa 20 – Brasil: municípios localizados na linha de fronteira e na linha costeira, 2007	197

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 – Atos que criaram as comissões de limites	36
Quadro 2 – Fronteiras terrestres do Brasil	38
Quadro 3 – Fronteira Brasil-Guiana Francesa - principais negociações	43
Quadro 4 – Fronteira Brasil-Suriname - principais negociações	49
Quadro 5 – Fronteira Brasil-Guiana - principais negociações	54
Quadro 6 – Fronteira Brasil-Venezuela - principais negociações	61
Quadro 7 – Fronteira Brasil-Colômbia - principais negociações	70
Quadro 8 – Fronteira Brasil-Peru - principais negociações	77
Quadro 9 – Fronteira Brasil-Bolívia - principais negociações	85
Quadro 10 – Fronteira Brasil-Argentina - principais negociações	93
Quadro 11 – Fronteira Brasil-Paraguai - principais negociações	101
Quadro 12 – Fronteira Brasil-Uruguai - principais negociações	112
Quadro 13 – Marcos regulatórios e delimitação da Faixa de Fronteira	127
Quadro 14 – Faixa de Fronteira na América do Sul	132

ÍNDICE DE TABELA

Tabela 1 – Municípios e população nas Faixas de Fronteira (FF) - por Unidade da Federação	129
---	-----

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1: Imagem de satélite de fronteira entre Brasil e Argentina	121
Figura 2: Fronteira tríplice Brasil/Suriname/Guiana	122
Figura 3: Fronteira artificial entre Brasil e Uruguai	123
Figura 4: Esquema de zona e faixa de fronteira	131
Figura 5: Esquema das linhas na fronteira lateral marítima entre Brasil e Guiana francesa	161
Figura 6: Lateral marítima entre Brasil e a Guiana Francesa	162
Figura 7: Esquema das linhas na fronteira lateral marítima entre o Brasil e o Uruguai	165
Figura 8: Lateral marítima entre o Brasil e o Uruguai	166
Figura 9: Esquema e definição da plataforma continental	190
Figura 10: Brasil: Área de Jurisdição dos Distritos Navais	194

ÍNDICE DE FOTOGRAFIAS

Foto 1: Marco P 1 na fronteira do Brasil com o Uruguai	167
Foto 2: Marco 1 P na foz do arroio Chuí	168
Foto 3: Início da lateral marítima Brasil – Uruguai	168
Foto 4: Patrulhamento da Marinha Brasileira	193

Resumo

As fronteiras não acabaram como foi preconizado apressadamente na década de 1990. Elas se constituem de processos histórica e geograficamente dinâmicos. Os tipos, características e significados de fronteiras e limites se transformam ao longo dos tempos e se manifestam de diferentes formas em cada lugar e período onde ocorrem. Para além das características geográficas básicas, as fronteiras marítimas e terrestres do território brasileiro foram constituídas por diversos e distintos processos. As disputas territoriais seculares, que perpassaram períodos históricos desde os tempos coloniais, culminaram no processo de estabelecimento de fato das fronteiras terrestres brasileiras apenas no século XX. Hoje, já consolidadas, suas novas significações descartam sua função original ligada à expansão territorial, mas mantém uma outra, a de defesa, mesmo que sob novas formas de atuação. Atualmente, se verificam em diversos pontos dessas fronteiras, variados processos de ocupação, de interação internacional e de integração local, regional e nacional. Nas fronteiras marítimas do Brasil, percebe-se simultaneamente a dinâmica expansiva e a ocupação por exploração e por defesa. A origem desse processo se encontra no pós Segunda Guerra Mundial, quando os países costeiros dispararam, a partir de ação unilateral dos Estados Unidos, o processo de territorialização das águas marítimas que encerraram, ou ao menos limitaram a visão dos mares e oceanos inteiramente internacionalizados. Foram instituídas, no âmbito da ONU, faixas de soberania e de direitos de soberania aos países costeiros mar adentro. Seus processos de delimitação se tornaram foco geopolítico mediados por normatizações internacionais, cujas aplicações se encontram, ainda, em processo de estabelecimento. É o caso das fronteiras marítimas do Brasil que, em 2007, conseguiu referendar na ONU parte de suas requisições de expansão de suas águas jurisdicionais onde exerce direitos de soberania.

Palavras-chave: Brasil, território, soberania, fronteira, delimitação.

Abstract

The borderlands haven't disappeared as it was headlessly proclaimed last decade. They are constituted by historic and geographical dynamic processes. Types, characteristics and meanings of borderlands and boundaries are transformed along the time and manifest themselves in different ways every place and moment they occur. Besides the basic geographic characteristics, sea and terrestrial boundaries of Brazilian territory have been constituted by several different processes. The territorial disputes that have been happening over the last centuries, passed by historical periods since colonial times, and culminated in the process of establishment of Brazilian territorial borderlands only during 20th century. Today, already consolidated, its new significations reject its original function linked to territorial expansion, but keep another one, which is the defense, even though under new ways of acting. Nowadays, in several places of these borderlands, different occupation processes of international interaction and local, regional and national integration are verified. In the maritime boundaries of Brazil, it is noticed simultaneously, the expansive dynamics and the occupation by exploration and defense. The origin of this process is found in post-World War II, when coastal countries triggered, from a unilateral act of the United States, the sea waters territorialization process that ended, or at least limited the idea of seas and oceans totally internationalized. It has been instituted, within the ambit of United Nations, ocean belts of sovereignty and rights of coastal countries. Their processes of delimitation have become geopolitical focus mediated by international normative acts, whose applications are still in process of establishment. That is the case of maritime boundaries of Brazil which, in 2007, managed to obtain part of its requests related to expansion of waters under its jurisdiction where the country has rights of sovereignty.

Key-words: Brazil, territory, sovereignty, boundary, delimitation.

INTRODUÇÃO

Na última década do século XX, com o fim da Guerra Fria e o avanço da globalização, cogitou-se que as fronteiras internacionais teriam acabado e os territórios estatais não fariam mais sentido. Neles, a transnacionalização intensa e crescente, interligada a outros fatores, eliminariam as funções de suas fronteiras. Ledo engano. Os avançados estágios de transnacionalização não extinguiram os Estados territoriais e suas fronteiras, mas coadjuvam nas configurações territoriais próprias e inerentes ao atual período. Milton Santos no seu artigo "O retorno do território" (1996 a), afirma que

Antes, era o Estado, afinal, que definia os lugares – de Colbert a Golbery – dois nomes paradigmáticos da subordinação eficaz do Território ao Estado. O Território era a base, o fundamento do Estado-Nação que, ao mesmo tempo o moldava. Hoje, quando vivemos uma dialética do mundo concreto, evoluímos da noção, tornada antiga, de Estado Territorial para a noção pós-moderna de transnacionalização do território. Mas, assim como antes tudo não era, digamos assim, "território estatizado", hoje tudo não é estritamente "transnacionalizado". Mesmo nos lugares onde os vetores da mundialização são mais operantes e eficazes, o território habitado cria novas sinergias e acaba por impor, ao mundo, uma revanche. Seu papel ativo faz-nos pensar no início da História, ainda que nada seja como antes. Daí essa metáfora do retorno (p. 15).

A existência milenar das fronteiras nos mostra que a cada período elas adquirem novos significados. Nos últimos séculos, em seus processos dinâmicos, as fronteiras territoriais vêm se constituindo com uma crescente densidade de acontecimentos materializados por territorialidades e temporalidades diversas. Inúmeras guerras que uniram e separaram territórios, tratados de delimitação de fronteiras, processos de colonização e independência, revoluções sociais e revoluções científicas atravessaram esses séculos. Os conflituosos processos de definição de fronteiras dos territórios coloniais e de independências na América nos séculos XVIII e XIX e na África e Ásia no século XX, são marcas das profundas alterações do

sistema interestatal inaugurado em 1648, com o Tratado de Westphalia. Nesses intensos processos de transformação do mundo, da técnica e da política, o Brasil tornou-se um país independente, conformou seu território e instituiu suas fronteiras.

Ao longo dos diferentes períodos que caracterizaram os últimos séculos, as disputas territoriais extra e inter-continentais produziram uma densidade normativa que legitimou os processos históricos em que se configuraram os estados territoriais no sistema interestatal. Isso faz das fronteiras uma instância territorial fundamental e inerente a este sistema. Sua força reside no fato de serem o resultado da instalação de normas como fruto do processo histórico de formação dos territórios estatais¹.

Ao contrário dos discursos que preconizam o fim das fronteiras, os Estados-nação permanecem, e junto com eles o território dos Estados e, conseqüentemente, suas fronteiras. Mas aí nos cabe perguntar: como permanecem? Ao contrário de terem acabado, com a transformação do mundo, as fronteiras hoje possuem novos significados. O território e suas fronteiras se mostram cada vez mais vivos e dinâmicos. No Brasil, as fronteiras adquirem intensa densidade normativa, técnica, política justamente no ápice da internacionalização de seu território. Mas, no caso brasileiro, a existência de fronteiras terrestres e marítimas em longa extensão faz com que consideremos todas as diferenças geográficas e históricas que incidiram sobre suas formações e que ainda hoje refletem suas especificidades.

As fronteiras terrestres e marítimas do Brasil foram constituídas por processos bastante diferenciados, a princípio por suas características geográficas básicas, mas também por processos espaço-temporais próprios da configuração territorial brasileira. Desde a época colonial, as disputas pelas rotas marítimas tinham como foco a conquista e o domínio do território continental e a apropriação de seus

¹ É interessante nesta perspectiva, consultar o livro de Ricardo Mendes (2002), que remete às origens do Direito Internacional.

recursos naturais. Assim, o processo de ocupação se deu, primeiramente, nas suas porções orientais. Paulatinamente, as frentes de povoamento em sentido ao leste e as políticas de ocupação, interiorização e integração territorial foram intensificando a densidade populacional, técnica, política, normativa e territorial nas porções ao oeste. As políticas coloniais, depois imperiais e, mais tarde, republicanas, culminaram na delimitação das fronteiras terrestres. Nelas, atualmente, embora em diversos pontos ainda se caracterizem as classicamente denominadas fronteiras “mortas”, em muitos outros ocorrem intensos processos de interação transfronteiriça.

As fronteiras marítimas brasileiras só começaram a ser delimitadas a partir do início do processo de “territorialização do espaço marítimo”², no final da Segunda Guerra Mundial. Enquanto os processos de constituição e de delimitação das fronteiras terrestres se desenvolveram desde os tempos coloniais até a república, as fronteiras marítimas adquiriram normatizações internacionais apenas a partir da segunda metade do século XX.

Em diversos momentos, as fronteiras terrestres brasileiras foram caracterizadas por investidas expansivas, pelo seu papel de defesa territorial, por diferentes tipos de povoamento, por controles estratégicos de rotas de circulação, por exploração e domínio de recursos naturais, temas importantes da geografia política clássica. Atualmente, novas tipologias e topologias incorporam e resignificam tais características e atribuem outras às diferentes regiões fronteiriças do Brasil. Propostas de integração e interação transfronteiriças são temas integrantes da pauta interministerial de políticas territoriais voltadas às fronteiras terrestres.

Nas fronteiras marítimas, as faixas de fronteira instituídas nas últimas décadas ainda são tema de discussões e de requisições de ampliação no âmbito da

² Ver livro “O ambiente marinho sob a perspectiva do Espaço e do Lugar”, de Gilberto Mitchell (2000).

das Nações Unidas (ONU). Com vistas a esta ampliação, no Brasil foram instituídas, no final da década de 1980, uma Comissão Interministerial e um corpo técnico especializado em pesquisas sobre a plataforma continental do território brasileiro.

Enquanto nas fronteiras terrestres as questões de limites tendem a ser resolvidas, a priori, bilateralmente, nas fronteiras marítimas tais questionamentos são, desde a primeira instância, tratados no âmbito das Convenções Internacionais e decididos pela ONU. Esta é uma das características típicas e das diferenças fundamentais dos dois tipos de fronteira.

À luz destas transformações, este trabalho busca estudar e compreender os principais processos constituintes e os significados históricos e geográficos das fronteiras do território brasileiro. Neste sentido, procuramos verificar as políticas territoriais voltadas às questões fronteiriças disparadas pelo Estado e a possível existência de diferentes estágios de consolidação das fronteiras terrestres e marítimas do Brasil.

Sendo assim, esta dissertação está dividida em três capítulos. No primeiro, abordamos os temas recorrentes nos estudos de fronteira destacados pela bibliografia especializada. Neste capítulo, são tratadas as distinções e correlações intrínsecas aos conceitos de limite e de fronteira e alguns dos principais autores que refletem sobre o tema. Também abordamos a formação do sistema interestatal como um marco para as fronteiras e origem dos limites, além das fronteiras dos Estados-nação frente aos processos de globalização e as principais abordagens teóricas e classificações das características e tipos de fronteira.

No capítulo 2, dedicado às fronteiras terrestres do Brasil, são enfocados processos que buscam interligar as suas gêneses com suas distintas fases de estabelecimento de fato, ou seja a delimitação, a demarcação e a densificação. Para isso, destacamos a estrutura técnica e política das Comissões Demarcadoras de

Limites do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, assim como os distintos processos políticos e diplomáticos que envolveram a formação e a consolidação das fronteiras terrestres do Brasil com cada país fronteiriço. Nos itens dedicados a isso, levantamos alguns fatos relevantes dos processos de formação e independência dos países vizinhos, assim como os principais tratados e negociações que envolveram o estabelecimento de fato das fronteiras terrestres do Brasil. Esse procedimento foi importante para evidenciar a densidade de acontecimentos que materializaram distintas territorialidades e temporalidades constituintes do território brasileiro em suas porções fronteiriças com os vizinhos sul-americanos. Finalizando o capítulo, abordamos as novas características e tipologias das fronteiras e os novos programas governamentais voltados às regiões das fronteiras terrestres.

O último capítulo versa sobre as fronteiras marítimas do Brasil. Na sua primeira parte, evidenciamos as intrínsecas relações dos processos da formação sócio-espacial brasileira com a utilização do mar e as primeiras demarcações do litoral brasileiro. Assim, merecem destaque as técnicas que determinaram as demarcações das fronteiras laterais marítimas do Brasil com a Guiana Francesa e com o Uruguai e suas orientações geopolíticas que culminaram na atual delimitação das águas jurisdicionais brasileiras naquelas áreas. Com o intuito de entender as funções das faixas de fronteira marítima do Brasil, isto é, onde o país possui soberania e onde exerce direitos de soberania, dedicamos as duas últimas partes a discorrer sobre as Convenções de Genebra e de Montego Bay e as normatizações que instituem as faixas de fronteira marítima no Brasil. Um fato relevante é a recente conquista de mais 712 mil quilômetros quadrados de águas jurisdicionais, onde o Brasil exerce direitos de soberania. Talvez isso evidencie o processo brasileiro de territorialização do espaço marítimo.

Para finalizar, é importante ressaltar que este tema é amplo e possui longa data de discussão teórica e prática. Muitos autores trabalham com o tema e são referências no assunto em termos teóricos e nos estudos de caso das fronteiras brasileiras. Contudo, como numa dissertação é impossível esgotar as referências bibliográficas, foi necessário estabelecer um recorte que, inevitavelmente, limita a amplitude do conhecimento produzido em relação a esta temática. Ainda assim, muitos autores e trabalhos importantes que não aparecem diretamente destacados na bibliografia, foram de vital importância como referência teórica e de dados concretos para a reflexão mais ampliada que permitiram a finalização desta dissertação. Desta forma, gostaria de agradecer e destacar a importância dos trabalhos e autores, para citar apenas os brasileiros, que se dedicam ao tema, como André Martin, Adriana Dorfman, Ricardo Nogueira, Tito Carlos Machado de Oliveira, Tânia Marques Strohaecker, Anelise Damiani, Neiva Otero Schäffer, Nely Blauth, Viviane Saad Dutra, Iára Regina Castelo, Mirian Regina Koch, Naia Oliveira, Rosa Moura, Arno Carlos Lehen, Ricardo Mendes Antas Junior e Manoel Fernandes, dentre muitos outros não menos importantes.

1 Temas recorrentes nos estudos das fronteiras brasileiras destacados pela bibliografia especializada

É recorrente, nos estudos que tratam de se debruçar sobre as problemáticas que envolvem os processos de conformação e consolidação das fronteiras do território brasileiro, um resgate de alguns temas centrais da evolução e transformação dos significados dos conceitos de fronteira ao longo dos tempos, não só do Brasil.

1.1 Fronteiras e Limites: conceitos distintos e correlatos

Um dos caminhos mais recorrentes nos estudos sobre fronteira é iniciá-lo tratando logo de estabelecer as profundas inter-relações entre fronteira e limite, como também demonstrar a importância de diferenciá-los geneticamente, embora nem todas as definições encontrem afinidade e coerência. Em meados do século XX, Hélio Viana³, em seu livro “A História das Fronteiras do Brasil” (1948), já apontava para essa necessidade ao afirmar que

...a rigor não devem ser confundidas as fronteiras com os limites: aquelas estão ligadas à idéia de região; estes lembram imediatamente uma linha onde começa a soberania de um país e termina a de outro, estes à luz do Direito Internacional, têm uma representação física, geográfica, concreta, que se define por uma linha natural ou artificial, intelectual, traçada entre duas nações de comum acordo. Assim, enquanto que a concepção de limite é meramente do domínio físico, geográfico, como uma linha de separação que é, a concepção de fronteira paira num ambiente mais elevado: político, étnico, econômico, certamente ligado às condições climáticas e geográficas. (p. 12-13).

³ Hélio Viana, professor e conferencista de Geografia e História da Escola de Estado Maior do Exército Brasileiro.

Já para o britânico A. E. Moodie⁴, “a ‘fronteira’ se distingue do ‘limite’ precisamente porque a primeira é ‘natural’ e remete, portanto, à geografia, enquanto a segunda é artificial e remete diretamente ao Estado.

Autor importante nos assuntos referentes à geografia política, o geógrafo francês Claude Raffestin (1993) corrobora com o destaque dado pela bibliografia referente às questões de limites e fronteiras que apontam para a necessidade de considerar as variações de seus significados no decorrer da História. Com isso o autor aponta a força inerente aos conceitos de fronteira e limite que, apesar sofrerem alteração em seus significados a cada período, não demonstram sinais de desaparecerem. Ao contrário, os indícios são de longevidade que Raffestin atribui ao caráter sistemático ao qual os limites, por exemplo, se constituem.

O limite é um sinal ou, mais exatamente, um sistema sêmico utilizado pelas coletividades para marcar o território: o da ação imediata ou da ação diferenciada. Toda propriedade ou apropriação é marcada por limites visíveis ou não, assinalados no próprio território ou numa representação do território: plano cadastral ou carta topográfica. Toda função é também marcada por limites frouxos ou rígidos que determinam sua área de extensão ou de ação. Nesse caso, os limites estão em estreitas relações com o trabalho, portanto, com o poder. Limites de propriedade e limites funcionais podem coincidir, superpondo-se, ou, ao contrário, se recortarem. Mas vê-se logo que, na qualidade de sistema sêmico, os limites são utilizados para manifestar os modos de produção, isto é, para torná-los espetaculares. O limite cristalizado se torna então ideológico, pois justifica territorialmente as relações de poder (p. 165).

Henri Laborit⁵ estabelece uma relação profunda e complexa entre limite e a constituição do cérebro humano. Considera que a noção de propriedade, de classe ou de pátria está intimamente ligada não somente a princípios éticos da natureza humana, mas muito além disso, da “...natureza réptil que carregamos sempre em nós...” e que “...esse cérebro primitivo seria ‘responsável’ pelo estabelecimento do território.”.

⁴ Citado por André Martin no livro “Fronteiras e Nações”.

⁵ Citado por Claude Raffestin “Por uma Geografia do Poder”.

Raffestin (1993) afirma que haveria, portanto, um “sistema inculcado de limites” que se revela nas formas de organização em cada território.

O limite, a fronteira a fortiori, seria assim a expressão de uma interface biossocial, que não escapa à historicidade e que pode, por consequência, ser modificada ou até mesmo ultrapassada. De fato, desde que o homem surgiu, as noções de limites e de fronteiras evoluíram consideravelmente, sem no entanto, nunca desaparecerem (p. 165).

Mas, Raffesttin também ressalta que limite é muito mais que um traço, uma representação física. No significado de limite há a incorporação de um conteúdo existencial de ampla dimensão. Para ele

Diariamente, em todas as fases de nossa existência, somos confrontados com a noção de limite: traçamos limites ou esbarramos em limites. Entrar em relação com os seres e as coisas é traçar limites ou se chocar com limites. Toda relação depende de delimitação de um campo, no interior do qual ela se origina, se realiza e se esgota (p. 164).

Trilhando numa linha existencial e política cuja matriz geográfica aflora a todo instante, Zilá Mesquita busca orientar a discussão sobre limites e fronteiras internos não somente referentes à divisão político-administrativa territorial, mas aos inerentes à estruturação das sociedades de classes e suas desigualdades em cada lugar do território. Ela abre o artigo intitulado “Procura-se o coração dos limites” (1994) valendo-se de uma epígrafe com dizeres de Goethe na qual destacam-se os versos: “Quando vós estudais a natureza, é necessário estudar o detalhe e o conjunto. Nada está dentro, nada está fora. O que está dentro, está também fora” (p. 69). As idéias de “dentro” e “fora” de Goethe, questionam as definições clássicas de limites e fronteiras, como aquilo que separa, que põe fim, restringe, limita contatos entre nações, entre Estados Territoriais e entre populações de países vizinhos que co-habitam regiões fronteiriças.

Zilá Mesquita segue seu artigo direcionando o foco para discutir fronteiras outras que não as disputas no *front*, nas beiras dos territórios. Mas é no *front* diário

do cotidiano que se repetem mecanismos de manutenção histórica das fronteiras sociais em todo o território, inclusive nas regiões de fronteira. Arriscamos a dizer aqui que essa é uma característica verificada ao longo da formação territorial do Brasil que, mesmo tendo passado por transformações, é uma marca que acompanha todo o processo de formação sócioespacial⁶, ou seja, das características espaciais, históricas e dialéticas que envolveram todo o processo de formação social em suas genéticas inter-relações e interdependências com a constituição e configuração do território brasileiro.

Mas, para contextualizar sua reflexão voltada ao território brasileiro na virada do século XX para XXI, a autora parte das definições de Peter Taylor para em seguida agregar novos elementos à discussão. Para ele o significado de fronteira teria suas origens enraizadas no termo *in front*, no sentido de “ponta de lança da civilização”. O conceito de limite ligar-se-ia à função de *bounds* ou *boundaries* que conotam à noção de fim, implicando os limites territoriais.

A raiz etimológica do conceito de fronteira – *front* – refere-se àquilo que está à frente, sugerindo a necessidade de estabelecimento de uma área de segurança interna, que amortença lentamente o impacto e a inserção indevida que firam os princípios da soberania. Antes de tudo, indica a separação de territórios. O limite, que mostra até onde podem chegar os domínios internos de um território, se volta para dentro deste – que tem na área de fronteira uma tensão provocada pela oposição –, pondo-se à frente, sendo o contato entre territórios, ou entre soberanias.

Mas, como já apontado anteriormente, é comum e recorrente nos diversos autores que se debruçam sobre o tema, ressaltar que as fronteiras e limites adquirem novos significados ao longo da história. Guardando características

⁶ O conceito de formação sócioespacial é extremamente importante na obra do geógrafo e professor Milton Santos. Aqui não foi o propósito desenvolvê-lo, mas demonstrar sua eficaz e ampla abrangência no sentido de dar conta das múltiplas e dialéticas situações histórico-geográficas que envolvem das questões físicas às existenciais, às políticas no processo de formação territorial.

genéticas, fronteiras e limites estão, desde o princípio até os dias atuais, intrinsecamente correlacionados aos de território, sobretudo aos recortes cada vez menos flexivelmente cabíveis aos Estados Territoriais. Se suas evoluções foram permeadas de novas significações, significados e significantes, tais conceitos não deixaram de carregar consigo características “genéticas”, mesmo considerando-se o caráter geográfico-histórico de cada período. Segundo Milton Santos um período é identificado como

um conjunto de marcas bem precisas deixadas na paisagem dos objetos típicos de cada momento e, também, por comportamentos sociais tornados coerentes e repetitivos mediante formas sistêmicas de organização e controle. Tais elementos são essenciais ao entendimento do território e de sua evolução.⁷

Milton Santos (1994, 1996 b) considera que a Segunda Guerra Mundial inaugura um novo período denominado técnico-científico-informacional, no qual se desenvolve o meio técnico-científico-informacional. O final da Segunda Guerra Mundial também é um marco a que se referem às concepções de Guichenot e Raffestin (1974)⁸. Eles agregaram novos significados aos conceitos de *boundary* e *frontier* típicos do contexto europeu de grandes transformações geográfico-políticas desde o final da segunda Guerra Mundial. Os autores franceses afirmam que não mais faziam sentido os significados imperialistas atribuídos às fronteiras e aos limites, sobretudo em função da força integradora das políticas econômicas européias. Assim, ao conceito de *boundary* atribuíram “a noção de ‘zona fronteiriça’, pouco rígida, a de ‘unificante’, ‘integradora’ “. Quanto ao conceito de *frontier* atribuíram as noções de “separadora e disjuntora”.

Wanderley Messias da Costa (1992) também reforça as transformações históricas dos sentidos e noções de fronteira e limite. Aponta que no início do século XX Camille Vallaux e Jacques Ancel rechaçaram alguns conceitos clássicos da

⁷ No texto “História do Território Brasileiro no século XX, com ~ênfase no período atual” (mimeo).

⁸ Citado por Wanderley Messias da Costa no livro “Geografia Política”.

geografia política como o de “fronteira natural” ou “fronteira movente”, ou flexíveis. Por outro lado, também cita a partir de Fawcett a idéia de distinguir a fronteira como *zona* da fronteira como *limite*. Isso acabou por consagrar a consideração de faixas e zonas ao se discutir as fronteiras internacionais. Tal proposição de Fawcett possibilitou a corroboração ao significado de Ancel para a fronteira segundo o qual ela, por ser uma região do território, se constitui como “isóbara política” (1991: p. 292).

A concepção que atribui aos limites a função de promover a estabilidade territorial, enquanto das fronteiras a evidência de seus propósitos e características móveis foi tanto aceita quanto rebatida. Mas, nessa relação aparentemente contraditória, a fixidez imperativa dos limites versus a fluidez genética das fronteiras, ocorrem constituições territoriais com tensão própria e genuína nas regiões transfronteiriças.

O limite que é indicado como elemento crucial de separação, de mudança de conjuntos jurídicos também tem em sua gênese a componente constituinte da fluidez. Citando Friedrich Kratochwil, Lia Osório Machado (1989) nos lembra que juridicamente, à época do Império Romano, o limite era um atributo da esfera privada, relativo ao direito de propriedade.

Habilmente a noção de limite de propriedade foi incorporada pelos idealizadores do Tratado de Madrid de 1750, que deslocaram a noção de *uti possidetis* do campo do direito privado de propriedade para o campo do direito público a fim de solucionar as questões relacionadas à expansão das fronteiras de povoamento.

O *ager publicus* ou domínio público não tinha limites; terminava em algum lugar, mas o fim não era especificado por nenhuma linha legalmente relevante (a expressão usada era *fines esse*). Por conseguinte, o limite era essencialmente uma *zona fluida* onde tribos tributárias e legiões romanas com seus recrutas bárbaros eram usadas para garantir a paz. Foi precisamente na esfera privada legal consubstanciada no Direito Civil

romano que os idealizadores do Tratado de Madrid (1750) foram buscar, nos capítulos consagrados ao direito da propriedade e posse sobre as terras, a noção de *uti possidetis*, deslocando-o para o campo do Direito Público, de modo a resolver a questão das fronteiras de povoamento (Machado 2005, p. 253 apud Machado, 1989).

As variadas concepções e atribuições de significados históricos acerca de fronteiras e limites permitem à Lia Osório Machado (2005), corroborar com a necessidade de se rever os significados de fronteira e limite a cada transformação histórica que signifique mudança de período. Segundo a autora

(...) caracterizar as noções de fronteira e limite no contexto da teoria do estado moderno é difícil não só graças à evolução da forma de organização do Estado como porque tais noções foram sendo empregadas com uma variedade de sentidos no tempo” (p. 245).

Segundo ela a organização do Estado moderno atribui relações intrínsecas entre fronteiras e limites com o poder territorializado. A instituição do sistema interestatal moderno e o surgimento do Estado Territorial representam um momento crucial para o entendimento do processo constituinte das fronteiras e dos limites atuais.

1.2 Sistema interestatal: marco para as Fronteiras e origem dos Limites

Embora a noção de fronteira tenha antecedentes milenares, portanto anteriores à formação dos Estados modernos, suas determinações foram se estabelecendo ao mesmo tempo das complexas relações que envolveram a formação e a instituição do sistema interestatal. Enquanto a gênese da noção de fronteira remete ao Império Romano e ao Império Chinês, a noção de limite passa a ter registro consistente a partir da definição do sistema interestatal.

Lia Osório Machado (2005) afirma que a “literatura considera o Império Romano e o Império Chinês como casos paradigmáticos na investigação das origens

da concepção de fronteira e da evolução de seu significado no tempo” (p. 252). Também afirma a autora que os romanos não tinham interesse em estabelecer limites para seus domínios. Suas fronteiras – chamadas *limes* – eram um sistema defensivo contra ataques bárbaros. Os caminhos ao largo das propriedades, atributos dessas fronteiras, foram adquirindo novas configurações e as *limes* passaram a ter conotações cada vez mais militares. Com a construção de estradas militarizadas em sua substituição, logo os caminhos se transformaram em zonas de fronteiras. As *limes* romanas se aproximariam mais dos significados atuais de fronteiras do que dos limites, pois elas se configuravam como lugares transitórios de defesa da então ilimitada expansão do Império Romano. Contudo, os séculos vindouros anunciaram não só os limites expansivos ao Império como presenciaram sua queda e períodos de intensa transformação e conflitos territoriais na Europa, o que necessariamente encarrega às fronteiras limites territoriais mais rígidos.

O Tratado de Westphalia, de 1648, que dá início ao sistema interestatal moderno, surge como proposta de por fim a um conflituoso contexto de enfrentamentos entre Estados imperiais, e que levou à saída da Igreja de sua função suprema e soberana. Um contexto caracterizado por intensas disputas em busca de ampliação de territórios europeus e soberania, que por sinal não ocorriam apenas na Europa. Com o sistema proposto pelo Tratado a soberania de cada Estado só seria possível com uma base territorial cujos limites passariam a ser extremamente necessários e, portanto, urgiam de ser estabelecidas de fato as fronteiras interestatais. As novas ordens postas pelo novo sistema foram rebatidas, evidentemente, sobre as terras daquela que veio a ser chamada América Latina.

Com a organização do sistema interestatal, a imprecisão relativa à definição de fronteiras dos antigos reinos deu lugar à necessidade cada vez maior de se definirem claramente os lugares onde se deveriam marcar em terra as linhas divisórias

propostas nos mapas. Contudo, a definição de fronteira nesse sistema se configurou num longo processo. Nesse sentido, o caso das fronteiras terrestres do Brasil é exemplar.

Durante esse processo, duas características que estão na gênese do significado de fronteira se manifestavam de formas e intensidades diferentes: a tendência territorial expansiva e a estratégia de povoamento em áreas de fronteira que dessem garantias de defesa às áreas conquistadas e sustentação a esses projetos de expansão territorial.

Segundo Lia Osório Machado (2005), a "...expansão de povos ou sistemas sobre o território adjacente, compreendendo, inicialmente, operações de guerra e controle militar [e a] consolidação do processo de apropriação desses territórios através da colonização das terras conquistadas, fazendo uso do expediente de distribuição de terras entre a população vencedora..." (p. 253) são dois elementos essenciais ligados aos processos dos quais emerge a noção de fronteira.

Desde sua acepção de proteção aos avanços territoriais dos antigos impérios até a manifestação jurídica de identificação de áreas próximas aos limites internacionais do atual sistema interestatal os atributos de expansão e povoamento se fazem presentes, mesmo tendo características e significados distintos de outrora. As atuais zonas de fronteira, também caracterizadas por Haesbaert (2005) como regiões, reverberam tais atributos incorporados de novas significações presentes em suas características de interação, de integração e de apropriação do espaço nas fronteiras entre territórios.

Se hoje há que se admitir que os movimentos de expansão territorial de base estatal não mais se verificam nas áreas de fronteira como nos períodos imperiais e de colonização, a ocupação continua acontecendo nos dias atuais, guardadas as

proporções e atualizados aos processos contemporâneos. Os processos de instituição dos Estados Territoriais disparados pelo Tratado de Westphalia, e a forma como foram constituídos na América do Sul proporcionaram ao longo do século XX e início do XXI uma ocupação expansionista, mesmo que com ritmo, intensidade e densidade distintos e desiguais em diversas de suas regiões transfronteiriças.

1. 3 As fronteiras atuais dos Estados-nação frente aos processos de globalização

Para os colonizadores europeus, durante o período colonial, os limites de um Estado eram os limites do reino. Como os limites dos reinos eram temporários, seus limites eram indeterminados. Foi como necessidade posta pela instauração do sistema interestatal moderno que surgiram os limites internacionais. Urgia que se delimitassem juridicamente os territórios e seus alcances normativos.

É nos séculos XVIII e XIX que o conceito de soberania foi formalmente traduzido na concepção de *território* do Estado como espaço delimitado e policiado pela administração soberana. Os Estados se tornam formas territoriais de organização política. As coletividades ou 'povos' deveriam ser diferenciados em espaços territoriais fixos e mutuamente excludentes, de dominação legítima. (Lia Osório Machado, 2005, p. 245)

Será ainda eficaz e real tal assertiva? As transformações históricas a que os territórios passaram no século XX, principalmente a partir da última década do milênio passado, levaram a multiplicarem-se as afirmações acerca das novas características do mundo pós Segunda Guerra Mundial, focadas no pós Guerra Fria, momento genérica e imprecisamente indicado como marco do atual período denominado globalização. Otávio Ianni (1995) indica diversas afirmações metafóricas acerca daquelas que seriam suas características centrais. Cita algumas

correlatas como “fim da geografia”, “mundo sem fronteiras” e “desterritorialização” (p. 15 e 16).

Para Milton Santos (2002)⁹ afirmações como essas, para além de metáforas, explicitam faces de ação e pensamento hegemônicos de firmas e Estados que buscam formas de se materializarem para além de seus países a partir do controle de áreas em mais territórios em que for possível. Ao contrário das metáforas, na globalização o território e, conseqüentemente, as fronteiras, adquirem valores outros, típicos de seu momento histórico. Elas não desaparecem, a elas se anexaram novos significados.

Com a globalização, o território fica ainda mais importante, ainda que a propaganda insidiosa teime em declarar que as fronteiras entre Estados já não funcionam e que tudo, ou quase tudo, se desterritorializa. Na verdade, se o mundo tornou-se possível, com as técnicas contemporâneas, multiplicar a produtividade, somente o fez porque os lugares, conhecidos em sua realidade material e política, distinguem-se exatamente pela diferente capacidade de oferecer às empresas uma produtividade maior ou menor (SANTOS, 2002: p. 88).

Para o autor, as normas territoriais e as densidades técnicas de cada lugar são atributos de peso fundamental na escolha das empresas na procura global de países que possam ceder-lhes áreas de território. Vivemos num período em que se verifica não o fim da geografia, das fronteiras ou mesmo a desterritorialização, mas novos e incômodos controles de mecanismos de regulações territoriais.

Não é simples metáfora dizer, a partir desse raciocínio, que está havendo uma entrega acelerada do território, já que o modelo econômico consagrado recusa ao país as ferramentas da sua regulação, pondo-as em mãos outras (geralmente estrangeiras), cujos projetos e objetivos podem ser inteiramente estranhos ou adversos ao interesse nacional. É desse modo que áreas inteiras permanecem nominalmente no território, fazendo parte do mapa do país, mas são retiradas do controle soberano da nação. (SANTOS, 2002: p. 89)

⁹ “Guerra dos Lugares”, in “O País Distorcido”. São Paulo: Publifolha, 2002.

Octavio Ianni (1995) junto a autores que priorizam os aspectos econômicos em âmbito geográfico e histórico, como Immanuel Wallerstein e Fernand Braudel, reflete a problemática sob a ótica das novas “relações, processos e estruturas de dominação política e apropriação econômica em âmbito global, atravessando territórios, fronteiras, nações e nacionalidades” (p. 34). A partir da aproximação de conceitos distintos como “sistema mundo”, “sistema mundial”, “economia mundo” e “economias mundo”, articulá-los em reforço à necessidade de reafirmação do conceito de Estado-nação como base para o funcionamento do atual sistema globalizante. Nele viveríamos numa economia-mundo de alcance global em que diversas e desiguais economias-mundo se articulam com a base territorial dos Estados-nação soberanos.

De Braudel, Ianni incorpora a noção de “longa duração” e suas dinâmicas e diversidades de tempos e espaços que revelam estruturas coerentes e organizadas. Algumas têm vida longa e outras estão mais “prontas a esfacelar”. Mas todas são, ao mesmo tempo, “sustentáculos e obstáculos” (p. 30). São obstáculos, afirma Braudel¹⁰, pois

Assinalam-se como limites (envolventes, no sentido matemático) dos quais o homem e suas experiências não podem libertar-se. Pensai na dificuldade em quebrar certos quadros geográficos, certas realidades biológicas, certos limites da produtividade, até mesmo estas ou aquelas coerções espirituais: os quadros mentais também são prisões de longa duração.

De Wallerstein, Ianni busca a economia mundo como sendo aquela “com base no que ele próprio denomina ‘capitalismo histórico’, o que Marx havia denominado simplesmente ‘capitalismo’ ou ‘modo capitalista de produção’ e o que Weber denominara “capitalismo moderno””.

¹⁰ apud IANNI, p. 30

Na história moderna, as reais fronteiras dominantes da economia-mundo capitalista expandiram-se intensamente desde as suas origens no século XVI, de tal maneira que hoje elas cobrem toda a Terra... Uma economia-mundo é constituída por uma rede de processos produtivos interligados que podemos denominar "cadeias de mercadorias", de tal forma que, para qualquer processo de produção na cadeia, há certo número de vínculos para adiante e para trás, dos quais o processo em causa e as pessoas nele envolvidas dependem... Nesta cadeia de mercadorias, articulada por laços que se cruzam, a produção está baseada no princípio da maximização da acumulação do capital. (p. 31-32).

Ianni, considera que "a economia-mundo capitalista está permeada de economias mundo menores e regionais, organizados em moldes coloniais, imperialistas, geoeconômicos e geopolíticos" (p. 32). A partir das interfaces dos diferentes períodos de longa duração e as sobreposições das economias mundo, Ianni infere que o

"...capitalismo, enquanto modo de produção e processo civilizatório, cria e recria o Estado-nação, assim como o princípio da soberania que define a sua essência. Ainda que esta entidade, isto é, o Estado-nação soberano, permaneça, ou mesmo se recrie, está mudando de figura, no âmbito das configurações e movimentos da sociedade global" (p. 34). O autor afirma que Braudel e Wallerstein

...reconhecem que a sociedade nacional não é capaz de conter as forças da economia, política, geografia, geoeconomia, geopolítica, da história, demografia, cultura, mercado, negócios, etc. Reconhecem que as fronteiras são contínua ou periodicamente rompidas, refeitas, ultrapassadas ou dissolvidas. Sabem que a nação é um fator histórico e geográfico, um processo que se cria e recria continuamente. Mas priorizam o ponto de vista nacional, o emblema Estado-nação, como universo empírico e teórico. (p. 38)

No mesmo capítulo do livro "Teorias da Globalização", Otávio Ianni afirma que Samir Amin e André Gunder Frank também atribuem ao Estado-nação o papel da resistência às transformações históricas. Especulam, ainda, que as intensidades das transformações atuais não teriam a força brutal de uma ruptura histórica tão veemente que não se sabe se o Estado-nação declinaria como base do sistema

interestatal. Para os autores, na pior das hipóteses, com forte alteração em seus significados, o Estado-nação continuaria vigente.

Segundo André Martin (1992), nos Estados-nações as fronteiras aparecem como suas molduras e seu estabelecimento e transformações são manifestações do que ocorre no interior das sociedades, além das questões inerentes às relações de vizinhança. Elas são bastante elásticas e mutáveis, podem variar entre relações de amizade que tendem à integração, que podem levar a tipos de alianças regionais, como podem constituir situações de hostilidade. Essas situações podem cambiar e devem ser analisadas a cada situação e período histórico.

Mas, se o Estado-nação resiste às transformações históricas no capitalismo, pode-se afirmar que o território também. Nos territórios, verifica-se hoje intensos e desiguais fluxos de capitais, de mercadorias, de informações, de pessoas, controlados por diversas empresas e viabilizados pela maioria dos Estados. A garantia de usufruto do desenvolvimento tecnológico depende das atuais relações entre os Estados, das relações internacionais do atual sistema interestatal, cujos governos atuam como “agenciadores” territoriais, e as empresas, sobretudo privadas, como “gerenciadores” do território.

Quando surgiu o Estado-nação na Europa, os territórios já haviam passado por diferentes fases e disputas e apresentavam uma forma avançada de organização. Na América do Sul, os países colonizados, ao se tornarem independentes, instituíram um Estado-nação cuja nação não representa efetivamente as formas de ordenação da sociedade. Em países como o Brasil, essa estrutura foi erigida com a imposição de regras de funcionamento a uma população carente de organização territorial e que não se via representada nacionalmente.

Com a instituição do Estado-nação e as necessidades de expansão, domínio e unificação nacional, surge, também a necessidade de definição de fronteiras que delimitem as áreas territoriais em que cada Estado se imporá. Isso exige o reconhecimento internacional dos demais Estados, o que nem sempre ocorreu de maneira pacífica. Os processos de expansão territorial também estão fortemente vinculados à procura e posse de recursos naturais necessários ao desenvolvimento técnico dos países industrializados.

As relações conflituosas entre Estado-nação e Território no século XIX geraram as condições para o advento das duas grandes guerras mundiais no século XX e estão na base de entendimento dos atuais conflitos existentes em todas as regiões do planeta.

1.4 Principais características e tipos de fronteiras

Hélio Viana (1948), já foi citado anteriormente para indicar que os tipos de fronteiras derivam inicialmente de duas ordens: as marítimas e as terrestres, sendo que nas últimas são encontradas as maiores variedades de tipos de fronteiras. No entanto, lembrando Ratzel, Viana afirma que para o geógrafo alemão a fronteira marítima era a única que poderia ser considerada natural, por significar o obstáculo com maior dificuldade de ser transposto. Viana afirma, porém, que após a Segunda Guerra Mundial tal afirmação se tornou obsoleta. Mais uma vez a Segunda Guerra Mundial aparece como divisor de águas no processo de significação, mas também de identificação das características das fronteiras.

Para André Martin (1992) as principais características e tipos de fronteiras derivam de três clássicas correntes de pensamento sobre fronteiras que se interpenetram. A corrente determinista é ligada a *geopolitik* alemã e se filia à tese da

fronteira linear ao invés da natural. Para Haushofer, as fronteiras, sendo lineares, por terem caráter descartável poderiam mais facilmente ser riscadas e deslocadas do mapa. O sentido de fronteira estaria intrinsecamente ligado à noção de espaço vital.

Outra corrente associa-se ao historicismo francês, "...que mesmo considerando as fronteiras como construções artificiais, procura seu caráter concreto." (Martin, 1992, p. 56). A terceira é ligada ao pragmatismo e expansionismo anglo-saxão, pois defende as fronteiras lineares considerando-as como espaço próprio de atrito, mas como uma distância a ser superada.

Há, também, uma discussão teórica e metodológica sobre a fronteira, que envolve os métodos dialético e analítico. André Martin (1992) afirma que na vertente analítica, isola-se, decompõe-se e classifica-se o fenômeno a partir de suas partes mais significativas. A dialética indica a necessidade de se considerar superada a oposição natural/histórica. Camille Vallaux propõe, após tal superação, a relação entre fronteiras vivas e mortas. A distinção entre as duas se daria não pela densidade de povoamento, porém pelas relações de intercâmbio entre as duas populações limítrofes consideradas.

Há também, analogamente, a visão que opõe as fronteiras moles e as duras, cujo parâmetro é maior ou menor facilidade de seu cruzamento. Para André Martin¹¹ essa concepção traz consigo certo grau de imprecisão, pois uma fronteira pode ser considerada 'dura' em função de seus empecilhos naturais que ajudam na tarefa de segurança do território, mas ser mole do ponto de vista econômico. Também nessa linha, mas já adquirindo o caráter mais emocional, criou-se os termos quentes e frias para referenciar as fronteiras de acordo com o caráter mais ou menos hostil entre povos vizinhos.

¹¹ Op. Cit. p. 57

Para André Martin¹² nas áreas anecúmenas as fronteiras naturais apresentam mais características de fronteiras permanentes, como as que ocorrem em desertos gelados, em grandes cordilheiras ou nos pântanos. Essas áreas significam grandes empecilhos ao povoamento, mesmo que haja tendência nesse sentido possibilitada pelos avanços tecnológicos a fazer tais limitações naturais recuarem.

As fronteiras naturais apresentam ainda uma característica própria que se refere a dois momentos, duas fases de sua determinação. Quando os diplomatas e demais representantes dos governos assinam tratados de reconhecimento mútuo das fronteiras entre seus países, muitas vezes decidem seus traçados orientados por mapas e por certo conhecimento das áreas em questão. Como não conhecem todo o trajeto a ser definido, sobre os mapas acertam longos trechos escolhidos pelas evidentes insinuações de elementos naturais destacados pela cartografia. Contudo, para os técnicos aos quais incidem a responsabilidade de demarcar as fronteiras, as linhas fronteiriças de limite, as linhas de divisa que devem ser referenciadas pelo alinhamento dos marcos a serem fixados, muitas vezes significam tarefas impossíveis ou obstáculos quase intransponíveis.

Para os geógrafos de gabinete, diplomatas e demais representantes governamentais que atuam nas negociações políticas voltadas ao estabelecimento de fronteiras baseadas em elementos da natureza, as fronteiras só podem ser consideradas naturais quando apoiadas em obstáculos naturais que representam verdadeiras barreiras ao contato entre dois grupos.

Para os demarcadores, fronteira natural é aquela onde a linha divisória acompanha os acidentes naturais. Isso facilita seu trabalho. As propostas feitas apenas em gabinete podem não ser exeqüíveis na prática. Eles se preocupam muito

¹² Op. Cit. p. 47

com a forma das fronteiras e dos recortes territoriais e pouco com seus conteúdos. Para os demarcadores, o rio é um excelente limite natural. Para os negociadores, os delimitadores, nem sempre, pois os rios podem servir como eixo civilizatório. André Martin (1992) cita o caso do rio Nilo para exemplificar essa questão.

Partindo do pressuposto do povoamento como referencial central na classificação das fronteiras, no sentido do estabelecimento de uma tipologia das fronteiras, André Martin (2002, p. 57-58) cita o esforço feito por uma equipe de geógrafos dos Estados Unidos formada por Richard Hartshorne, Dervent Whittlesey e Stephen B. Jones. Esses geógrafos propuseram quatro tipos:

- a) fronteiras antecedentes, aquelas que formadas antes do povoamento, como o traçado das linhas retas na América e na África;
- b) fronteiras subseqüentes, posteriores ou conseqüência de um desenvolvimento econômico prévio;
- c) fronteiras superimpostas, quando cortam áreas em que há unidade cultural;
- d) fronteiras conseqüentes: estabelecidas em regiões escassamente povoadas.

Jacques Ancel¹³ destaca a fronteira como uma região fronteira do Estado, por considerar que o Estado só pode ser concebido na relação entre poder político e espaço, ou seja, território. Dessa forma é que sugere as fronteiras amorfas, as fronteiras morfológicas plásticas e as movediças. Todas elas são concepções de fronteira dos Estados expansionistas.

Whitemore Boggs¹⁴, em 1940, apresenta ao Departamento de Estado dos Estados Unidos, uma classificação que pretende sintetizar concepções genéticas e concepções morfológicas de fronteira. Elenca as fronteiras físicas, as geométricas, as culturais e as complexas, compostas por diversos elementos e fatores.

¹³ In André Roberto Martin, 1992, p.58.

¹⁴ In André Roberto Martin, 1992, p.59.

De toda forma, todas as proposições em torno de identificação dos tipos e características das fronteiras derivam de sua base natural ou artificial. Armando Corrêa da Silva¹⁵ também tratou da questão fronteira natural / fronteira artificial, porém, com uma reflexão orientada para um outro ângulo. O geógrafo brasileiro considerou o trinômio natural/linear/espiritual em sua análise.

Para ele, mais importante é distinguir o aspecto aparente da fronteira, ou seja, a “fronteira percebida”, do aspecto mais profundo e real representado pela “fronteira consolidada”. Assim, para o primeiro caso teríamos o exemplo das áreas pouco povoadas, em que o traçado das fronteiras se faz com menos injunções políticas e maior respeito à natureza. No segundo, trata-se da fronteira enquanto lugar em que se realizam os contatos com o exterior, isto é, onde duas comunidades políticas se encontram. Esse lugar em que se selecionam os contatos possui uma profundidade que varia segundo os obstáculos jurídicos ou físicos que se opõem à circulação. Então o limite aparece como o dado real, embora percebido por intermédio da fronteira. Mas se a fronteira separa duas coisas distintas, o limite é a borda de cada coisa e a divisa divide uma mesma coisa em duas; ainda resta saber como distinguir o ‘nós’ e o ‘eles’, isto é, resta compreender não apenas *como* se divide e o espaço, mas *quem* o faz e *porquê*.

Quem divide, então, o espaço do ponto de vista jurídico-político? Quem somos nós”, quem são “eles”? Uma primeira resposta pode encontrar origem na necessidade de instituição dos limites para demarcar as fronteiras a partir do advento do sistema interestatal. Desde aquele momento a imensa variedade de significados, tipos e características de fronteiras expressam relações entre Estados na busca de soberania territorial, situações *per se* conflituosas, ritmadas por apropriações intra e extra-continentais.

A importância de se estabelecer as diferenças e as ligações entre fronteiras e limites é instigada por suas relações aparentemente contraditórias, mas imensamente complementares. Os diversos estudos voltados à definição e à diferenciação de fronteiras e limites reforçam seus vínculos na medida em que são

¹⁵ In André Roberto Martin, 1992, p.50.

cruciais na identificação e na soberania dos Estados territoriais. Os movimentos são aparentemente contraditórios se levarmos em conta, sobretudo, o significado de *front*, que indica a expansão territorial. São complementares por que os limites, na medida em que surgem para unificar os pontos indicadores das fronteiras e quando começam a ser demarcados, indicam todos os pontos onde o território termina, ou começa. É uma barreira maior ao expansionismo, mas ao mesmo tempo explicita os pontos de contato entre os territórios fronteiriços, onde começa um e onde termina o outro, noção fundamental para o sistema interestatal. Neste movimento espacial e temporal, em que os tipos e as características das fronteiras e dos limites registram especificidades de cada lugar e época em que ocorrem, configuram processos excludentes e, ao mesmo tempo, inclusivos.

Embora distintos, fronteira e limite se mostram intrinsecamente correlatos. Tanto que os processos de estabelecimento oficial das fronteiras são iniciados pela delimitação, geralmente definida em longas negociações diplomáticas, que muitas vezes perpassam diferentes períodos históricos. Assim ocorreu nos processos de estabelecimento das fronteiras terrestres do Brasil.

2. As fronteiras terrestres do Brasil

MAPA 1 - BRASIL: MUNICÍPIOS DA FAIXA DE FRONTEIRA TERRESTRE - 2007

- Municípios Localizados na Faixa de Fronteira Terrestre
- Brasil
- Países Fronteiriços
- Países Não-Fronteiriços

ESCALA 1 : 8.700.000

Fonte: Base Cartográfica dos Municípios Brasileiros
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 2007
Elaborado por: Laércio Furquim e Renata Salles

2.1 A Gênese das fronteiras terrestres do Brasil

A primeira linha divisória, que marcou a gênese da fronteira terrestre brasileira é abstrata. Mesmo antes da chegada dos portugueses, em 1500, a linha estipulada pelo Tratado de Tordesilhas é ao mesmo tempo resultado e início de diversos conflitos entre as potências ibéricas dos séculos XIV e XV.

Embora já na primeira década do século XVI tanto Portugal quanto Castela tivessem ciência bastante aproximada dos pontos costeiros por onde deveria passar a linha reta entre o Pólo Sul e o Pólo Norte para separar as terras “descobertas” por Portugal daquelas “descobertas” pelos castelhanos, esta separação proposta pelo Tratado de Tordesilhas nunca saiu do papel. Assim, demorou séculos até as fronteiras serem “estabelecidas de fato” (RAFFESTIN, 1993). Mais do que isso, não foi fácil achar consonância entre as coroas ibéricas acerca dos pontos exatos por onde deveria passar a linha. Mesmo durante o período de unificação dessas coroas, tal imprecisão vigorou.

Os sofisticados equipamentos náuticos do futuro mostrariam que, entre o ponto médio do arquipélago de Cabo Verde e a paragem de Porto Seguro, a distância é de 37 graus e cinco minutos, o que corresponde a 675 léguas.

Pelo Tratado de Tordesilhas, celebrado em 7 de junho de 1494, entre Portugal e Espanha, na cidade espanhola de Tordesilhas, os dois países dividiram o mundo a partir de um meridiano 370 léguas¹⁶ a oeste do arquipélago de Cabo Verde. Essa linha passa na altura das atuais cidades de Belém, capital do estado do Pará, e

¹⁶ O navegador e cosmógrafo português Duarte Pacheco, um dos negociadores de Tordesilhas, calculou o valor do grau terrestre em 18 léguas, ou seja, em 106,56 km, com erro de apenas 4% em relação ao valor atual conhecido, de 111 km. Mas Cristóvão Colombo calculara esse valor em 56 milhas (pouco mais de 14 léguas), ou seja, menos de 84 km. Duarte Pacheco errou por 4,5 km, mas Colombo, por mais de 27 km (CORTESÃO, 1956: I, ix). Segundo cálculos realizados nos anos 1940 pelo matemático historiador Gago Coutinho, o meridiano de Tordesilhas, contado sobre o paralelo desde a ponta mais ocidental da ilha de Santo Antão e aceitando o valor corrente desse grau à época (17,5 léguas), passaria a 37º 30' de longitude oeste, cortando o Brasil pela baía de Maracanã, ao norte, e perto de Iguape, ao sul. A demarcação das Molucas só se deu em 1529, pelo Tratado de Saragosa, firmado entre D. João III e Carlos V. Os textos dos Tratados de Tordesilhas e de Saragosa foram publicados em Cortesão, *Pauliceae lusitana monumenta historica*, v. 1.

Laguna, em Santa Catarina. Portugal ficava com as terras a leste e a Espanha, com as terras a oeste.

Ao mesmo tempo em que Portugal como que se projeta da Europa para a África e a América, o Brasil avança, diz Cortesão, “em forma de um imenso promontório, na direção do nordeste, ao encontro do Velho Mundo e, em particular, de Portugal, promontório da Europa na direção oposta do sudoeste. Enquanto Idma¹⁷, uma das capitais mais ocidentais da América do Sul, está situada sobre o mesmo meridiano que Washington, o Recife fica a menos de 18° de longitude de Cabo Verde, ponto mais ocidental da costa africana”. (EMERENCIANO, 1977)

O Almirante da Marinha portuguesa Max Justo Guedes (1997), reconhecido estudioso da cartografia e da diplomacia portuguesa, enfatiza que os colonizadores enfrentavam dificuldades para conseguir a “...determinação precisa de longitudes e a diferença de módulos atribuídos a um grau de círculo máximo” (p. 11). A tais dificuldades, somavam-se diversas outras, que impediram a fixação de marcos que sinalizassem e definissem os limites das jurisdições nas novas terras.

Cabe lembrar aqui o conhecido desenvolvimento por que passava a cartografia, na época. As famosas expedições eram formadas por nomeados cartógrafos, geógrafos e astrônomos, incumbidos da confecção de mapas que registrassem as novas terras e identificassem os marcos naturais (rios e acidentes geográficos) que serviriam para demarcar a fronteira entre os territórios coloniais. Algumas vezes, o conhecimento cartográfico servia até mesmo para produzir falsos mapas, usados para se deslocarem fronteiras a favor da incorporação de terras, sobretudo para a coroa portuguesa. Guedes (1997) ilustra uma dessas situações, ao discorrer sobre a descoberta do estuário do rio da Prata, em 1511.

¹⁷ Trata-se de Idma, que, segundo o historiador e diplomata peruano Guillermo Lohmann Villena, era o nome pré-inca da atual capital peruana, Lima. Para ele, a origem do nome da cidade não é aymará, nem quéchua, nem deriva do rio Rimac, como afirmam muitos estudiosos. Ishma era o nome primitivo do ídolo de Pachacámac. De acordo com a rede científica peruana, disponível em seu site <http://www.yachay.com.pe>, acessado em 20 de julho de 2007.

O descobrimento do caudaloso estuário do rio da Prata (1511) alvoroçou a corte portuguesa, no sentido de ampliar até ele os seus domínios. As notícias da existência de um povo serrano rico em ouro e as amostras de prata trazidas pelos descobridores certamente para tal contribuíram; por isso houve a pronta inclusão do cabo de Santa Maria (35°S S) entre as “alturas” (latitude) da “Terra do Brasil”, no chamado *Guia Náutico de Évora* (impresso provavelmente em 1516), e a imediata falsificação cartográfica que deslocou para leste, substancialmente, o cabo de Santo Agostinho, de modo a fazer com que a *Terra Brasilis* se estendesse até bem além do Rio da Prata (p. 11).

Segundo Guedes (1997), para Jaime Cortesão, essa foi uma estratégia portuguesa para ampliar as terras na colônia. Pesquisadores do Grupo Retis (2007)¹⁸ também recorrem a Cortesão e afirmam que, para o historiador português, “o erro de longitude foi proposital, visando facilitar a aceitação, pelos espanhóis, do princípio do *uti possidetis*, que permitiria a integração de imensa extensão de terras a oeste do meridiano de Tordesilhas à América Portuguesa”.

Para eles,

uti possidetis se traduz no direito de posse efetiva adquirida por ocupação e uso do território, e foi aplicado pelos castelhanos e portugueses antes da formação dos Estados nacionais na América Meridional. O mesmo princípio foi aplicado depois da constituição do Estado nacional do Brasil, na resolução da maior parte dos processos de delimitação do território brasileiro, inclusive o do Acre, graças, sem dúvida, aos conhecimentos e à visão global do barão do Rio Branco (p. 254).

No mapa 2, intitulado Mapa das Cortes, também conhecido como Mapa dos Confins do Brasil, de 1749, são visíveis as deformações nas medidas de longitude e os reflexos disso na conformação do território do Brasil. A distância entre Cuiabá e o litoral é claramente “encurtada”. Cuiabá aparece no mesmo meridiano da foz do rio Amazonas, perto da qual passaria a Linha de Tordesilhas.

¹⁸ www.igeo.ufrj.br/gruporetis/gruporetis/modules/xcal/thumbnails.php?album=1, acessado em 21/07/2007

Mapa 2: Mapa das Cortes, 1749

fonte: Cartografia e Diplomacia do Brasil do século XVIII. Comissão Nacional para Comemorações dos Descobrimentos Portugueses. Lisboa, 1997.

Mas, como a produção cartográfica é uma etapa do processo de estabelecimento de fato, recorreremos à lembrança de Raffestin (1993):

o mapa é um instrumento ideal para definir, delimitar e demarcar a fronteira. [Contudo] a passagem de uma etapa a outra se traduz por um acréscimo de informação, mas também por um custo de energia. No fundo, trata-se da passagem de uma representação 'vaga' para uma representação 'clara', inscrita no território. A linha fronteiriça só é de fato estabelecida quando a demarcação se processa (p. 240).

A preocupação castelhana com essas aspirações portuguesas logo se traduziu em sucessivas expedições, mas o parco conhecimento empírico do interior de toda a vastidão sul-americana e as dificuldades encontradas para a elaboração de uma sólida base cartográfica também concorreram para a imprecisão física da demarcação da primeira linha divisória que caracterizaria o limite entre as terras portuguesas e espanholas na América do Sul. Além disso, deve-se ressaltar o foco geopolítico ibérico, voltado para a exploração dos recursos naturais em outras regiões.

Gottman (1973, apud ARROYO, 2002) lembra o importante papel que a busca por recursos naturais desempenhou na conquista das terras do novo continente. Ao longo do século XV, as coroas portuguesa e espanhola consideravam a região platina menos atraente do que as atuais terras mexicanas e peruanas, devido as conhecidas riquezas e recursos naturais destas áreas. Com isso, designaram a exploração do sul do continente sul-americano às iniciativas privadas. Essas numerosas expedições tratavam de tentar marcar seus territórios a partir de estratégias de povoamento. Enquanto as capitânicas hereditárias tentavam garantir os novos territórios na porção oriental da América do Sul, em seu interior, esse povoamento se tornava tarefa complexa, inclusive pela resistência de diversos povos indígenas.

Nas décadas finais do século XVI e no início do século XVII, as cobiças, sobretudo, francesa, inglesa, holandesa pelas terras amazônicas promoveram a

intensificação das tentativas de povoamento e a construção de fortes com vistas a expulsar os “estrangeiros”, garantir a ocupação de terras e, assim, ir fixando presença em terras que serviriam de marco e apoio logístico às incursões seguintes. Desse modo, surge, em 1616, o forte do Presépio, que deu origem à cidade de Belém, marco da fronteira estabelecida pelo Tratado de Tordesilhas.

Não tardaram os luso-brasileiros a conquistar quase toda a bacia amazônica, o que ocorreu no final dos anos 1630. Desde a década 1610, contudo, suas expedições, notadamente viabilizadas pelo transporte em excelentes canoas indígenas navegadas por excelentes índios remadores, levavam também comerciantes, militares, missionários franciscanos, carmelitas, mercedários e jesuítas.

De plano, isso revela ao menos duas características originárias da formação da fronteira continental brasileira: um processo conflituoso de localização e demarcação física das orientações astronômicas e a estratégia de se garantir ou estender a linha divisória a partir de diversos tipos de povoamento, desde o sul até o norte da linha de Tordesilhas.

Mesmo que o estabelecimento das fronteiras terrestres do Brasil tenha se configurado principalmente a partir do século XIX, sua gênese encontra-se na proposta de divisão de terras do Tratado de Tordesilhas, de 1494. Se os significados das fronteiras se transformam a cada período, mesmo que mantendo sua gênese, é de se esperar que o mesmo ocorra com suas classificações. Para iniciar o próximo item, nos deteremos a duas propostas que representam disparidades históricas e geográficas, mas também de proposições ideológicas no que concerne aos processos de identificação de tipos e fronteiras do Brasil. De certa forma, demonstram características típicas de diferentes períodos da formação sócioespacial brasileira.

2.2 As distintas fases do processo de formação das Fronteiras

Pode-se considerar a fronteira com cada um dos países vizinhos uma particularidade, com agentes distintos e envolvendo cursos históricos de formação socioespacial peculiares. Diversos acordos foram propostos desde os tratados de Madri, em 1750, e de Santo Ildefonso, em 1777, que propuseram fixarem-se os marcos definidores dos limites e, portanto, o estabelecimento das fronteiras entre as colônias ibéricas na América do Sul. Com eles, desenrolaram-se os processos de delimitação que perpassaram todo o período do Império. Os passos seguintes, necessários para o “estabelecimento de fato” (RAFFESTIN, 1993) das fronteiras – os processos de demarcação e de densificação – foram se consolidando durante o século XIX e atravessaram todo o século XX.

É importante, portanto, a definição e a distinção dos significados de fronteira e de limite. Para as Comissões, o conceito de “*limite* está ligado a uma concepção precisa, linear e perfeitamente definida no terreno”, e é diferente do conceito de fronteira: “*fronteira* é mais abrangente e se refere a uma região” (Brasil, MRE, 1999).

Contudo, fronteira e limite são absolutamente interdependentes. Tanto que, a primeira fase para o estabelecimento de fronteira explicita em seu nome o processo de identificação de limites: a delimitação. Segundo o Ministério das Relações Exteriores do Brasil, o processo de definição de fronteiras entre os territórios dos Estados se constitui em três fases: a primeira é a *delimitação*, a segunda é a *demarcação* e a terceira a *densificação* ou a *caracterização*. Aqui, no que concerne a terceira fase, preferimos trabalhar com o conceito de densificação, que consiste na verificação, manutenção e, sobretudo, na fixação de novos marcos físicos nas linhas divisórias. A idéia de densificação nos parece mais apropriada, pois se trata de materialização, quando os novos objetos vão sendo instalados e vão agregando

materialidade à fronteira. Como lembra Raffestin (1993), nessa fase, são agregadas mais informações e gastos de energia.

Wilson Krukoski¹⁹, em seu texto intitulado “Fronteiras e limites do Brasil”, considera como

“delimitação” o estabelecimento e a ratificação dos Tratados que versam sobre a definição de uma fronteira. Para isto, os negociadores de um e outro país decidem, à vista da documentação disponível, como deve ser traçada a linha delimitadora dos territórios que estão sendo definidos. É um processo essencialmente político.

Boggs²⁰ afirma que o processo de estabelecimento de um limite territorial envolve dois estágios distintos, têm inclusive nomes diferentes, mas nem sempre são devidamente definidos na literatura sobre o tema. Trata-se dos termos “delimitação” e “demarcação”. O autor afirma que

Procurando a raiz dos dois termos, Henry McMahon descobriu que, na literatura, o dicionário as tratam como sinônimos. Contudo, McMahon deu-lhes significados diferentes, que foram internacionalmente adotados. Em suas próprias palavras: 'delimitação' é o exame feito para compreender a determinação de uma linha de limite pelo tratado ou de outra maneira, e sua definição em termos escritos, verbais; o termo 'demarcação' é utilizado para compreender o ato de tornar real a existência de uma linha de limite na terra, e sua definição por colunas do limite ou por outros meios similares.

Para André Martin (1992) por

delimitação “entenda-se o estabelecimento da linha de fronteira – isto é, do limite -, a qual é determinada a partir de um tratado assinado entre as partes envolvidas. *Demarcação*, por sua vez, é a locação da linha de fronteira no terreno – isto é, a construção da divisa – através do estabelecimento de marcos e balizas. Assim, pelo menos em tese, é a demarcação que deve subordinar-se à delimitação. Muitas vezes, porém, não é bem isso que ocorre, mas ao contrário, é a delimitação que acaba

¹⁹ Membro da Comissão Demarcadora de Limites do Ministério das Relações Exteriores do Brasil. Site <http://www.info.lncc.br/wrmkkk/demarco.html>, acessado em 10 de julho de 2007.

²⁰ *Boundaries internacional* (1940), por *Whittemore Boggs* in <http://www.info.lncc.br/wrmkkk/demarco.html> acessado em 10 de julho de 2007.

cedendo às facilidades da demarcação. A divisa é o aspecto visível do limite. Nela as disparidades entre a proposta dos juristas e diplomatas para a linha de limite e a demarcação aparecem e se materializam. Os marcos as balizas, alinham expressam o limite de jurisdição dos Estados (p. 49).

Os marcos, esses objetos que materializam o limite ou as linhas de fronteira, começam a ser instalados após processos de negociação que caracterizam a delimitação. No Brasil, ao longo dos últimos séculos, a delimitação da fronteira com cada país vizinho ocorreu de forma específica. Os diversos e distintos processos envolveram muitos conflitos, algumas guerras e várias instâncias de negociações diplomáticas.

Esses processos de delimitação, contudo, ocorreram em contextos e situações vinculados a uma densidade de acontecimentos histórico-espaciais relevantes que possibilitam estabelecer uma visão ampla de diferentes períodos e suas interligações com as transformações políticas européias, aos processos de colonização e independência na América do Sul. As conexões histórico-geográficas desses acontecimentos evidenciam intensas disputas durante mais de quatro séculos e envolveram diversos e complexos interesses políticos e grupos étnicos.

A relação intrínseca e inseparável do tempo e do espaço na constituição das fronteiras sul-americanas atravessou diferentes períodos que podem ser inter-relacionados, mas que possuem características próprias. Perla Zuzman (2000), afirma que a constituição e a transformação da fronteira no tempo e no espaço afirmam seu caráter dinâmico.

... Esto quiere decir, por un lado, que los proyectos territoriales sufren variaciones según las características regionales donde son llevadas adelante. Por el otro, que estos también se diferencian según el período que esteamos trabajando. Resulta necesario entonces distinguir que, seguramente, las prácticas de constitución de fronteras adquirieron características y ritmos diferenciados en el período colonial, luego de los

procesos independentistas y ambas a su vez, son distintas de las que se aplican en la actualidad. (p. 88)

Processos endógenos ligados à independência de cada país e os referentes às disputas entre as coroas ibéricas, orientaram as situações iniciais delimitadoras das fronteiras que hoje conformam os territórios sul-americanos. Após as independências, as disputas internas pelo controle dos territórios imperiais e, depois, republicanos foram tônicas dissonantes nas relações internacionais entre o Brasil e os países vizinhos, o que significou guerras, conflitos diplomáticos e muita negociação até chegarmos ao estabelecimento de fato das fronteiras terrestres.

2.2.1 O processo de estabelecimento das fronteiras terrestres do Brasil

O processo de delimitação das fronteiras terrestres do Brasil envolveu intensos períodos de negociações do corpo diplomático brasileiro com os vizinhos, criando-se comissões responsáveis pelo estabelecimento de critérios para a criação dessas fronteiras.

O Brasil começou a ser delimitado antes mesmo de se tornar uma nação soberana. A rigor, a linha divisória estipulada pelo Tratado de Tordesilhas foi o que orientou as negociações vindouras que culminaram no Tratado de Madri, em 1750, e no Tratado de Santo Ildefonso, em 1777. Estes efetivaram a separação de terras espanholas das portuguesas na América do Sul. Anterior a estes, o Tratado de Utrecht, assinado com a França em 1713, proporcionou disposições para que, dois séculos adiante, o Barão de Rio Branco defendesse posições brasileiras nesses assuntos. Também nos serve este Tratado como meio para a interpretação geo-histórica nos embates fronteiriços entre as coroas portuguesa, francesa e espanhola sobre as áreas que hoje compreendem as adjacências e o encontro dos rios

Oiapoque e Amazonas. Bem observado, áreas que seriam espanholas, conforme o traçado de Tordesilhas.

O trabalho de delimitação foi concluído pela diplomacia brasileira no século XIX, notadamente por Duarte da Ponte Ribeiro, Paulino José Soares de Souza, Joaquim Caetano da Silva e o Visconde do Rio Branco. Nos primeiros anos do século XX, os graves problemas de limites ainda pendentes foram solucionados pela ação direta do Barão do Rio Branco.

No período republicano, com destaque para a atuação do Barão do Rio Branco, a diplomacia brasileira atuou no processo de delimitação e demarcação das fronteiras terrestres de modo a prevalecer o caminho da arbitragem ou de acordos diretos sobre guerras ou conflitos duradouros. Isso não significa que os processos tenham sido tranquilos ou pacíficos. Nas negociações sobre a definição das fronteiras continentais, o Brasil se embasou de documentação cartográfica, na história e no princípio do *uti possidetis*, consagrado no Tratado de Madri.

2.2.2 As Comissões Demarcadoras de Limites

A extensão atual das fronteiras do Brasil, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2007), equivale a 23.102 km de fronteira, sendo 15.735 quilômetros de limites terrestres com nove países (Uruguai, Argentina, Paraguai, Bolívia, Peru, Colômbia, Venezuela, Guiana e Suriname) mais a fronteira com o Departamento Ultramarino Francês da Guiana. A fronteira marítima, com uma extensão de 7.367 quilômetros, é uma das maiores do planeta.

Ficam a cargo do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, a partir das Comissões Brasileiras Demarcadoras de Limites, os trabalhos de demarcação e caracterização dos limites internacionais nessas fronteiras do Brasil, e no caso das

fronteiras terrestres, as Comissões atuam juntamente com os delegados das Comissões estrangeiras correspondentes. Essas Comissões também são responsáveis pela inspeção e pela manutenção dos marcos fixados anteriormente. Segundo o Ministério das Relações Exteriores, as Comissões Demarcadoras de Limites têm como funções assessorar a Divisão de Fronteiras do Ministério, caracterizar e demarcar as fronteiras, efetuar planejamentos para a execução de campanhas, inspecionar e cuidar da manutenção dos marcos da fronteira.

No Brasil, existem duas comissões de fronteiras. A Primeira Comissão Demarcadora de Limites (PCDL), sediada em Belém, tem sob sua responsabilidade executar os trabalhos acima citados nas fronteiras com o Peru, a Colômbia, a Venezuela, a Guiana, o Suriname e o Departamento Ultramarino Francês da Guiana. A Segunda Comissão Demarcadora de Limites (SCDL), no Rio de Janeiro, responsabiliza-se pelos trabalhos nas fronteiras com a Bolívia, o Paraguai, a Argentina e o Uruguai.

As primeiras comissões brasileiras dedicadas à demarcação de limites se formaram por ocasião de nossos primeiros Tratados de Limites firmados como país independente, ambos de 1851, assinados com o Uruguai e com o Peru. A partir de então, tiveram início os trabalhos de comissões de limites nomeadas para tratar de cada fronteira em particular. Os trabalhos de demarcação de fronteiras foram assim designados por indicação do Ministério das Relações Exteriores até 1928, quando esse ministério criou as comissões de fronteira. As atuais Comissões Demarcadoras de Fronteiras foram criadas em 1973, conforme demonstra o Quadro 1:

QUADRO 1 – ATOS QUE CRIARAM AS COMISSÕES DE LIMITES	
Portaria de 21 de janeiro de 1928, do Excelentíssimo Sr. Ministro de Estado das Relações Exteriores	Cria a Comissão de Limites das Fronteiras das Zonas Norte, Oeste e Sul.
Decreto nº 23.702, de 4 de janeiro de 1934	Organiza as Comissões Demarcadoras das Fronteiras dos setores Norte, Oeste e Sul.
Decreto nº 24.305, de 29 de maio de 1934	Aprova o regulamento para o serviço de fronteiras.
Portaria de 12 de janeiro de 1939, do Excelentíssimo Sr. Ministro de Estado das Relações Exteriores	Altera as denominações para Comissão Brasileira Demarcadora de Limites – Setores Norte, Oeste e Sul.
Decreto-Lei nº 1.171, de 24 de março de 1939	Modifica a organização para Comissões Brasileiras Demarcadoras de Limites – 1ª e 2ª divisões.
Portaria nº 357, de 15 de março de 1973, do Excelentíssimo Sr. Ministro de Estado das Relações Exteriores	Altera denominação para Primeira e Segunda Comissões Brasileiras Demarcadoras de Limites.

Fonte: organizado pelo autor.

As Comissões Demarcadoras de Limites trabalham com conceitos norteadores de suas ações territoriais, como território, negociação, delimitação e demarcação. Para as Comissões, "...o território é elemento essencial do Estado; é a base física do Estado e componente obrigatório de sua existência; sobre ele o governo tem jurisdição e direitos de soberania" (Brasil, MRE, 1999). Essa jurisdição e esses direitos existem e vigoram internacionalmente, dentro dos limites do território.

A fase da demarcação requer uma consolidação que sedimenta longos processos de negociação entre países fronteiriços. De acordo com Raffestin (1993),

"... a linha fronteira só é de fato estabelecida quando a demarcação se processa. 'De fato estabelecida' significa não estar mais sujeita a contestação por parte de um dos Estados que tenham essa fronteira em comum. Pela demarcação, elimina-se não um conflito geral, mas um conflito do qual a fronteira possa ser o pretexto" (p. 240).

Para as Comissões Demarcadoras de Limites, “*negociação* consiste na troca de pontos de vista entre os representantes diplomáticos dos países interessados e objetiva chegar a um consenso em torno da linha de limites”. Elas também distinguem o conceito de *delimitação*, ou seja, “a linha negociada” e aceita como limite da fronteira traçada sobre o mapa, do de *demarcação*, a materialização no terreno dos pontos notáveis referidos no Tratado específico. Este, por sua vez, é “a formalização, em documento descritivo desta linha” (Brasil, MRE, 1999).

Embora os acordos e as negociações tenham sido destacados na atuação diplomática brasileira a partir da República, se considerarmos a delimitação territorial um processo que é anterior ao período republicano, deve-se ressaltar que a guerra foi um importante elemento definidor da fronteira. Vejam-se as fronteiras com Uruguai e com o Paraguai, que serão retratadas no próximo capítulo.

No quadro 2, dados como o segmento, a extensão, a horogênese, a origem e o processo de estabelecimento de cada díade de fronteira terrestre do Brasil ilustram características próprias da fronteira com cada país. Segundo Magnoli (1997), o termo “... horogênese foi cunhado por Foucher a partir da raiz grega *horoi* – da qual se originou horizonte em línguas latinas –, que servia para designar os limites políticos dos territórios da cidade” (p. 242). Aqui horizonte nos dá o sentido de tempo e que localiza a política de Estado em que se pode identificar os principais momentos de disputas e negociações acerca das fronteiras. Essa identificação, contudo, afirma Magnoli, se constitui numa localização genérica já que os processos de disputas pelas fronteiras são complexos e abarcam períodos outros. Ainda assim, o uso do termo horogênese possibilita classificar os distintos momentos do processo de formação das fronteiras do território brasileiro em relação às formas de organização do Estado, desde enquanto colônia do Estado português, passando pelo Estado imperial e já na condição de Estado nacional. Como cada período histórico se

manifesta de forma particular, essa é uma tentativa de auxiliar a identificação das particularidades inerentes ao processo de formação das fronteiras do Brasil a cada período.

Reforçamos que o processo de estabelecimento de fato das fronteiras contempla o tempo decorrido desde o início do processo de delimitação, mas só se concretiza como tal com a densificação mais recente.

QUADRO 2 – FRONTEIRAS TERRESTRES DO BRASIL							
Díade com	segmento	extensão (km)	extensão (%)	Unidade da Federação	Horogênese	origem	processo de estabelecimento
Uruguai		1.003	6,4	RS	Imperial	guerra	1851-1972
Argentina	Rio Grande	724	4,6	RS	Colonial	intermetropolitana	1895-1927
	Palmas	539	3,4	SC, PR	Nacional	arbitramento	
Paraguai		1.339	8,5	PR, MS	Imperial	guerra	1872-1978 (com pendência - ver item 2.2.4.3)
Bolívia	Pantanal	1.116	7,1	MS, MT	Imperial	negociação	1867-1958 (com pendência - ver item 2.2.4.1)
	Guaporé	1.392	8,9	MT, RO	Colonial	Intermetropolitana	
	Acre	618	3,9	AC	Nacional	negociação	
Peru		2.995	19,1	AC, AM	Imperial	negociação	1851-1913
Colômbia		1.644	10,4	AM	Nacional	negociação	1907-1976
Venezuela		1.819	11,5	AM, RR	Imperial	negociação	1859-1928
Guiana		1.298	8,2	RR, PA	Nacional	arbitramento	1901-1932
Suriname		593	3,8	PA, AP	Colonial	intermetropolitana	1906-1931
Guiana Francesa		655	4,2	AP	Nacional	arbitramento	1713-1981

fonte: Adaptado e dados revistos pelo autor a partir do original feito por D. Magnoli. *O corpo da pátria. Imaginação geográfica e política externa no Brasil, 1808-1912*. São Paulo: Edunesp/Moderna, 1997, p. 242.

Mapa 3 Horogênese das fronteiras terrestres

Fonte: Demétrio Magnoli, 1997.

Atualmente, está completada a fase de demarcação de todas as nossas fronteiras, mas ainda há importantes tarefas a cargo das duas Comissões Brasileiras Demarcadoras de Limites. A conclusão da terceira fase ainda está por se finalizar em pontos dos 15.735 km de fronteira terrestre do Brasil. Há trechos dos limites na fronteira amazônica do território brasileiro que ainda carecem de densificação. Há que finalizar a caracterização, ou densificação, das linhas demarcadas, como a longa geodésica Tabatinga-Apapóris, na fronteira com a Colômbia e extensos trechos do divisor de águas na fronteira com a Venezuela.

Também continuam como função das Comissões as sistemáticas inspeções nas raias limítrofes, com a conseqüente reparação ou reconstrução dos marcos que tenham sofrido qualquer tipo de dano.

Segundo a Divisão de Fronteiras do Ministério das Relações Exteriores do Brasil (MRE), essas tarefas de rotina são executadas por comissões mistas, integradas por delegados dos dois países vizinhos.

Ainda segundo o MRE, restam importantes missões pendentes das comissões mistas, como a adjudicação – a definição do país responsável pelo território, de acordo com a demarcação – e a demarcação de mais de 80 ilhas dos trechos limítrofes nos rios Mamoré e Guaporé, e a definição do limite internacional ao longo dos quase 200 km do lago Itaipu, na fronteira Brasil-Paraguai.

2.2.3 Primeira Comissão Demarcadora de Limites – PCDL

A PCDL tem como responsabilidade a demarcação, a densificação, a manutenção e a fiscalização dos marcos de limites nas fronteiras com Departamento Ultramarino Francês da Guiana, com o Suriname, com a Guiana, com a Venezuela, com a Colômbia e com o Peru.

2.2.3.1 Fronteira Brasil-Departamento Ultramarino

Francês da Guiana²¹

²¹ A elaboração desse item foi baseada em dados e informações disponibilizadas pelo Ministério das Relações Exteriores do Brasil; no livro “História das Fronteiras do Brasil”, de Hédio Viana; e no site oficial de Wilson Krukoski (<http://www.info.lncc.br/wrmkkk/arhist.html>).

**MAPA 4 - MUNICÍPIOS LIMÍTROFES NA FRONTEIRA COM O DEPARTAMENTO ULTRAMARINO
FRANCÊS DA GUIANA - 2007**

- Sedes Municipais
- Laranjal do Jari (AP)
- Oiapoque (AP)
- Países Fronteiriços

ESCALA 1 : 2.000.000

Fonte: Base Cartográfica dos Municípios Brasileiros
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE
Elaborado por: Laércio Furquim e Renata Salles

QUADRO 3 – FRONTEIRA BRASIL-GUIANA FRANCESA PRINCIPAIS NEGOCIAÇÕES	
Tratado de Paz e Amizade de Utrecht	11.abr.1713
Tratado do Rio de Janeiro	10.abr.1897
Laudo Arbitral	1.dez.1900
Tratado de Paris	30.jan.1981

fonte: organizado pelo autor a partir de dados do Ministério das Exteriores do Brasil.

A fronteira do Brasil com a Guiana Francesa está delimitada desde o Tratado de Utrecht, de 1713. Em 1900, teve interpretação dada por Laudo Arbitral e hoje está perfeitamente demarcada. Os trabalhos de densificação estão a cargo da Comissão Mista Brasileiro-Francesa Demarcadora de Limites e têm 10 marcos implantados em toda sua extensão cuja linha-limite percorre rios e divisores de águas.

Pesquisa²² de historiadoras do Rio de Janeiro, com base inclusive em documentos da Biblioteca Nacional, mostra que a gênese da fronteira e do limite internacional do Brasil com o Departamento Ultramarino Francês da Guiana – conhecido como Guiana Francesa – configura uma sucessão de conflitos de interesse territorial. O foco geopolítico era em área da América do Sul onde hoje está o estado do Amapá e na margem setentrional do encontro entre os rios Orenoco e Amazonas. Esse embate motivou situações de relevância para a história colonial brasileira. Por essa ocasião, a Coroa Portuguesa, recém-instalada nesta colônia, transferiu para sua terra colonial - o Brasil - espécies da flora, especiarias e mudas, das quais algumas vieram a ter, posteriormente, alta importância no cenário socioeconômico do Brasil.

²² Ana Carolina Eiras Coelho Soares e Elaine Cristina Ferreira Duarte, ambas Mestres em História (UERJ), *Caiena*. Disponível em: <<http://www.historiacolonial.arquivonacional.gov.br>>. Acesso em: 9. julho 2007.

A. Breve cronologia de interesse²³

A cidade de Caiena foi fundada em 1634, tornando-se a capital e o principal porto marítimo da Guiana Francesa. Desde o século XVII, as coroas da França e de Portugal discordavam quanto ao local exato de suas terras na América: para os portugueses, o limite entre os seus domínios e os dos franceses era o rio Oiapoque, ou Vicente Pinzón, como também era chamado; para os franceses, esse limite era a margem setentrional do rio Amazonas. Estava em jogo o controle da navegação no rio Amazonas, o que gerou sério impasse entre as duas coroas.

Em 4 de março de 1700, França e Portugal assinaram um primeiro tratado provisório, permitindo aos súditos de ambas as coroas estabelecerem-se livremente na região compreendida entre os rios Oiapoque e Amazonas, considerada, então, momentaneamente, território neutro. Por ocasião da Guerra de Sucessão Espanhola (1701-1714), em que as duas coroas ficaram em lados opostos, esse tratado foi anulado. No entanto, percebe-se, neste contexto geopolítico, que Portugal e França criaram condições para reivindicar novas porções territoriais da Espanha, com o uso da idéia de *uti possidetis*. Basta lembrar que, a julgar pelo Tratado de Tordesilhas, a área em questão pertenceria à coroa espanhola.

Esse conflito resultou no Tratado de Utrecht (1713), pelo qual o fim do território neutro determinou a volta da fronteira no Oiapoque, como queria Portugal. Em 1789, com a decapitação do rei francês, extinguiu-se a coroa francesa e ascendeu o protótipo ou modelo de República.

²³ As cronologias que serão apresentadas para cada país da fronteira terrestre do Brasil não pretendem absolutamente aprofundar os significados geo-históricos da formação do território de cada um deles, mas apenas indicar acontecimentos relevantes para a inauguração de cada Estado territorial, condição que permite e contextualiza a negociação com o Brasil em torno de seus respectivos contatos e contratos interterritoriais.

Assumindo o poder na França em 1804, Napoleão declarou as Guerras Napoleônicas e, a despeito do início do protótipo republicano, reacende as questões da coroa extinta. Em 1806, D. João veio para o Brasil, o que teve implicações territoriais como o deslocamento da Capital Federal de Salvador, na Bahia, para o Rio de Janeiro e a criação de Jardins Botânicos (Rio de Janeiro, Olinda e Belém), para a transferência de recursos de fauna e flora de modo mais científico. Há registro de que já em 1790, Portugal configurara um corpo organizado de funcionários (contando, inclusive, com população indígena preparada) e transferiu fauna e flora²⁴ para a Metrópole.

Em 1808, D. João declarou guerra a Napoleão Bonaparte e, em novembro do mesmo ano, tropas partiram do Pará para invadir Caiena. Em janeiro de 1809, Caiena capitulava, era anexada aos domínios de Portugal e provisoriamente governada por Manoel Marques. Em março de 1810, o desembargador João Severiano Maciel da Costa assumiu a administração da “nova” colônia, tomando posse do jardim de aclimação La Gabrielle.

Com a posse sobre La Gabrielle, Portugal procurou fomentar o Horto Botânico do Pará, criado em 1796, através da remessas de mudas de plantas exóticas (especiarias), que tinham um alto valor no mercado internacional. É interessante ressaltar que, se essas remessas antes eram feitas clandestinamente, a partir de 1809 os portugueses podiam dispor dessas mudas a qualquer momento. A cana caiena, a noz-moscada, o cravo-da-índia, a fruta-pão e talvez a carambola e a fruta do conde foram introduzidas no Brasil através dessa cidade. Também vieram de Caiena as primeiras mudas de café, ainda no século XVIII. Data do final de 1809 a primeira remessa de espécies de Caiena para Belém do Pará, sob a nova condição de colônia portuguesa. No total, foram enviadas 82 espécies, acompanhadas das instruções para o seu plantio. Com a criação do Real Horto (1808), no Rio de Janeiro, e do Horto de Olinda (1811), consolidaram-se a rota e as remessas de plantas exóticas de Caiena para o Pará e, de lá, para os demais hortos do Brasil. Merece menção a atuação de João Severiano Maciel da Costa na supervisão da

²⁴ Para um tratamento da questão sob a perspectiva da Geografia Política, ver: Nilo LIMA. Geografia política, elementos de áreas protegidas e questões do processo de ordenamento territorial federal. In: X Encontro de Geógrafos da América Latina, 2005, São Paulo. X Encontro de Geógrafos da América Latina: Por uma geografia latino-americana: do labirinto da solidão ao espaço da solidariedade, 2005.

administração de La Gabrielle, adotando medidas para a proteção do cultivo e do comércio das especiarias (SOARES, DUARTE, 2007).

Esses acontecimentos evidenciam as inter-relações marcantes entre as disputas européias e as estratégias geopolíticas nas disputas territoriais na América do Sul.

B. O início da definição da fronteira propriamente dita

A definição da fronteira do Brasil com o Departamento Ultramarino Francês da Guiana tem antecedentes históricos que remontam a meados do século XVIII. A assinatura do Tratado de Utrecht em 1713, cuja interpretação foi confirmada quase dois séculos mais tarde, pela sentença Arbitral do Conselho Federal Suíço, em 1º de dezembro de 1900.

Mais de meio século depois, em 1955, iniciaram-se os trabalhos técnicos e geográficos de demarcação, que terminaram em 1962, com a implantação de sete marcos ao longo da fronteira terrestre, no divisor de águas da serra de Tumucumaque, e outros sete marcos fixados nas nascentes do rio Keriniutu, principal formador do rio Oiapoque.

O limite terrestre e fluvial entre o Brasil e o Departamento Ultramarino Francês segue pelo talvegue dos rios Keriniutu e Oiapoque até a sua foz, na baía de Oiapoque. O acordo para a localização do talvegue ao longo dessa baía e seu prolongamento para caracterizar a delimitação marítima decorreu de negociações realizadas em Paris, em 1979, e em Brasília, em 1981, culminando com a assinatura do Tratado de Paris, em 30 de janeiro de 1981.

2.2.3.2 - Fronteira Brasil-Suriname²⁵

²⁵ A elaboração desse item foi baseada em dados e informações disponibilizadas pelo Ministério das Relações Exteriores do Brasil; no livro “História das Fronteiras do Brasil”, de Hédio Viana; e no site oficial de Wilson Krukoski (<http://www.info.incc.br/wrmkkk/arhist.html>), membro da Comissão Demarcadora de Limites do Ministério das Relações Exteriores do Brasil.

MAPA 5- BRASIL: MUNICÍPIOS LIMÍTROFES NA FRONTEIRA COM O SURINAME - 2007

- Sedes Municipais
- Almeirim (PA)
- Laranjal do Jari (AP)
- Oriximiná (PA)
- Óbidos (PA)
- Países Fronteiriços

ESCALA 1 : 2.300.000

Fonte: Base Cartográfica dos Municípios Brasileiros
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE
Elaborado por: Laércio Furquim e Renata Salles

QUADRO 4 – FRONTEIRA BRASIL-SURINAME PRINCIPAIS NEGOCIAÇÕES	
Tratado do Rio de Janeiro	5.mai.1906
Tratado do Rio de Janeiro	5.mai.1938
Acordos	27.abr.1931 e 22.set.1931

fonte: organizado pelo autor a partir de dados do Ministério das Exteriores do Brasil.

A fronteira do Brasil com o Suriname começou a ser delimitada pelo Tratado do Rio de Janeiro, de 1906 e tem uma extensão de 593 km. Já perfeitamente demarcada, os trabalhos de densificação estão a cargo da Comissão Mista de Inspeção de Marcos de Fronteira Brasil-Suriname.

A linha de limites entre o Brasil e o Suriname começa na Serra de Tumucumaque, entre as cabeceiras dos rios Uanamu, no Brasil, e Kutari na fronteira entre o Suriname e a Guiana, no ponto de trijunção das fronteiras Brasil-Suriname-Guiana. Dali, segue pelo divisor de águas que separa a bacia do Amazonas ao sul das bacias dos cursos d'água que fluem para o norte, e entre a cabeceira do rio Mapaoni, localizada no Brasil e a cabeceira do rio Litana, afluente do Mapaoni, situada na fronteira entre o Suriname e a Guiana Francesa.

Entre Brasil e Suriname nunca houve conflitos envolvendo as questões de limites, pois os holandeses não excederam a linha divisória da bacia amazônica. Ao contrário do que sucedeu com as Guianas Inglesa e Francesa, países com os quais a Holanda teve sérios conflitos territoriais. A Guiana Inglesa invadiu e ocupou todo o seu território em 1803, tendo que devolvê-lo em 1914. Com os franceses, os problemas só foram resolvidos em 1891 por sentença arbitral do Czar da Rússia.

A. Breve cronologia de interesse

O nome Suriname tem origem na tribo indígena de Surinen e o nome de sua capital Paramaribo é variante de Parmurbo, denominação de aldeia indígena que se localizava no sítio onde hoje está a cidade. A atual República do Suriname, na condição de colônia da Holanda, foi denominada Colônia Neerlandesa de Surinam, ou Guiana Holandesa.

No século XVI, o Suriname foi ocupado pelos espanhóis, mas, desde o século XVII, houve várias tentativas de colonização por parte dos holandeses e dos ingleses. Em 1667, a Holanda ficou definitivamente com o Suriname, por meio do Tratado de Breda, no qual o Suriname, que pertencia à Inglaterra, foi trocado pelo sítio de Nova Amsterdã, hoje Nova York.

Desde 1650, negros eram trazidos como escravos do continente africano para trabalharem em plantações de açúcar e algodão. Em virtude dos maus-tratos que lhes imputavam os fazendeiros, muitos fugiram para áreas de selva. Esses “fugitivos”, chamados *marrons* (quilombos) pelos brancos, passaram a atacar as plantações, e essas ações contribuíram também para a abolição da escravidão no Suriname, em 1863.

A abolição da escravidão negra contribuiu para a nova política migratória dos holandeses no Suriname: foram trazidos trabalhadores da China, de Java e da Índia, diversificando a população.

Já em meados no século XX, no ano de 1954, o Suriname recebeu autonomia parcial, declarando sua independência em 1975.

B. O início da definição da fronteira propriamente dita

Em 5 de maio de 1906, depois de resolvidos os problemas com os países vizinhos, os holandeses puderam assinar com o Brasil o tratado que fixava os limites pelo *divortium aquarum*, ou divisor de águas, separando as águas dos rios que deságuam no Oceano Atlântico das águas dos rios que são afluentes ou subafluentes amazônicos. O artigo 1º do referido tratado, em que o Brasil se representava pelo Barão do Rio Branco, estabelecia que a fronteira entre os Estados Unidos do Brasil e a Colônia de Suriname formava-se, a partir da fronteira francesa até a fronteira britânica, pela linha de divisão das águas entre a bacia do Amazonas, ao sul, e as bacias dos cursos d'água que fluem para o norte, para o Oceano Atlântico. Esse tratado foi ratificado em 1908, só em 27 de abril de 1931 se firmou o Protocolo de Instruções para a demarcação dessa fronteira.

A fronteira foi levantada e demarcada entre 1935 e 1938, pela Comissão Mista Brasileiro-Neerlandesa, que fixou 60 marcos, além de participar da aprovação e da implantação dos dois marcos de trijunção. Concluída a densificação (com a assinatura da quinta e última Conferência da Comissão Mista), foram aprovados os trabalhos por troca de Notas Reversais²⁶.

Até o presente, não se reativou a Comissão Mista de Limites entre o Brasil e o Suriname.

²⁶ Acordo que visa dar garantias de promessa feita, ou por carta ou por ato anteriores.

2.2.3.3 Fronteira Brasil-Guiana²⁷

²⁷ A elaboração desse item foi baseada em dados e informações disponibilizadas pelo Ministério das Relações Exteriores do Brasil; no livro “História das Fronteiras do Brasil”, de Hédio Viana; e no site oficial de Wilson Krukoski (<http://www.info.Incc.br/wrmkkk/arhist.html>), membro da Comissão Demarcadora de Limites do Ministério das Relações Exteriores do Brasil.

MAPA 6 - BRASIL: MUNICÍPIOS LÍMITROFES NA FRONTEIRA COM A GUIANA - 2007

- Sedes Municipais
- Bonfim (RR)
- Caracaraí (RR)
- Caroebe (RR)
- Normandia (RR)
- Oriximiná (PA)
- Uiramutã (RR)
- Países Fronteiriços

ESCALA 1 : 3.300.000

Fonte: Base Cartográfica dos Municípios Brasileiros
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 2007
Elaborado por: Laércio Furquim e Renata Salles

QUADRO 5 – FRONTEIRA BRASIL-GUIANA PRINCIPAIS NEGOCIAÇÕES	
Tratado de Londres	6.nov.1901
Tratado de Roma	6.jun.1904
Convenção Especial e Complementar	22.abr.1926
Acordos	18.mar.1930 e 27.out.1932

fonte: organizado pelo autor a partir de dados do Ministério das Exteriores do Brasil.

A fronteira entre o Brasil e a República Cooperativa da Guiana tem início no ponto tríplice Brasil-Guiana-Venezuela, nos montes Roraima, entre as cabeceiras dos rios Cotingo e Arabopo. Dali, segue para nordeste, passando entre o Salto Paikwa, ao norte, e as quedas do Cotingo, que correm ao sul, em território brasileiro, continuando até o monte Yacontipu.

A. Breve cronologia de interesse

A região da atual Guiana foi conhecida por Cristóvão Colombo e outros europeus desde o final do século XV. Na época, era terra dos Aruaques, dos Caraíbas e dos Uraus. Em 1581, os holandeses estabeleceram a primeira colônia, com a fundação de Stabroek – hoje Georgetown –, um posto de comércio situado 25 km acima da foz do rio Essequibo. Outros povoados se sucederam a poucos quilômetros desse grande rio.

No princípio do século XVII, a Guiana começou a ser explorada por holandeses da Companhia das Índias Ocidentais, passando depois ao domínio inglês. Com o crescimento das atividades agrícolas, surgiu um grande problema: a falta de mão-de-obra. Muitos indígenas morreram nas lavouras em função de seu trabalho escravo

e em decorrência de doenças trazidas pelos europeus. A Companhia das Índias Ocidentais Holandesa resolveu, então, importar escravos africanos, que rapidamente tornaram-se elementos-chave na economia colonial, e, nesse contexto, se deu um dos mais significativos legados holandeses na Guiana: o método de manuseio da terra. Os povoados agrícolas ficavam inicialmente numa extensão de terra entre 50 e 150 km rio acima. Nas marés cheias, a costa pantanosa era tomada pela água do mar e não parecia útil para colônias européias. A perspectiva de muitos lucros por produtos agrícolas tropicais, especialmente o açúcar, levou à reivindicação das terras costeiras, na segunda metade do século XVIII. Com sua técnica de criar uma área de solo utilizável por meio de diques e drenagem do excesso de água, os holandeses eram altamente indicados para essa tarefa. Usando esse sistema, formaram a planície costeira que segue sendo uma das mais produtivas do país.

Em 1595, esteve na região uma expedição inglesa comandada por Sir Walter Raleigh. A partir de então, o território passou alternadamente às posses inglesa e holandesa. Apesar de ter exercido o real domínio da região depois de 1796, os ingleses só tiveram reconhecida oficialmente a posse do território em 1814.

Nos anos de 1600, a população de escravos era estimada em 2.500 e o número de indígenas, em 50 mil, a maioria refugiada na vasta região do interior. Apesar de os africanos serem considerados essenciais para a economia colonial, suas condições de trabalho eram brutais e sua taxa de mortalidade, muito alta; esse conjunto de circunstâncias fez surgir várias rebeliões dos escravos. O mais famoso desses levantes começou em fevereiro de 1763, em plantações na região do rio Canje, em Berbice. Os escravos rebelados assumiram o controle da região e seguiram tomando outras várias plantações. A população européia fugiu, ficando apenas a metade daqueles que viviam na colônia. Liderados por Cuffy (hoje considerado herói nacional da Guiana), cerca de 3.000 rebeldes ameaçavam o

controle europeu sobre as Guianas. Com a ajuda de tropas vindas das vizinhas colônias francesa e inglesa e da Europa, os insurgentes foram derrotados.

Em 1831, as colônias de Berbice, Essequibo e Demerara foram unificadas, tornando-se a Guiana Inglesa, que tinha como principal atividade econômica o cultivo da cana-de-açúcar. Em 1837, após a libertação dos escravos, contrataram-se indianos para trabalhar na agricultura.

Em 1938, a Guiana ganhou limitada autonomia administrativa e política e, em 1953, 1957 e 1961, realizam-se eleições, supervisionadas pelos britânicos.

Em 1966, a Guiana passou a ser um Estado independente, mas de uma independência relativa, pois tornou-se membro da comunidade britânica de países (Commonwealth). Em 26 de Maio de 1966, a Guiana tornou-se Estado independente dentro da Comunidade Britânica e, em 1970, tornou-se uma República – a República Cooperativista da Guiana.

B. O início da definição da fronteira propriamente dita

Os limites do Brasil com a República Cooperativa da Guiana foram estabelecidos no início do século XX, mas seus processos remontam a meados do século XIX, quando o governo imperial do Brasil protestou contra a indevida penetração inglesa na região do Pirara, a norte e oeste dos rios Cotingo e Tacutu, fronteira oeste da Guiana, junto à Venezuela, também chamada linha Schomburgk.

Através do Tratado de Arbitramento, assinado em Londres, em 1901, Brasil e Inglaterra submetem o litígio ao arbitramento de Sua Majestade, o Rei da Itália. Nessa ocasião, fez-se uma Declaração Anexa, em que se estabeleceu que, a leste do território contestado, o limite deveria seguir pelo *divortium aquarum* (divisor de

águas) entre a bacia do Amazonas (no Brasil) e as do Corentyne e do Essequibo (na Guiana).

O Laudo proferido em Roma, em junho de 1904, determinou que a fronteira entre o Brasil e a Guiana Britânica seguisse por uma linha que, partindo do Monte Yakontipu, iria na direção leste, pelo divisor das águas, até a nascente do rio Mau (ou Ireng). Depois de proferido o Laudo, o reconhecimento da fronteira constatou que o rio Cotingo não nasce no monte Yakontipu, mas no monte Roraima, mais a oeste, como tinha constatado a Comissão Brasileira de Limites com a Venezuela, em 1884, ficando em aberto a parte da fronteira entre os montes Yakontipu e Roraima, início da fronteira do Brasil com a Venezuela.

Essa situação só foi resolvida em 22 de abril de 1926, por ocasião da assinatura de uma Convenção Complementar e de um Tratado Geral de Limites.

Em 18 de março de 1930, foi aprovado o Protocolo de Instruções para a demarcação da fronteira. Em outubro e novembro de 1932, acertou-se também, por troca de Notas Reversais, um Acordo para a Delimitação de Áreas Ribeirinhas na Fronteira entre o Brasil e a Guiana Britânica, em que se estabeleceram critérios claros para a adjudicação de ilhas e para o acompanhamento das alterações do leito ou talvegue de rios fronteiriços. Em seguida, começou a construção dos marcos, desde o ponto de trijunção Brasil-Guiana-Venezuela, na serra Pacaraima, ao longo dos rios Mau (ou Ireng) e Tacutu, assim como na Serra Acaraí, até o ponto de trijunção Brasil-Guiana-Suriname.

Esses trabalhos terminaram em janeiro de 1939, quando se assinou a Ata da décima primeira e última Conferência da Comissão Mista, aprovando a descrição da fronteira com seus respectivos apêndices, mapas e coordenadas de marcos, inclusive do marco B/BG-11A, construído em 1934 e localizado no extremo setentrional do Brasil.

Depois do surgimento da República Cooperativa da Guiana, em 1966, só em novembro de 1994 foi abordado o assunto da fronteira comum, por ocasião da primeira Conferência da nova Comissão Mista Brasileiro-Guianense de Limites, que acordou a realização de uma inspeção geral dos marcos.

2.2.3.4 - Fronteira Brasil-Venezuela²⁸

²⁸ A elaboração desse item foi baseada em dados e informações disponibilizadas pelo Ministério das Relações Exteriores do Brasil; no livro “História das Fronteiras do Brasil”, de Hédio Viana; e no site oficial de Wilson Krukoski (<http://www.info.Incc.br/wrmkkk/arhist.html>), membro da Comissão Demarcadora de Limites do Ministério das Relações Exteriores do Brasil.

MAPA 7- BRASIL: MUNICÍPIOS LÍMITROFES NA FRONTEIRA COM A VENEZUELA - 2007

- Sedes Municipais
- Alto Alegre (RR)
- Amajari (RR)
- Barcelos (AM)
- Iracema (RR)
- Pacaraima (RR)
- Santa Isabel do Rio Negro (AM)
- São Gabriel da Cachoeira (AM)
- Uiramutã (RR)
- Países Fronteiriços

ESCALA 1 : 3.400.000

Fonte: Base Cartográfica dos Municípios Brasileiros
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 2007
Elaborado por: Laércio Furquim e Renata Salles

QUADRO 6 – FRONTEIRA BRASIL-VENEZUELA PRINCIPAIS NEGOCIAÇÕES	
Tratado de Caracas	5.mai.1859
Tratado do Rio de Janeiro	24.jul.1928
Protocolos	9.dez.1905, 29.fev.1912 e 24.jul.1928

fonte: organizado pelo autor a partir de dados do Ministério das Exteriores do Brasil.

A. Breve cronologia de interesse

Três momentos podem ser considerados marcos do início de uma vida autônoma como entidade política por parte da Venezuela: a Declaração de Independência, em 1811, a Batalha de Carabobo, em 1821, e a extinção da união com a Colômbia, em 1829. A independência da Venezuela foi um longo processo, cheio de alternativas, muito mais do que um evento circunscrito a um momento determinado.

Em agosto de 1498, em sua terceira viagem à América, Cristóvão Colombo ancorou suas naus na península de Paria, considerando-a uma ilha e denominando-a Terra de Gracia. Pouco depois, descobriu a ilha Margarita. Em 1499, Alonso de Ojeda navegou ao longo do mar do Caribe até o lago Maracaibo. Os espanhóis não se tentaram apoderar da terra firme de início, pois estavam mais atraídos pela pesca da pérola em algumas ilhas próximas à costa nordeste. Com o esgotamento das ostras perlíferas, o interesse decaiu, e o impulso colonizador se deslocou para oeste, em direção a Caracas e Coro.

O primeiro estabelecimento permanente espanhol fundado foi Cumaná, em 1523, e, até 1546, sucederam-se infrutíferas expedições alemãs pelo interior, em busca de pedras preciosas.

Na segunda metade do século XVI, teve início a atividade agrícola, baseada no trabalho escravo. Caracas foi fundada em 1567 e, no já fim do século, havia mais de vinte núcleos de colonização nos Andes venezuelanos e no litoral do mar do Caribe. Ao longo dos séculos XVII e XVIII, as planícies e a região do lago Maracaibo foram sendo gradualmente ocupadas por missões católicas. Em 1717, o país deixou de depender de Santo Domingo para se incorporar ao vice-reino de Nova Granada, com sede em Bogotá.

Dois eventos importantes que ocorreram na década de 1720 marcaram a importância da região para a coroa espanhola. Em 1725, a Real e Pontifícia Universidade de Caracas começou a promover o ensino e, três anos mais tarde, com o apoio da coroa espanhola, criou-se a Companhia Guipuzcoana de Caracas, que detinha o monopólio da venda do cacau para a Metrópole e das mercadorias espanholas para a Venezuela. Sua missão era também reprimir o tráfico de escravos, cujo principal centro era a ilha de Curaçao, e as incursões estrangeiras ao território venezuelano. No entanto, os interesses da Companhia contrariavam os dos produtores venezuelanos, que forçaram sua dissolução, na década de 1780.

Em 1797, ocorreu a fracassada conspiração de Manuel Gual, em Caracas; tampouco logrou êxito o desembarque de Francisco de Miranda, com uma pequena expedição de patriotas, organizada nos Estados Unidos e financiada pela Inglaterra, em 1806.

No ano de 1810, depois de a Espanha cair em poder de Napoleão, os *criollos* - como eram chamados os brancos nascidos na colônia - de Caracas depuseram os representantes espanhóis e estabeleceram uma junta governativa local, com a finalidade oficial de salvaguardar os direitos do rei espanhol Fernando VII, preso na França, dois anos antes, por Napoleão.

Em 5 de julho de 1811, unindo-se aos representantes de outras partes do país, a junta governativa declarou a independência. Miranda, que retornara à América chamado por Simón Bolívar, assumiu o comando da nova república.

A reação realista²⁹ foi favorecida por um terremoto em 1812, que atingiu sobretudo Caracas e as povoações rebeldes. Os patriotas foram traídos e derrotados em Puerto Cabello. Miranda, que assinara a capitulação e ia embarcar para o Reino Unido, foi detido por Bolívar e enviado preso à Espanha, onde morreria em 1816. Bolívar recebeu salvo-conduto para Curaçao.

No início de 1813, a junta revolucionária nomeou Bolívar comandante das forças venezuelanas. Filho de ricos fazendeiros *criollos*, ele era um dos líderes do movimento de independência. Sofreu diversas derrotas em sua luta contra as forças espanholas, mas foi ajudado pela nova República do Haiti e por uma legião estrangeira de soldados britânicos e irlandeses.

Com capital em Bogotá, a República da Grande Colômbia, que reunia Nova Granada e a Venezuela, foi proclamada em 17 de dezembro de 1819. Em 24 de junho de 1821, Bolívar derrotou o exército realista, na batalha de Carabobo. As últimas forças realistas capitularam em Puerto Cabello, em 9 de outubro de 1823. No ano seguinte, Bolívar marchou em direção ao sul, para libertar o Peru e, em 1825, conseguiu dar fim ao domínio espanhol sobre a Bolívia.

Durante sua ausência, contudo, surgiram rivalidades regionais na Grande Colômbia, e o prestígio de Bolívar não foi suficiente para manter o país unido até sua volta. Em 1829, a Venezuela se separou, e, pouco tempo depois, o Equador fez o mesmo. No ano seguinte, Bolívar morreu, perto da cidade colombiana de Santa Marta, sem ter conseguido realizar o sonho de unir a América hispânica.

²⁹ Neste caso, realista se refere, segundo Leon Pomer, aos que apóiam o rei.

B. O início da definição da fronteira propriamente dita

Em 1841, o Ministro Aureliano de Sousa e Oliveira Coutinho, Visconde de Sepetiba, elaboraram um trabalho sobre a necessidade de o Brasil demarcar com exatidão suas fronteiras e a conveniência de se fazer representar no Congresso de Plenipotenciários, convocado por alguns países da América do Sul, em que, dentre outros, o assunto da fixação de limites estaria em pauta. Entretanto, como o de outros brasileiros que se ocuparam do tema – por exemplo, Antônio Peregrino Maciel Monteiro –, esse ponto de vista não recebeu a devida atenção das autoridades competentes.

Só em 1843 o governo imperial do Brasil nomeou Miguel Maria Lisboa, mais tarde agraciado com o título de Barão de Japurá, como encarregado de negócios junto à Venezuela. Nessa função, cabia-lhe discutir com aquele país os termos de um tratado de limites.

Assim, baseando-se no princípio do *uti possidetis*, o Barão de Japurá conseguiu negociar com o governo venezuelano um primeiro acordo, o Tratado de Limites e Navegação, que estabelecia a divisa com o Brasil desde as cabeceiras dos rios Içana, Aquio e Tomó até a ilha de São José, no rio Negro.

Entretanto, à época, havia pendências entre Venezuela e Colômbia quanto às terras a oeste do rio Negro. Apesar de o Barão de Japurá ter viajado em missão especial a Bogotá e conseguido negociar com o governo da Colômbia, além da fronteira brasileiro-colombiana, os limites que lhe seriam complementares com o Peru e a Venezuela, essa decisão não foi aceita pelo Congresso venezuelano, e o tratado acabou não sendo ratificado.

Houve nova tentativa brasileira de firmar acordo de fronteiras em 1845, e também em 1850, quando se constituiu a província do Amazonas, e em 1852, quando se chegou a elaborar o Tratado de 25 de Novembro. Negociado por um membro do governo venezuelano, Lorenzo Maria Lleras, este último estabelecia que, constituindo os territórios das ex-colônias espanholas apenas as terras efetivamente ocupadas na época de suas respectivas independências, não lhes cabia reivindicar qualquer outra área. Lleras reconheceu a superioridade do princípio do *uti possidetis* sobre qualquer outro. O Brasil já o reconhecera e também o tinha posto em prática com vários de seus vizinhos.

Mesmo assim, mais uma vez, o senado venezuelano se recusou a ratificar o tratado, alegando que ele implicaria no enfraquecimento dos direitos da Venezuela em suas pendências ainda existentes com o Peru e o Equador.

Só em 1859 se conseguiu chegar a um acordo, com a celebração, em Caracas, do Tratado de Limites e Navegação Fluvial, em que o Brasil era representado por Felipe José Pereira Leal e a Venezuela, por Luiz Sanojo. Ratificado no ano seguinte, esse tratado estabelecia como divisor um trecho entre a cabeceira dos rios Memachi e Negro, justamente uma área disputada entre os governos da Venezuela e de Nova Granada, atual Colômbia.

Em função disso, um de seus artigos afirmava claramente a intenção brasileira de não prejudicar os direitos de nenhum dos litigantes. A disputa só foi resolvida em 1891, pela rainha Maria Cristina, da Espanha, que, em sentença arbitral, determinou que a Venezuela não tinha direito ao território que vai da nascente do rio Memachi até a do rio Negro.

Já em 1878, entretanto, sendo ministro das Relações Exteriores o Barão de Villa Bela, nomeou-se uma comissão demarcadora, chefiada pelo tenente-coronel Francisco Xavier Lopes de Araújo, mais tarde reconhecido por Barão de Parima.

Essa comissão partiu do Rio de Janeiro no início de 1879 e, no final desse mesmo ano, encontrou-se com a comissão da Venezuela em Maroa, na margem direita do rio Guainia.

Em 1880, as comissões mistas começaram efetivamente a demarcação dividida em três partes: a do rio Memachi, do rio Tomo e do rio Maturacá. Voltaram a Manaus em 19 de julho daquele ano, de onde os venezuelanos se dirigiram a seu país e o efetivo brasileiro permaneceu na atual capital amazonense à espera de instruções do governo imperial.

Apenas em junho de 1881, a comissão do Brasil foi autorizada a prosseguir com a demarcação da fronteira, mas a venezuelana não. Mesmo sem a participação venezuelana entre janeiro de 1882 e fevereiro de 1883, foram percorridos os trechos dos rios Marari, Uraricaá, Cotingo e Maú. Desses trabalhos, resultaram o Primeiro e o Segundo Protocolo, assinados em Caracas, em 9 de dezembro de 1905, com as finalidades respectivas de aprovar os trabalhos anteriores feitos em comum e ultimar a demarcação da fronteira entre Brasil e Venezuela.

Já em 29 de fevereiro de 1912, assinou-se em Caracas um Terceiro Protocolo, determinando a colocação de marcos em certos pontos da fronteira. O Quarto Protocolo, de 24 de julho de 1928, foi assinado no Rio de Janeiro, pelos ministros brasileiro, Otávio Mangabeira, e venezuelano, José Abel Montilla. Esse documento tratava de pendências de demarcação de fronteira como o trecho entre a ilha de São José e o canal de Maturacá- Salto Huá e a região dos campos gerais, entre os rios Surumu-Cuquenán e Cotingo-Arabopô. Demarcados o trecho, entre 16 de janeiro e 29 de dezembro de 1930, e os campos gerais, entre 29 de dezembro de 1931 e 15 de março de 1934, logo se interromperam os trabalhos em comum, a pedido da Venezuela, que alegava dificuldades orçamentárias.

Só se retomaram as demarcações em 1938, com a assinatura, em 15 de outubro, em Caracas, de um acordo para o reinício dos trabalhos da Comissão Mista Brasileiro-Venezuelana, que, dessa vez, incluía um levantamento aéreo do trecho de fronteira ainda não demarcado. Em 27 de maio do ano seguinte, assinou-se, também em Caracas, outro acordo, determinando o reinício dos trabalhos de campo.

Ainda em Caracas, mais dois acordos foram assinados: em 20 de agosto de 1940, visando estudar e estabelecer um programa para o prosseguimento dos trabalhos de campo, e, em 5 de outubro de 1949, buscando providências e normas para os trabalhos de demarcação.

A partir dessa data, os trabalhos de demarcação da fronteira brasileiro-venezuelana não foram mais interrompidos. Em 23 de agosto de 1973, em Caracas, foi assinada a Ata da Quadragésima Primeira Conferência da Comissão Mista Brasileiro-Venezuelana Demarcadora de Limites mencionando que a linha divisória entre os dois países podia ser declarada como legitimamente assinalada no terreno, representada em mapas e materializada ao longo de seu desenvolvimento geral, percorrendo uma extensão de aproximadamente 2.199 km e orientada por 291 marcos.

Finalmente fora concluído o Tratado de Limites e Navegação Fluvial de 1859. Entre 2001 a 2002 mais 230 marcos foram construídos. A Sexagésima Sexta (66^a.) Conferência realizada em 5 de junho de 2003, em Santa Elena de Uairén, na Venezuela, reconhece que os limites entre o Brasil e a Venezuela estão, atualmente, caracterizados com 2.973 marcos.

2.2.3.5 - Fronteira Brasil-Colômbia³⁰

³⁰ A elaboração desse item foi baseada em dados e informações disponibilizadas pelo Ministério das Relações Exteriores do Brasil; no livro “História das Fronteiras do Brasil”, de Hédio Viana; e no site oficial de Wilson Krukoski (<http://www.info.lncc.br/wrmkkk/arhist.html>).

MAPA 8- BRASIL: MUNICÍPIOS LIMÍTROFES NA FRONTEIRA COM A COLÔMBIA - 2007

- Sedes Municipais
- Japurá (AM)
- Santo Antônio do Içá (AM)
- São Gabriel da Cachoeira (AM)
- Tabatinga (AM)
- Países Fronteiriços

ESCALA 1 : 3.700.000

Fonte: Base Cartográfica dos Municípios Brasileiros
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 2007
Elaborado por: Laércio Furquim e Renata Salles

QUADRO 7 – FRONTEIRA BRASIL-COLÔMBIA PRINCIPAIS NEGOCIAÇÕES	
Tratado de Bogotá	24.abr.1907
Tratado do Rio de Janeiro	15.nov.1928
Protocolo	24.abr.1927
Acordos	12.mar.1930, 27.ago.1952, 5.ago.1976

fonte: organizado pelo autor a partir de dados do Ministério das Exteriores do Brasil.

A. Breve cronologia de interesse

No fim do século XV, o litoral da Colômbia era habitado por índios caraíbas e o seu planalto, por chibchas, agricultores e mineradores. O começo da colonização foi violento. Cartagena, fundada em 1533 por Pedro de Heredia, tornou-se a maior base naval e comercial do Império Espanhol na América.

Fundada em 1538, Bogotá se transformou na capital do Vice-Reino de Santa Fé de Bogotá, em 1740. Em 1629, o Arquipélago de San Andres e Providência foi descoberto pelo inglês Puritans. Por 200 anos a Inglaterra, a Alemanha, a França e a Espanha reclamaram o direito sobre as ilhas. Em 1793, a Inglaterra reconheceu o direito da Espanha, no Tratado de Versalhes. Em 1822, as ilhas juntaram-se à Grã-Colômbia.

No início do século XIX, as invasões napoleônicas aceleraram a decadência da coroa espanhola, e Fernando VII foi substituído no trono pelo irmão de Napoleão, José Bonaparte. Os ideais revolucionários influenciaram a burguesia da colônia a se libertar da Espanha. Em resposta aos movimentos autonomistas, uma lei de 1809 torna a América espanhola parte integrante da coroa, mas, inspirados no Código Napoleônico, os decretos de teor liberal que a acompanhavam não impediram a deflagração de um processo geral de independência. Os combates foram longos e

sangrentos nos lugares onde a comunidade espanhola era numerosa e as tropas da metrópole eram fortes, como o México e o Vice-Reino de Nova Granada (Venezuela, Colômbia, Equador e Panamá).

Com exceção do Vice-Reino do Prata (Argentina, Uruguai, Paraguai e parte da Bolívia), até 1814, os realistas estavam em vantagem, quando Fernando VII voltou ao trono. Limitada pelo monopólio comercial da Metrópole e pela restrição do acesso aos postos administrativos, a burguesia *criolla* das colônias espanholas lançou-se em movimentos de independência no Vice-Reino de Nova Granada e no Vice-Reino do Prata.

A partir de 1814, os exércitos reais tentaram abafar os movimentos, que se converteram em guerras patrióticas de libertação. Iniciada pelas tropas lideradas por Simón Bolívar, a campanha militar de libertação se desenvolveu em duas direções:

- a partir do norte, expulsou os espanhóis da Colômbia, da Venezuela e do Equador;
- a partir do sul, sob o comando de San Martín, libertou a Argentina, o Chile e o Peru.

Em 1821, constituiu-se a Grã-Colômbia, compreendendo a atual Colômbia, a Venezuela, o Equador e o Panamá. Em 1824, a vitória de Ayacucho pôs fim ao domínio espanhol na América. Em 1829, a Venezuela se separou. Logo em seguida, em 1830, o Equador também. As províncias restantes formaram a República de Nova Granada, que passou a Confederação Granadina em 1857, a Estados Unidos da Colômbia em 1863, e, desde 1886, é a República da Colômbia.

Em 27 de abril de 1859, o país ostentava o nome de Confederación Granadina e era presidido por Don Mariano Ospina Rodríguez.

B. O início da definição da fronteira propriamente dita

Em 6 de junho de 1826, o governo colombiano reivindicou o cumprimento das cláusulas 10^a, 11^a e 12^a do Tratado de Santo Ildefonso, de 1777, que se referiam ao trecho da fronteira no rio Negro. Aqui, nota-se novamente a transferência geográfico-territorial de termos da negociação, que então se fazia entre as coroas metropolitanas, para os nascentes estados territoriais.

Em 25 de julho de 1853, o Brasil e a República de Nova Granada firmaram o Tratado de Amizade e Limites, em que se destacou a confluência do rio Apapóris com o rio Japurá.

Em 16 de março de 1891, a rainha da Espanha, Maria Cristina, dá causa de ganho à Colômbia pelas terras contestadas pela Venezuela. Essas terras correspondem a uma vasta porção que se estende desde a atual fronteira da Colômbia com a Venezuela seguindo pelo sul do território colombiano, até a atual fronteira com o Brasil na região conhecida como “Cabeça do Cachorro”, até encontrar o Rio Negro.

Em 3 de setembro de 1906, os dois países assinaram um protocolo que estabelece a divisão dos limites em dois trechos: o primeiro, ao norte da desembocadura do rio Apapóris e o segundo, dessa desembocadura para o sul. Em 12 de fevereiro de 1907, o governo brasileiro informa a chancelaria colombiana que aceita o protocolo de 3 de setembro de 1906, autorizando o nosso ministro, em Bogotá, a negociar um tratado para o trecho norte dos limites com a Colômbia e a deixar a negociação do trecho do lado sul para depois da solução dos envolvimento do Peru e do Equador com a Colômbia.

Com o Tratado de Bogotá, assinado em 24 de abril de 1907, fixaram-se os limites entre o Brasil e a Colômbia no trecho compreendido entre a Pedra do Cucuí, no rio Negro, e a desembocadura do rio Apapóris, na margem esquerda do rio Japurá, ou Caquetá. Em 24 de março de 1922, em Lima, é assinado o Tratado de Limites entre o Peru e a Colômbia, em que esta foi reconhecida como o único país confinante com o Brasil na região entre os rios Apapóris e Amazonas.

A assinatura do Tratado de Limites e Navegação Fluvial, efetuada em 15 de novembro de 1928 na cidade do Rio de Janeiro, os países fronteiriços procuraram estabelecer os limites entre o Brasil e a Colômbia e um acordo para respeitarem a navegação fluvial.

Os dois países estabeleceram um acordo firmado através de trocas de Notas Reversais em 1930. Assim definiram as instruções a fim de se demarcar a fronteira. Sublinhe-se o largo tempo decorrido entre o início das negociações e seus resultados práticos, de instalação de marcos nos terrenos nos respectivos territórios.

Em 13 de dezembro de 1930, assinam a Ata da Primeira Conferência para constituir a Comissão Mista de Demarcação dos Limites Brasil-Colômbia, adotando uma série de medidas administrativas e técnicas, prolongando para mais cinco de conferências até atingir um perfeito entendimento e entrosamento das medidas adotadas. Em 5 de janeiro de 1937, assinaram a Ata da Vigésima Primeira e última Conferência, com aprovação, em Comissão Mista, da descrição dos limites demarcados e de toda a documentação elaborada. Meses depois, em 10 de junho do mesmo ano, os dois países apresentam Nota de Aprovação da Ata da Vigésima Primeira Conferência da Comissão Mista de Demarcação dos Limites Brasil-Colômbia, encerrando a demarcação dos limites entre os dois países.

Os trabalhos da Comissão Mista de Inspeção dos Marcos de Fronteira Brasileiro-Colombiana só foram ativados em 22 de setembro de 1952, numa reunião da

Comissão Mista na Colômbia, mais especificamente na cidade de Letícia, então sede do Comando Militar.

Mais de 20 anos depois, em 5 de agosto de 1976, a mesma a Comissão se reuniu, desta feita na cidade de Bogotá, para a Primeira Conferência de uma nova fase nos trabalhos: a densificação e inspeção dos marcos.

A mais recente reunião da Comissão Mista ocorreu em 23 de janeiro de 2004, quando realizou-se a Décima Sétima Conferência da Comissão Mista de Inspeção dos Marcos de Fronteira Brasileiro-Colombiana, em Bogotá. Na ocasião ficou acordado que a continuidade aos trabalhos de inspeção dos marcos da geodésica na Ilha de São José ao Marco Macucuni.

2.2.3.5 - Fronteira Brasil-Peru³¹

³¹ A elaboração desse item foi baseada em dados e informações disponibilizadas pelo Ministério das Relações Exteriores do Brasil; no livro "História das Fronteiras do Brasil", de Hédio Viana; e no site oficial de Wilson Krukoski (<http://www.info.incc.br/wrmkkk/arhist.html>), membro da Comissão Demarcadora de Limites do Ministério das Relações Exteriores do Brasil.

MAPA 9- BRASIL: MUNICÍPIOS LÍMITROFES NA FRONTEIRA COM O PERU - 2007

- Sedes Municipais
- Assis Brasil (AC) 1
- Atalaia do Norte (AM) 12
- Benjamin Constant (AM) 13
- Cruzeiro do Sul (AC) 2
- Feijó (AC) 3
- Guajará (AM) 14
- Jordão (AC) 4
- Manoel Urbano (AC) 6
- Marechal Thaumaturgo (AC) 7
- Mâncio Lima (AC) 5
- Porto Walter (AC) 8
- Rodrigues Alves (AC) 9
- Santa Rosa do Purus (AC) 10
- Sena Madureira (AC) 11
- Países Limitrofes

ESCALA 1 : 3.000.000

Fonte: Base Cartográfica dos Municípios Brasileiros
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 2007
Elaborado por: Laércio Furquim e Renata Salles

QUADRO 8 – FRONTEIRA BRASIL-PERU PRINCIPAIS NEGOCIAÇÕES	
Tratado de Lima	23.out.1851
Tratado do Rio de Janeiro	8.set.1909
Protocolos	22.out.1861, 29.abr.1912, 19.abr.1913

fonte: organizado pelo autor a partir de dados do Ministério das Exteriores do Brasil.

A. Breve cronologia de interesse

Após destruir a capital sul do Império Inca, a atual cidade de Cuzco, no ano de 1535, a expedição do espanhol Francisco Pizarro fundou a Ciudad de los Reyes, hoje, a capital Lima. Em 1543, em função da exploração da prata, do ouro e do mercúrio, a terra colonial foi elevada à condição de Vice-Reinado do Peru.

Sob a liderança de Tupac Amaru, em 1780 ocorreu uma importante revolta indígena que se estendeu até o Equador sendo controlada pela coroa espanhola em 1783. Em 1819, José de San Martín inicia a luta contra os espanhóis e, em dezembro de 1822, proclamou-se a República do Peru, sem, entretanto, o reconhecimento espanhol.

Contudo, apenas dois anos depois, as tropas de Antonio José Sucre derrotaram os espanhóis. Em 1828, foi adotada uma Constituição liberal, mas o pagamento de tributos indígenas e a escravidão dos negros só foram de fato eliminados no governo do mestiço Ramón Castilla, de 1845 a 1862.

O novo país mergulhou numa sucessão de conflitos desastrosos com os vizinhos, sendo derrotado pela Grã-Colômbia, entre 1828 e 1829, e pela Argentina e pelo Chile, em 1839. Em 1869, a Espanha reconheceu, enfim, a independência do Peru. Entre 1879 e 1884, ocorreu a Guerra do Pacífico, quando o Peru e o Chile

disputaram o controle das jazidas de nitrato no deserto de Atacama e na província de Tarapacá. Como resultado desse conflito, o Peru perdeu o controle das jazidas.

B. O início da definição da fronteira propriamente dita

A fronteira entre o Brasil e o Peru começou a ser delimitada em 1851, ano em que os governos desses países assinaram o Tratado de Comércio, Navegação e Limites, também conhecido como Tratado de Lima. Pela cronologia acima, essas negociações interterritoriais poderiam ser tomadas como meios de forçar a confirmação do Peru como estado independente no nascente sistema interestatal, mas o fato é que o andamento e o desenvolvimento do adensamento das questões de fronteira tomavam corpo apesar de – e talvez em relação a – um contexto de turbilhão para o nascente governo vizinho.

Em seu artigo 7º, esse Tratado estabeleceu a povoação brasileira de Tabatinga como limite entre os países. Daí em direção ao norte, a fronteira seguiria em linha reta, até encontrar o rio Japurá, em frente à foz do rio Apapóris; de Tabatinga para o sul, ela seguiria o leito do rio Javari. Pelo Tratado de Lima, também se criavam as comissões de fronteira brasileira e peruana e, em 1858, firmou-se uma convenção que determinava o prazo de um ano para se realizar a primeira reunião de uma comissão mista brasileiro-peruana, para proceder à fixação dos limites entre Brasil e Peru.

Um fato polêmico foi definitivamente resolvido com a assinatura do referido Tratado. Passados 101 anos do Tratado de Madri e pouco mais de 74 anos do Tratado de Santo Ildefonso, pôde-se constatar que as localidades acima se situam bem mais a oeste do meridiano 50º como proposto pela cartografia portuguesa em meados do século XVIII. Na verdade, estão próximas do meridiano 70º, confirmando

na prática o avanço estratégico geopolítico dos interesses coloniais portugueses e assumidos, mais tarde, pelo então Império brasileiro. Nesse mapa, Cuiabá aparece na mesma longitude da foz do rio Amazonas. Isso faz parecer o Brasil mais “estreito”, como litoral mais próximo da fronteira terrestre. Ora, como os portugueses tinham construído fortes e povoado por ali, foi uma estratégia portuguesa para utilizar o *uti possidetis* nos Tratados de Madri e Santo Ildefonso para requerer essa região para o Brasil. E conseguiu. Não fosse isso, valeria o *uti possidetis* para a Espanha que reconheceria essa área como sua, como determinava o Tratado de Tordesilhas. Provavelmente teríamos o território mais estreito. A nova cartografia reconhece as longitudes corretas da área, como demonstrado no mapa 2, Mapa das Cortes, 1749, na página .

Tardou, mas em 1861 o governo imperial foi comunicado da intenção peruana de constituir uma comissão, estabelecendo, por sua vez, uma comissão brasileira. Em função disso, emitiram-se as Instruções para o Comissário do Governo Imperial, encarregado da Demarcação da Fronteira entre os países, conforme o Tratado de 23 de outubro de 1851.

Entretanto, essa comissão acabou sendo dissolvida, por não se haver reunido com a comissão peruana até 1864, como tinha sido estipulado. Só em 1865 o Império brasileiro constituiu uma nova comissão de limites, ao saber que estava a caminho D. Francisco Carrasco, o novo chefe da comissão peruana. Este vinha substituir D. Ignacio Maríategui, que tinha ido até Belém, sem, contudo iniciar trabalhos de demarcação, por não achar o momento oportuno para isso. Maríategui de fato chegara a ser convidado para os trabalhos, pelo então chefe da comissão brasileira, José da Costa Azevedo, que inclusive lhe mostrara cópia das mencionadas Instruções.

Entre o final de 1865 e o início de 1866, a comissão mista se reuniu em seis conferências preliminares, procurando definir as principais diretrizes sobre reconhecimento e demarcação da fronteira brasileiro-boliviana, e, já em maio de 1866, partiu de Belém para os primeiros trabalhos de campo.

Essa etapa inicial foi marcada por muitos contratempos e a comissão mista acabou deixando de receber a colaboração de importantes autoridades brasileiras e peruanas, que morreram em campanha ou ficaram gravemente feridas, devido a ataques de índios. Ainda assim, foi possível fixarem-se marcos no igarapé Santo Antônio e postes provisórios nos rios Içá e Japurá, além de também se explorarem centenas de milhas no rio Javari.

Em 1871, retomaram-se as reuniões da Comissão Mista, para dar prosseguimento aos trabalhos interrompidos em meados de 1867. Houve oito conferências, com a participação de Antônio Luiz Von Hoonholtz, o novo Comissário do Império. Discutiram-se diretrizes preliminares e a execução dos trabalhos de demarcação em curso. Nesse período, finalmente foram demarcados em caráter definitivo o extremo norte da linha Tabatinga – Apapóris e sua intersecção com o rio Içá.

Em 1904, os governos brasileiro e peruano assinaram acordo para fixar limites desde a nascente do rio Javari até a linha de latitude 11 ao sul, neutralizando os territórios compreendidos pelas bacias do Alto Juruá e do Alto Purus, até que novas negociações permitissem um ajuste definitivo sobre a questão de limites. Foram ainda criadas duas comissões mistas para explorar ambos os rios até suas nascentes. Nessa negociação, o Brasil foi representado por Bellarmino Mendonça e Euclides da Cunha.

Visando concluir definitivamente a linha de limites, assinou-se, em 1909, um tratado que, além de completar a determinação das fronteiras, estabelecia princípios gerais sobre comércio e navegação na bacia do Amazonas.

Com base nesse tratado e no Protocolo de 1913, constituiu-se a Comissão Mista Brasileiro-Peruana Demarcadora de Limites, que fixou os limites entre as nascentes do rio Javari e o ponto do rio Acre que marca o limite entre o Peru e a Bolívia.

Esses trabalhos de demarcação foram realizados entre 1913 e 1927, com uma interrupção de 1914 a 1920. Em 1925, devido ao acordo resultante do litígio em que se envolveram o Peru e a Colômbia – ao disputar terras a oeste da linha reta que une a região das nascentes do igarapé Santo Antônio e o rio Japurá, em frente à foz do rio Apapóris –, o Peru deixou de fazer fronteira nesse trecho, que passou a pertencer à Colômbia, conforme registro na Ata Tripartite, assinada em Washington, pelos governos brasileiro, peruano e colombiano.

Assim, a nova fronteira brasileiro-peruana ficou compreendida entre o rio Amazonas e o rio Acre, na confluência com o Yaverija, e, numa extensão de 2.995 km, foram instalados 86 marcos.

Concluída a demarcação, encerraram-se definitivamente os trabalhos da comissão mista, conforme a Ata da 25a. Conferência, de 13/09/1927. E, por ter caráter temporário, a Comissão brasileira foi dissolvida. Na prática, isso resultou no quase completo esquecimento dessa fronteira, durante mais de meio século, pois tanto o Brasil quanto o Peru encontravam-se então privados de organismos competentes para avaliar as necessidades de trabalhos técnicos em sua área em comum. Disso resultaram vários casos de invasões mútuas, involuntários ou não, devido ao abandono e ao próprio desconhecimento de determinadas localidades na fronteira que terminaram descaracterizadas pelo desaparecimento de marcos deteriorados pelo tempo, ou levados pelas periódicas enchentes dos rios amazônicos,

a exemplo do que ocorreu na área do rio Chandless, nos anos da década de 1980, quando algumas famílias peruanas terminaram inadvertidamente se estabelecendo em terras brasileiras, próximas ao marco 13.

2.2.4 - Fronteiras demarcadas pela Segunda Comissão Demarcadora de Limites (SCDL)

A SCDL tem como responsabilidade a demarcação, a densificação, a manutenção e a fiscalização dos marcos de limites nas fronteiras com a Bolívia, com o Paraguai, com a Argentina e com o Uruguai.

O estabelecimento dos limites nas fronteiras do Brasil com Bolívia, Paraguai, Argentina e Uruguai, como todas as demais, é marcado por características particulares a cada período e pelo processo histórico de constituição de cada país envolvido. Bolívia e Peru foram os dois países que primeiro tiveram suas delimitações, ou seja, seus limites definidos por Tratado, na fronteira com o Brasil, no ano de 1851. A seguir veremos características, uma breve cronologia e destaques do processo de delimitação e estabelecimento de fato de cada fronteira citada acima.

2.2.4.1 - Fronteira Brasil-Bolívia³²

³² A elaboração desse item foi baseada em dados e informações disponibilizadas pelo Ministério das Relações Exteriores do Brasil; no livro “História das Fronteiras do Brasil”, de Hédio Viana; e no site oficial de Wilson Krukoski (<http://www.info.Incc.br/wrmkkk/arhist.html>), membro da Comissão Demarcadora de Limites do Ministério das Relações Exteriores do Brasil.

MAPA 10- BRASIL: MUNICÍPIOS LIMÍTROFES NA FRONTEIRA COM A BOLÍVIA - 2007

• Sedes Municipais	Costa Marques (RO) 3	Porto Velho (RO) 5
Acrelândia (AC) 10	Cáceres (MT) 19	São Francisco do Guaporé (RO) 9
Alta Floresta D'Oeste (RO) 1	Epitaciolândia (AC) 14	Vila Bela da Santíssima Trindade (MT) 21
Alto Alegre dos Parecis (RO) 7	Guajará-Mirim (RO) 4	Xapuri (AC) 16
Assis Brasil (AC) 11	Ladário (MS) 18	Países Fronteiriços
Brasiléia (AC) 12	Nova Mamoré (RO) 6	
Cabixi (RO) 2	Pimenteiras do Oeste (RO) 8	
Capixaba (AC) 13	Plácido de Castro (AC) 15	
Comodoro (MT) 20	Poconé (MT) 23	
Corumbá (MS) 17	Pontes e Lacerda (MT) 24	
	Porto Esperidião (MT) 25	

ESCALA 1: 3.800.000

Fonte: Base Cartográfica dos Municípios Brasileiros
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 2007
Elaborado por: Laércio Furquim e Renata Salles

QUADRO 9 – FRONTEIRA BRASIL-BOLÍVIA PRINCIPAIS NEGOCIAÇÕES	
Tratado de Amizade, Limites e Comércio	27.mar.1867
Tratado de Petrópolis	17.nov.1903
Tratado de Natal	25.dez.1928
Notas Reversais	29.abr.1941
Acordo de Roboré – N.R. 1 C/R	29.mar.1958

fonte: organizado pelo autor a partir de dados do Ministério das Exteriores do Brasil.

A fronteira do Brasil com a Bolívia reserva a maior extensão de linha de limite dentre todas as fronteiras terrestres brasileiras. Longo também foi seu processo de delimitação até chegar ao estabelecimento de fato. Diversas ocorrências políticas e diplomáticas também marcam esse processo fronteiriço entre os dois países, mas merece destaque a denominada questão do Acre.

A. Breve cronologia de interesse

O Império Inca dominou diversas etnias que habitavam as terras correspondentes ao atual território boliviano que eram habitadas predominantemente pelos Aymará. A partir da chegada dos espanhóis em 1532, a organização secular implementada pelos Incas começou a ser desarticulada e novas formas de organização político-territorial foram instauradas. A exploração dos recursos naturais levou os colonizadores a fundar cidades com funções específicas e definidas por suas estratégias e interesses.

Seguindo essa lógica territorial, a partir de 1538 foram criadas diversas cidades como La Plata, hoje Sucre, que era o centro político e administrativo da Real Audiência de Charcas; Potosí, em 1545, base para a exploração da prata de Cerro

Rico; La Paz, em 1548, ativo centro comercial; Santa Cruz, em 1561, servindo de barreira ao expansionismo português e base para o controle da região oriental; Cochabamba, em 1574, centro de produção agrícola; Tarija, em 1574, numa área de conexão com o Rio da Prata; e Oruro, em 1600, por conta de sua riqueza mineral.

Durante a época da colônia, o impulso da exploração da prata e, mesmo à época republicana com a exploração de estanho, desenvolveu-se na Bolívia uma economia voltada predominantemente para a mineração, o que centralizou em torno dessas atividades a maior parte da mão-de-obra do país, além de minimizar o desenvolvimento de atividades econômicas ligadas a outros setores produtivos.

Em algumas das cidades colônias, porém, desenvolveram outras atividades. Em Chuquisaca foi criada a Universidade de San Francisco Xavier, de onde emergiram os primeiros ideais revolucionários que gestaram movimentos que levaram à independência do país em 1809. Mas a função de região produtora e exportadora de minerais que a Bolívia trazia desde a colônia, se manteve até meados do século XX.

Entre os anos de 1828 e 1829, fortes pressões do Peru em anexar a Bolívia ao seu território promoveu um intenso e instável momento político. Foi Andrés de Santa Cruz quem negociou a saída em favor da Bolívia e iniciou o fortalecimento da república no país. Contudo, o país encontrava-se numa situação de desordem política e fiscal. A Constituição legada por Bolívar indicava a formação da Confederação entre Bolívia e Peru. Esse passou a ser o ponto de referência para Santa Cruz, que instituiu duas novas constituições, uma em 1831 e outra três anos depois. Com inspiração napoleônica, Santa Cruz conseguiu tornar a Bolívia o primeiro país sulamericano a instituir oficialmente os códigos civil, penal, mercantil e de mineração. Além disso, Santa Cruz retomou o departamento de Tarija que havia sido entregue à Argentina. Assim, também afastou a possibilidade de anexação portenha.

Em 1835, a Bolívia, sob o comando de Andrés de Santa Cruz realizou o sonho bolivariano de formação da Confederação Peru-Bolívia, ratificada em 1836. Dessa forma, a Bolívia conseguiu saída para o mar. Não tardaram a surgir as políticas de retaliação à formação da Confederação bolivariana. Primeiro com Rosas, ditador argentino que tentou sem sucesso intervir na Bolívia. Mas o maior perigo viria do Chile. Encarando a Confederação como indicativo de enfraquecimento futuro com riscos de anexação do Chile, o governo chileno declarou guerra à Bolívia em 1837. Derrotado na batalha de Yungay, Santa Cruz viu a oposição no Peru e na Bolívia cindirem a Confederação. Aproveitando o momento, Velasco lidera um golpe de estado e assume o poder na Bolívia.

Nas décadas seguintes, avanços técnicos propiciaram a intensificação da exploração mineral na Bolívia. Esse crescimento levou a Bolívia a receber propostas de investimentos que implicavam em concessões de direitos e de parte de seu território em troca da entrada de capital no país. Assim, em 1866, foi assinado junto ao governo chileno um tratado que previa a exploração conjunta na qual o caberia ao Chile cinquenta por cento das riquezas obtidas com a exploração no território boliviano. Em 1867, a Bolívia firmou com o Brasil um tratado no qual cedeu o acesso direto ao rio Madeira, perdendo quase 300.000 km² de seu território.

Além desses tratados, seguiram diversas concessões a empresas estrangeiras voltadas à exploração mineral. Na maioria dos casos não significava nenhum benefício econômico e produzia altos custos políticos aos sucessivos governos bolivianos. Estabelecera-se um tumultuado contexto político. Em 1876, o general Hilarión Daza desencadeou um golpe de Estado e tomou o poder.

Em seu governo, Daza enfrentou um dos momentos mais difíceis da história boliviana, o conflito bélico desencadeado pelo expansionismo chileno que levou à Guerra do Pacífico. Em 1873, o embaixador boliviano Serapio Reyes Ortiz negociou

em Lima a execução de um tratado secreto de defesa mútua entre os dois países. Tal fato levou o Chile a declarar guerra ao Peru. Ao final da Guerra, vencida pelo Chile, a Bolívia perdeu parte de seu território cujos direitos remontam à época pré-hispânica por conta da presença de Tihuanacu no litoral numa área de cerca de 120.000 km² na região de Antofagasta, cujos principais produtos como a prata e o salitre foram causas centrais da disputa.

A derrota que significou a perda de acesso soberano ao mar abriu caminho para um desequilíbrio político com incalculáveis perdas econômicas. Sem saída para o oceano, o governo boliviano voltava-se à produção da borracha ao norte de seu território no final do século XIX. O êxito econômico da exploração da borracha levaria a sérios problemas de limites na fronteira norte com o Brasil. As disputas pelo controle de áreas produtivas na região levou a diversos conflitos, dentre eles movimentos independentistas que propunham a transformação do Acre num país soberano. Nos anos iniciais do século XX, o Brasil entrou no conflito e ocupou militarmente a região. Com ação diplomática notável do Barão do Rio Branco, em 1903, por meio do Tratado de Petrópolis, os dois países acertaram a compra por parte do Brasil de área territorial correspondente ao atual estado do Acre, por dois milhões de libras esterlinas. Além disso, o governo brasileiro construiu a ferrovia Madeira-Mamoré garantindo aos bolivianos liberdade de trânsito e escoamento de produtos por ela e pelos rios da região desde que tivessem rumando para o oceano.

B. O início da definição da fronteira propriamente dita

O primeiro tratado de limites entre o Brasil e a Bolívia foi assinado em 1867. Segundo o Ministério das Relações Exteriores, como ainda não se conhecia corretamente a situação geográfica dos rios na Bacia Amazônica, um de seus artigos estabelecia que a linha limite sairia do rio Madeira e seguiria a oeste por um paralelo

até as nascentes do rio Javari. Estabelecia, ainda, que, se essas nascentes estivessem ao norte daquele paralelo a linha deveria seguir desde a mesma latitude, até aquela nascente, o que de fato ocorreu e, graças às ações diretas do Barão do Rio Branco, anos mais tarde acordou-se definitivamente essas linhas de limite.

Os primeiros períodos demarcatórios da linha divisória da fronteira ocorreram na década de 1870, tendo a demarcação sido completada em 1878, pelo Barão de Parima, que também atuou nos processos de delimitação na Venezuela. Com a Bolívia, o Barão de Parima reconheceu a fronteira da Baía Negra, ao sul, até a região dos rios Guaporé, Mamoré e Madeira, ao norte.

Ainda de acordo com o Ministério das Relações Exteriores do Brasil, a partir de 1941, os trabalhos de densificação dessa linha de fronteira têm sido sistematicamente realizados pela Comissão Mista Demarcadora de Limites Brasileiro-Boliviana. A última indefinição foi levantada pela Nota Reversal N.R. 1 C/R, integrante do chamado Acordo de Roboré, de 1958, aprovado pelo Congresso Nacional Brasileiro em 1968. Em 1979, concluíram-se os trabalhos referentes ao trecho da linha-limite descrita nesse instrumento.

Na década de 1980, o trabalho limitou-se a inspeções unilaterais de marcos na fronteira seca e ao longo do rio Paraguai, tendo-se constatado a necessidade de reconstruir diversos deles e de melhorar-lhes a caracterização/densificação em alguns setores. A partir de 1990, teve prosseguimento o trabalho sistemático da Comissão Mista, tendo sido executadas inspeções aéreas em toda a linha-limite, desde a região do Acre até o ponto tripartite Brasil-Bolívia-Paraguai, ao sul. Atualmente, os trabalhos de densificação também continuam com os trabalhos de manutenção, pois se reconstruíram alguns marcos principais e construíram-se outros novos marcos secundários e de alinhamento, para melhorar a caracterização da fronteira seca.

Em 1997, delegados da Comissão Mista Demarcadora de Limites Brasileiro-Boliviana acompanharam os trabalhos de levantamento batimétrico³³ do canal principal dos rios Mamoré e Guaporé. Visavam obter subsídios para os estudos das mais de 80 ilhas do trecho limítrofe, ao longo de quase mil quilômetros na fronteira.

Mas, talvez o fator mais relevante seja a chamada “questão do Acre”. Pelo Tratado de Petrópolis, de 1903, os diplomatas brasileiros Assis Brasil e o Barão do Rio Branco assinaram a incorporação de fato das terras relativas ao atual Estado do Acre.

Atualmente, estão em discussão, no âmbito da Comissão de Relações Internacionais do Senado Federal do Brasil, as políticas a serem consideradas em função de ações do atual governo boliviano no tocante à criação de novas regulamentações na faixa de fronteira com o Brasil.

³³ De acordo o chefe da SCDL, Juvenal Milton Engel, (<http://www.info.Incc.br/wrmkkk/cbdlis.html>, acessado em 18 set. 2007), “os originais cartográficos desse levantamento, em 22 folhas, foram entregues formalmente à Comissão Boliviana, por ocasião da 28ª Conferência da Comissão Mista, aguardando-se a realização de nova reunião plenária da mesma Comissão para a conclusão dos estudos a respeito do assunto, se possível com proposta concreta aos dois Governos visando à adjudicação das ilhas.”

2.2.4.2 – Fronteira Brasil-Argentina³⁴

³⁴ A elaboração desse item foi baseada em dados e informações disponibilizadas pelo Ministério das Relações Exteriores do Brasil; no livro “História das Fronteiras do Brasil”, de Hédio Viana; e no site oficial de Wilson Krukoski (<http://www.info.Incc.br/wrmkkk/arhist.html>), membro da Comissão Demarcadora de Limites do Ministério das Relações Exteriores do Brasil.

MAPA 11- BRASIL: MUNICÍPIOS LIMÍTROFES NA FRONTEIRA COM ARGENTINA - 2007

• Sedes Municipais	Derrubadas (RS)	Pirapó (RS)	Santo Antônio do Sudoeste (PR)	Países Fronteiriços
Alecrim (RS)	Dionísio Cerqueira (SC)	Planalto (PR)	Serranópolis do Iguaçu (PR)	
Bandeirante (SC)	Doutor Maurício Cardoso (RS)	Porto Lucena (RS)	São Borja (RS)	
Barra do Guarita (RS)	Esperança do Sul (RS)	Porto Mauá (RS)	São José do Cedro (SC)	
Barra do Quarai (RS)	Foz do Iguaçu (PR)	Porto Vera Cruz (RS)	São Miguel do Iguaçu (PR)	
Barracão (PR)	Garuchos (RS)	Porto Xavier (RS)	São Nicolau (RS)	
Belmonte (SC)	Guaraciaba (SC)	Pranchita (PR)	Tiradentes do Sul (RS)	
Bom Jesus do Sul (PR)	Itapiranga (SC)	Princesa (SC)	Tunápolis (SC)	
Capanema (PR)	Itaqui (RS)	Pérola d'Oeste (PR)	Uruguaiana (RS)	
Crissiumal (RS)	Novo Machado (RS)	Roque Gonzales (RS)		
	Paraíso (SC)	Santa Helena (SC)		

ESCALA 1 : 2.300.000

Fonte: Base Cartográfica dos Municípios Brasileiros
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 2007.
Elaborado por: Laércio Furquim e Renata Salles

QUADRO 10 – FRONTEIRA BRASIL-ARGENTINA PRINCIPAIS NEGOCIAÇÕES	
Laudo Arbitral	5.fev.1895
Tratado de Limites	6.out.1898
Artigos Declaratórios	4.out.1910
Notas para constituição de Comissão Mista de Inspeção de Fronteira	15.mai.1970 e 17.jun.1970
Convenção Complementar	27.dez.1927
Acordo de Ampliação das Comissões Mistas	31.jan.1996

fonte: organizado pelo autor a partir de dados do Ministério das Exteriores do Brasil.

A fronteira entre os territórios brasileiro e argentino tem como marco de delimitação o Tratado de Limite de 1898. Essa foi a última das fronteiras do sul a ser definida por tratado. Com demarcação iniciada em 1901, também foi a última delas a ser demarcada.

A. Breve cronologia de interesse

Um século antes da chegada dos colonizadores espanhóis, o atual território argentino era habitado por diversos povos com cultura e identidade próprias, como os atacamenhos, omaguas, huarpes. No século XV, terras que compõem o atual território argentino foram invadidas e dominadas pelos incas. No final deste século, guarani, caingangs e outros povos ocuparam terras em diferentes lugares, mas sobretudo no noroeste do território da atual Argentina.

Ainda no início do século XVI, no ano de 1502, os primeiros europeus chegaram à região quando a expedição comandada por Américo Vespúcio contornou a entrada do rio da Prata. Em 1516, o espanhol Juan Díaz de Solís adentrou com sua

expedição o rio da Prata e, ao desembarcarem em terras que compõem o atual território do Uruguai, foram duramente recebidos pelos indígenas. Nesse ataque Solís e boa parte de seus navegantes foram mortos. Parte dos sobreviventes se refugiou na atual Florianópolis. Também Fernão de Magalhães percorreu o litoral argentino. Em 1526, uma expedição comandada por Sebastião Gaboto tentou refazer o percurso de Magalhães em busca da chamada "Serra de Prata". Entraram no rio da Prata e, na ribeira do rio Paraná fundaram o forte *Sancti Spiritu*, próximo à atual cidade de Coronda (Santa Fé), mas não lograram êxito na procura das riquezas e, assim, a expedição retornou à Espanha, onde a partir de 1530 se difundiram diversas histórias e lendas sobre as riquezas da "Serra de Prata".

Em 1534 a coroa espanhola, que instituiu as capitanias em suas terras sul-americanas, concedeu as terras da porção centro-norte da atual Argentina a Pedro de Mendoza e a maior parte da atual Patagônia, a Simón de Alcazaba. Em 1536, Mendoza fundou o Porto de Santa Maria Del Buen Ayre. Mas, a relação dos espanhóis com os povos indígenas era de tensão. Enquanto os capitães das expedições percorriam a região em busca de ouro e prata, os que ficavam nos povoados guerreavam com os indígenas. Em 1537, como resultado das expedições pelo rio Paraguai, Domingos Martinez e Juan Salazar de Espinosa fundaram Assunção e chegaram a Potosí, a chamada "Serra de Prata".

Uma disputa pelo controle de Buenos Ayres levou ao seu quase despovoamento em 1541. O povoamento europeu no interior do atual território da Argentina começou a ocorrer após a conquista do Peru, em 1536. Em 1550 foi fundada a Ciudad del Barco aos pés da Serra do Aconquija, na atual província de Tucumán. Na região do rio da Prata, a colonização concentrou-se no Paraguai, onde os guarani eram numerosos. A colonização continuou e, paulatinamente, muitos

povoados foram ao longo dos séculos XVI e XVII. Em meados do XVII, os espanhóis guerrearam com indígenas dos Vales Calchaquies. Muitos indígenas foram dizimados.

Na segunda metade do século XVI, a fim de minimizar seu isolamento, Alto Peru e Paraguai buscavam o estabelecimento de laços comerciais mais intensos com a Espanha. Para isso, exigiam da coroa a construção de um porto no Atlântico sul. A coroa, por sua vez, preocupada com as incursões estrangeiras no Rio da Prata, autorizou a segunda fundação de Buenos Ayres em 1580 que, por sinal, já vinha sendo repovoada a partir do núcleo europeu que habitava Assunção.

A partir de então Buenos Aires se tornou o ponto de saída dos produtos vindos do Alto Peru, sobretudo a prata, e do Paraguai. Também estabeleceram-se, a partir da década de 1580, lucrativos negócios entre Tucumán e Brasil por via de Buenos Aires. A criação da Colônia de Sacramento³⁵ pelos portugueses defronte a Buenos Aires favoreceu o crescimento do contrabando na região.

No início do século XVII, o contrabando se tornou a principal atividade econômica de Buenos Aires, o que fez com que a coroa tentasse restringir as atividades no porto, o que se mostrou atitude em vão. A fim de minimizar o problema, o primeiro governador da Província do Rio da Prata nascido na América, Hernando Arias de Saavedra, efetivou a cisão da província em duas: o Paraguai e o Rio da Prata.

A intensa disputa entre portugueses e espanhóis pela Colônia do Sacramento ao longo do século XVIII culminou com a criação espanhola do Vice-Reinado do Prata com sede em Buenos Aires. Durante esse século, as missões jesuíticas com os guarani se constituíam numa espécie de estado dentro do Estado com potente viés comercial cujos produtos excedentes, principalmente erva mate, tabaco, fibras e

³⁵ Ver item 2.2.4.4 Fronteira Brasil-Uruguaí.

couro eram comercializados por todas as colônias do entorno, como Tucumán, Plata, Brasil, Alto Peru e mesmo com a Espanha. Esses rendosos negócios atraíram os bandeirantes que pretendiam caçar os guarani, vendê-los em São Paulo apropriando-se de seus recursos. Nesse contexto, as missões tiveram um importante papel na defesa do Paraguai e do Rio da Prata.

Contudo, em 1767 a coroa espanhola expulsou a Companhia de Jesus de suas possessões e os guarani passaram a depender dos governadores civis espanhóis que os explorava a tal ponto que no início do século XIX quase todas as missões já se encontravam praticamente em ruínas e despovoadas.

Como consequência das guerras napoleônicas, as quais tiveram apoio aberto da Espanha à França, navios estadunidenses e ingleses aumentaram sua presença no porto de Buenos Aires. No início do século XIX, os ingleses tomaram Montevideú e tentaram o mesmo em Buenos Aires, que resistiu bravamente impedindo a conquista inglesa. A resistência aos ingleses é cogitada como o prelúdio da independência da Argentina. Nesse processo, os limites do novo país teriam, necessariamente, que ser revistos.

Segundo Hélio Viana (1948, p. 199) com as independências que se sucederam na América do Sul, o *uti possidetis* da época passou a determinar os limites entre os recentes países. Dessa forma, tornaram-se obsoletos os limites firmados pelas metrópoles ibéricas no período colonial. Esse tema foi negociado em 1857, por ocasião daquele que poderia ter sido o primeiro Tratado de Limite entre o Brasil e a então Confederação Argentina, o que não ocorreu devido ao fato do governo argentino ter deixado vencer o prazo das ratificações em função do Brasil “não ter se aliado a êle para submeter pelas armas a província de Buenos Aires” (idem).

B. O início da definição da fronteira propriamente dita

De acordo com dados técnicos do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, a fronteira Brasil-Argentina foi a última das fronteiras do sul a ser definida por tratado. Isso ocorreu no ano de 1898. Também foi a última a ser demarcada, cujo primeiro período de demarcação, se deu de 1901 a 1904. Nessa fronteira, o Ministro das Relações Exteriores que assinou pelo Brasil o primeiro Tratado de Limites foi o General Dionísio Evangelista de Castro Cerqueira, o mesmo a coordenar a primeira Comissão de demarcação. Pela Argentina, tal tarefa ficou a cargo de Pedro Ezcurra. Nessa primeira etapa foram construídos 93 marcos ao longo de toda a fronteira. Foram erigidos 10 marcos principais, 3 secundários, 45 terciários - pilastras simples no pequeno trecho de fronteira seca - e 35 marcos em ilhas fluviais.

Com a assinatura da Convenção Complementar de 1927, foram disparadas as atividades de complementação do trecho final da linha de limite, junto à foz do rio Quarai, no rio Uruguai. Em 1928, uma nova Comissão Mista reconstruiu os marcos terciários na fronteira seca.

Constituída em 1970, a Comissão Mista de Inspeção dos Marcos da Fronteira Brasil-Argentina vistoriou todos os marcos anteriormente erigidos, reconstruiu os que se encontravam em estado precário de conservação e, depois de um cuidadoso levantamento do trecho de fronteira seca, projetou a intercalação de novos marcos terciários intervisíveis aos construídos em 1904, para aperfeiçoar a caracterização e a densificação da linha limite no extremo oeste do estado do Paraná. Nesse momento também foram construídos novos marcos para melhorar a definição do trecho inicial no rio Peperi-Guaçu. Em 1986 o programa de construção dos novos marcos foi completado com a construção de 310 marcos com intervalo médio de 80 metros entre eles.

Ainda segundo o Ministério das Relações Exteriores do Brasil, de 23 de outubro de 1995 e 31 de janeiro de 1996³⁶, foi assinado um novo acordo entre os dois países, que ampliou as atribuições da Comissão Mista.

³⁶ Acordo negociado em dois encontros. O primeiro na Argentina e o segundo no Brasil.

2.2.4.3 - Fronteira Brasil-Paraguai³⁷

³⁷ A elaboração desse item foi baseada em dados e informações disponibilizadas pelo Ministério das Relações Exteriores do Brasil, entre elas artigo do Embaixador João Hermes Pereira de Araújo intitulado “Paraguai, do conflito à Pacificação”; nos livros “História das Fronteiras do Brasil” e “História Diplomática do Brasil”, de Hédio Viana; e no site oficial de Wilson Krukoski (<http://www.info.Incc.br/wrmkkk/arhist.html>), membro da Comissão Demarcadora de Limites do Ministério das Relações Exteriores do Brasil.

MAPA 12- BRASIL: MUNICÍPIOS LIMÍTROFES NA FRONTEIRA COM O PARAGUAI - 2007

• Sedes Municipais	Guaíra (PR)	Porto Murtinho (MS)
Antônio João (MS)	Itaipulândia (PR)	Santa Helena (PR)
Aral Moreira (MS)	Japorã (MS)	Sete Quedas (MS)
Bela Vista (MS)	Marechal Cândido Rondon (PR)	Países Fronteiriços
Caracol (MS)	Mercedes (PR)	
Coronel Sapucaia (MS)	Mundo Novo (MS)	
Corumbá (MS)	Paranhos (MS)	
Entre Rios do Oeste (PR)	Pato Bragado (PR)	
Foz do Iguaçu (PR)	Ponta Porã (MS)	

ESCALA 1 : 3.000.000

Fonte: Base Cartográfica dos Municípios Brasileiros
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 2007
Elaborado por: Laércio Furquim e Renata Salles

QUADRO 11 – FRONTEIRA BRASIL-PARAGUAI PRINCIPAIS NEGOCIAÇÕES	
Tratado de Limites	9.jan.1872
Tratado Complementar	21.mai.1927
Protocolo de Instruções	9.mai.1930
Ata de Foz do Iguaçu	22.jun.1966
Protocolo Adicional ao Tratado de 1927	4.dez.1975
Notas – Ilhas do Rio Paraguai	15.fev.1978

fonte: organizado pelo autor a partir de dados do Ministério das Exteriores do Brasil.

As expedições e incursões iniciadas por Juan Díaz Solís e as que se seguiram pelos rios Paraná e Paraguai já descritas no item anterior contempla o início de breve cronologia do Paraguai a seguir.

A. Breve cronologia de interesse

Hélio Viana, em seu livro a “História da Diplomática do Brasil” (1958) afirma que a formação do território do Paraguai teve um papel excepcional na história da formação das antigas colônias espanholas na América do Sul. À época de sua fundação, logo após a primeira tentativa de povoamento de Buenos Aires, Assunção, apesar de sua maior distância em relação ao mar, por um longo tempo teve mais importância do que a povoação de Buenos Aires. Apesar disso, as respectivas situações econômicas se inverteram nos últimos tempos coloniais quando o Paraguai fazia parte do Vice-Reino do Rio da Prata.

A cidade de Assunção era base de onde partiu boa parte da colonização espanhola na América do Sul. De lá os espanhóis rumaram para o norte pelo Chaco e fundaram Santa Cruz de la Sierra, na atual Bolívia; para o leste ocuparam mais

terras hoje pertencentes ao território paraguaio; e para o sul ao longo do rio Paraná se dirigiram para reconstruir Buenos Aires em 1580.

Assunção se tornou o centro da província colonial espanhola e, também, uma das principais bases para as missões e povoamentos jesuítas na América do Sul já no século XVII e ao longo do século XVIII.

Enquanto Buenos Aires conseguia se libertar da Espanha, o Paraguai também buscava se tornar independente e, após diversas tentativas de reincorporação, em 1811 declarou sua independência. Para mantê-la, contou com o apoio do governo português, então sediado no Rio de Janeiro.

Contudo, o território soberano do Paraguai se mostrou muito menor do que pretendia. Limitou-se a um país central no sul do continente, sem litoral e somente podendo comunicar-se com o exterior por via fluvial. Tal isolamento também se tornou político durante a ditadura de José Gaspar Rodríguez de Francia.

Durante o Primeiro Reinado do Brasil, o cônsul Antonio Manuel Correia da Câmara conseguiu romper o isolamento político do Paraguai e estabeleceu relações diplomáticas com o Brasil, interrompidas novamente em 1830. Após D. Pedro II ter chegado à maioridade, retomaram-se as tais relações e o governo imperial do Brasil reconheceu a independência do Paraguai em 1842. Dois anos depois, José Pimenta Bueno, posteriormente Marquês de São Vicente, reforçou o reconhecimento e estabeleceu o primeiro Tratado de Aliança, Comércio e Limites com o paraguaio Carlos Antônio Lopez. Contudo, o governo imperial brasileiro não ratificou o Tratado em função das contingências políticas na América do Sul. Nesse contexto, em 1845, Brasil e Paraguai elaboraram um protocolo sobre navegação dos rios Paraná e Uruguai, com o qual, sob a intervenção da França, da Inglaterra e do Brasil, tentava-se a pacificação no Rio da Prata, onde a Federação Argentina estava em guerra com o Uruguai. Esses fatos geraram protestos da Federação Argentina, que desde o

processo de independência ressentia-se do fato do Paraguai não ter se unido às províncias platinas.

Permanecendo ainda a situação de insegurança na região meridional da América do Sul, Brasil e Paraguai assinaram, em 1850, o Tratado de Aliança Defensiva, no qual foi assegurada a liberdade de circulação fluvial. Pretendia-se responder as fortes políticas regionais do argentino Rosas.

Um incidente diplomático envolveu o representante brasileiro em Assunção, Felipe José Pereira Leal, que reclamava dos obstáculos levantados ao comércio e navegação do Brasil no rio Paraguai. Ele foi fortemente acusado de conspirar contra o Presidente Carlos Antonio Lopez. Isso desestabilizou as relações diplomáticas entre os dois países.

Entre os anos de 1854 e 1855, o Império brasileiro obteve satisfações do governo paraguaio e ambos assinaram um Tratado de Amizade, Comércio e Navegação, contudo este não resolvia os problemas de navegação no rio Paraguai. Isso levou os países a acelerarem as discussões acerca de seus limites.

É nesse contexto que os ministros José Berges, do Paraguai, e José Maria Paranhos, depois Visconde do Rio Branco negociaram novo Tratado de Amizade, Navegação e Comércio e um inicial Tratado de Limites, ratificados em 1856, em Assunção.

No ano de 1862, Francisco Solano Lopez assumiu o poder no Paraguai por ocasião da morte de seu pai, Carlos Antonio. Solano Lopez, que já aos 18 anos fora nomeado general, comandante-chefe do Exército e Ministro da Guerra, tomara contato pessoal com o Império de Napoleão III, fato que o pode ter fortemente influenciado politicamente. Isso pôde ser verificado por suas preocupações aceleradas de fortalecimento militar do Paraguai logo que retornou da Europa. Em

dois anos o efetivo de seu exército contava com cerca de 100.000 homens, ao passo que à época o Brasil somava cerca de 17.000 homens em seu exército.

Solano Lopez pleiteava ter voz ativa nas questões platinas. A princípio, sua política não tinha o território brasileiro como alvo, mas planejava a formação do Paraguai-Maior, o que significaria a anexação de Corrientes, Entre Rios e Uruguai. Dessa forma tornar-se-ia uma potência atlântica. Em 1864, Francisco Solano Lopez se apresentou ao Uruguai e ao Brasil como possível mediador nas questões do Sacramento. O Brasil declinou do convite alegando esperar uma solução bilateral.

Já o representante uruguaio em Assunção, Vasquez Sagartume, conseguiu, em 30 de janeiro de 1864, entendimento junto ao governo paraguaio no sentido de condenar qualquer tipo de que fosse considerado intervencionismo do Brasil. No mesmo dia, o Ministro brasileiro em Montevideú, João Neves Loureiro, retirou seus passaportes e se ausentou do posto.

A 13 de novembro do mesmo ano, o governo paraguaio capturou o vapor brasileiro "Marquês de Olinda" que navegava pelas águas do rio Paraguai rumo ao Mato Grosso, aprisionou seus passageiros e sua tripulação, estando entre eles o governador daquela Província, Carneiro de Campos. No dia seguinte, o governo paraguaio entregou os passaportes do Ministro brasileiro em Assunção, Viana de Lima. Estavam cortadas as relações diplomáticas entre Brasil e Paraguai e, no dia 13 de dezembro o governo paraguaio declarou guerra ao Brasil. No dia 26 seguinte o Paraguai atacou o Forte Nova Coimbra, invadindo a Província de Mato Grosso. Era o início da Guerra do Paraguai.

Em janeiro do ano seguinte, Solano Lopez pediu ao governo argentino a permissão para que suas forças atravessassem as províncias de Corrientes e Entre Rios com vistas a atacar o Rio Grande do Sul. Diante da negativa, Solano Lopez declarou guerra à Confederação Argentina, invadindo Corrientes. O apoio que Solano

esperava conseguir junto ao Uruguai não se confirmou e, assim, o Paraguai se viu desfavorecido com suas investidas territoriais.

Logo se estabeleceu a política de aliança entre Brasil, Uruguai e Argentina. A 10 de maio de 1865, em Buenos Aires, Francisco Otaviano de Almeida Rosa, representante do Brasil, junto aos representantes argentino Rufino de Elizalde e uruguaio, Carlos de Castro, assinaram o Tratado de Aliança Ofensiva e Defensiva, conhecido como Tratado da Tríplice Aliança.

Esse Tratado estabelecia em seu artigo primeiro que sua finalidade seria a de unir os signatários numa aliança contra a guerra promovida pelo governo paraguaio. No Artigo 7º, declara que a guerra é contra o governo paraguaio e não contra a população paraguaia. O artigo 3º acerta que cabe à Argentina o comando inicial das operações em suas terras e na fronteira de seu território como Paraguai, inclusive em terras paraguaias. Também firmam os signatários a reciprocidade do comando caso as operações de guerra transladassem para o Brasil ou para o Uruguai.

Os aliados se comprometiam, no artigo 6º do Tratado, a somente deporem armas em consenso e apenas após a derrubada daquele governo paraguaio. O artigo 7º garantia a independência, soberania e integridade da República do Paraguai.

No artigo 11º acertava-se a livre navegação pelos rios Paraná e Paraguai os artigos 14º e 15º tratava das atribuir ao Paraguai as despesas da Guerra. É no artigo 16º que aparecem questões prevendo a determinação das bases dos limites de cada país com o Paraguai, o que deveria ser acordado após o término da Guerra, quando cada país negociaria bilateralmente com o novo governo paraguaio que se estabeleceria.

Em 1869, as forças aliadas tomaram Assunção e, a 2 de julho do mesmo ano, os Protocolos de Buenos Aires assinados pelos países da Tríplice Aliança criavam o

Governo Provisório no Paraguai. Após as batalhas de Cerro Corá, José Maria Paranhos sugeriu aos plenipotenciários aliados que fossem a Assunção com o objetivo de providenciar um ajuste preliminar de paz. A Argentina se opôs e, então, o futuro Barão de Rio Branco propôs que se revisse no Tratado da Tríplice Aliança, a possibilidade de ação bilateral entre um dos aliados como Paraguai já naquele momento. Novamente a Argentina recusou, mas o Brasil não. O Conselho de Estado brasileiro aprovou, com exceção de Joaquim Nabuco e Visconde de Abaeté, a ação bilateral junto ao Governo Provisório do Paraguai. Contudo, um Protocolo Preliminar de Paz foi assinado em Assunção no ano de 1870.

A assinatura do tratado definitivo de paz, no entanto, enfrentava sérios obstáculos ligados a desentendimentos entre Brasil e Argentina. Entre outros, alguns acerca de distintas interpretações do Tratado da Tríplice Aliança de 1865. João Maurício Wanderley, o Barão de Cotegipe, foi convocado a suceder José Maria Paranhos na questão, e, no encontro dos representantes dos três países aliados, Manuel Quintana, da Argentina, propôs que seu país poderia tratar das questões de limites com o Paraguai, cabendo aos demais aliados apoiá-la. O Barão de Cotegipe e o representante uruguaio recusaram, o que fez com que Manuel Quintana se retirasse e fosse a Buenos Aires para consultar seu governo.

Ocorre que em 1872, o Barão de Cotegipe assinou com o plenipotenciário paraguaio os Tratados de Paz, Limites e Amizade; de Comércio e Navegação e outro, ainda, para Entrega de Criminosos e Desertores. Em Buenos Aires a repercussão não foi das melhores e nos meses seguintes diversas notas foram trocadas entre os governos brasileiro e argentino acerca da gravidade diplomática do momento. Essa tensão foi aliviada com a assinatura, no Rio de Janeiro, do acordo Mitre-São Vicente, no qual os plenipotenciários, o general Mitre da Argentina e o brasileiro Pimenta Bueno, acordaram, inicialmente, a manutenção da Tríplice Aliança para, na

seqüência aprovarem os Tratados de Cotegipe. Com isso, Argentina e Brasil retiraram suas tropas do Paraguai. Abriram-se os caminhos para os processos de definição de limites vindouros entre Brasil e Paraguai.

B. O início da definição da fronteira propriamente dita

Fato marcante no processo que estabeleceu a delimitação e densificação da linha de limite na fronteira entre o Brasil e o Paraguai é a faixa ocupada pelo lago da Usina Hidrelétrica de Itaipu. Contudo, o artigo 7º do Tratado de Itaipu, assinado entre os dois países em 1973, estabelece que "...as instalações destinadas à produção de energia elétrica e obras auxiliares não produzirão variação alguma nos limites entre os dois países estabelecidos nos Tratados anteriores e ainda vigentes". Estabelece, também, que, mesmo com todas as construções necessárias à geração de energia pela usina binacional, ficariam preservados os limites estabelecidos pelo primeiro Tratado de Limites, de 1872.

O primeiro a estabelecer o limite entre Brasil e Paraguai, desde a foz do rio Apa, no atual estado de Mato Grosso do Sul, até a foz do rio Iguaçu, no rio Paraná, esse Tratado foi assinado em 9 de janeiro de 1872. Contudo, o limite entre os dois países no rio Paraguai, no trecho compreendido entre a foz do rio Apa e o desaguadouro da Baía Negra – ponto tripartite Brasil-Paraguai-Bolívia –, foi estabelecido pelo Tratado Complementar de 21 de maio de 1927.

No mesmo ano da assinatura do Tratado de Limites, iniciaram-se os trabalhos de demarcação, concluídos em 1874, pelo Coronel Rufino Eneas Gustavo Galvão, o Barão de Maracaju, e pelo paraguaio D. Domingo Antonio Ortiz. De acordo com o Ministério das Relações Exteriores do Brasil, nesse período, foram construídos seis marcos principais ao longo da fronteira – um na foz do Apa, outros dois no

“galho” e na nascente do rio Estrela e três no divisor de águas das serras de Amambaí e Maracaju – e “...deixou de ser construído marco no final da linha seca, região do Salto Grande das Sete Quedas, no rio Paraná, por ser este um acidente de fronteira, considerado 'imutável', conforme afirmam as instruções aos demarcadores da época.” Com o fechamento da barragem da Usina Hidrelétrica de Itaipu, esse “acidente geográfico” está agora submerso sob as águas de seu lago.

Com a assinatura do Tratado de Itaipu, em 1973, viabilizou-se a construção da imensa obra de engenharia na fronteira dos dois países e, como já se disse, nem a criação de um lago artificial com cerca 1.400 km², um pouco ao norte da região de Foz do Iguaçu, alterou os limites antes estipulados. Assim, vigoram ainda os limites definidos em 1872.

Os trabalhos de caracterização se iniciaram na década de 1930, nos divisores de águas das serras de Amambaí e Maracaju, tendo sido estudadas as posições dos marcos sobre o levantamento topográfico dos divisores ao longo de mais de 430 km. Esses trabalhos foram realizados no rio Paraná e ao longo da fronteira seca, dividida em quatro setores. Nesse processo de densificação, construíram-se, até 1963, 852 marcos intervisíveis, com cerca de 500 metros, em média, de intervalo entre eles.

O limite ao longo do rio Paraguai foi definido pelo Tratado Complementar de 1927, mas só foi implementado pelo Protocolo Adicional de 1975. Após entendimento da Comissão Mista, as ilhas ao longo do trecho limítrofe do rio Paraguai foram adjudicadas a cada país, nas Notas de 15 de fevereiro de 1978. Entre 1978 e 1980, foram construídos 24 marcos nessas ilhas. Contudo, o trabalho de densificação ainda está por ser concluído.

A partir de 1990, concomitantemente com os trabalhos de inspeção, de reparação e de reconstrução de marcos, tem-se procedido a nova determinação de

suas coordenadas geográficas, usando-se tecnologia propiciada pelo rastreamento de satélites geodésicos.

2.2.4.4 - Fronteira Brasil-Uruguaí³⁸

³⁸ A elaboração desse item foi baseada em dados e informações disponibilizadas pelo Ministério das Relações Exteriores do Brasil; no livro “História das Fronteiras do Brasil”, de Hédio Viana; e no site oficial de Wilson Krukoski (<http://www.info.Incc.br/wrmkkk/arhist.html>), membro da Comissão Demarcadora de Limites do Ministério das Relações Exteriores do Brasil.

MAPA 13- BRASIL: MUNICÍPIOS LIMÍTROFES NA FRONTEIRA COM O URUGUAI - 2007

- Sedes Municipais
- Aceguá (RS)
- Arroio Grande (RS)
- Bagé (RS)
- Barra do Quaraí (RS)
- Chui (RS)
- Dom Pedrito (RS)
- Herval (RS)
- Jaguarão (RS)
- Pedras Altas (RS)
- Quaraí (RS)
- Rio Grande (RS)
- Santa Vitória do Palmar (RS)
- Santana do Livramento (RS)
- Uruguaiana (RS)
- Países Fronteiriços

ESCALA 1 : 2.000.000

Fonte: Base cartográfica dos Municípios Brasileiros
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 2007.
Elaborado por: Laércio Furquim e Renata Salles

QUADRO 12 – FRONTEIRA BRASIL-URUGUAI PRINCIPAIS NEGOCIAÇÕES	
Tratado de Limites	12.out.1851
Tratado da Lagoa Mirim	30.out.1909
Convenção do Arroio São Miguel	7.mai.1913
Estatuto Jurídico	20.dez.1933
Notas Reversais – Arroio Chuí	21.jul.1972

fonte: organizado pelo autor a partir de dados do Ministério das Exteriores do Brasil.

De acordo com o Ministério das Relações Exteriores do Brasil, as fronteiras do país com o Uruguai, foram as primeiras a iniciar o processo de delimitação, dias antes do início da assinatura do Tratado de Limites do Brasil com o Peru. Isso ocorreu num processo caracterizado por guerras e conflitos. À época da assinatura do primeiro Tratado de Limites, em 1851, o Uruguai passava por fortes conflitos internos impulsionado por disputa entre as duas grandes vertentes políticas do país, os colorados e os blancos, cujos ecos ressonavam nos interesses ingleses, franceses e argentinos na região.

A. Breve cronologia de interesse

Até o século XVII as terras que hoje conformam o território do Uruguai eram habitadas por índios nômades e guerreiros, os charruas. O litoral americano do Atlântico ao sul, da Cananéia até à margem esquerda do rio da Prata, haviam poucos povoadamentos fixos até 1580, quando ocorreu a união das coroas ibéricas e o movimento da segunda fundação de Buenos Aires. Lentamente os luso-brasileiros foram ocupando essa faixa e se estabeleceram em Paranaguá, São Francisco, Curitiba e Laguna. Em 1624, os colonizadores ibéricos fundaram a colônia de Soriano, em terras do atual território uruguaio.

A união das coroas ibéricas, que possibilitou a expansão brasileira pelo norte e pelo sul do Brasil, se desfez em 1640. Em 1648, após a guerra entre Portugal e Espanha, estabeleceu-se um Tratado de Paz entre os dois países ibéricos que estabelecia que as “praças” ultramarinas conquistadas seriam automaticamente restituídas aos respectivos colonizadores. Contudo, não estabelecia os limites entre elas. Em 1680, os portugueses, com apoio inglês, ampliaram o conflito ao fundar a Colônia do Sacramento na região. Edificada defronte à cidade de Buenos Aires, a nova colônia buscava a viabilização de aliança entre Inglaterra e Portugal voltada a conquistar o amplo mercado colonial platino. Isso só seria possível com a destruição do esquema monopolista espanhol na região.

Poucos meses depois de sua fundação, a Colônia de Sacramento foi tomada pelos espanhóis, que a ocuparam entre anos de 1681 a 1683. Nesse ano, Duarte Teixeira, então governador do Rio de Janeiro, conseguiu que Sacramento fosse reempossada a Portugal. Esse domínio português se estendeu até o ano de 1705, quando novamente, a Colônia de Sacramento passou ao controle espanhol, que, por sua vez, se estendeu até 1716. Os dois Tratados de Utrecht (1713 e 1715) proporcionaram a Portugal fixar seus limites nas extremidades do litoral da colônia brasileira, ou seja, na região fronteiriça com Guiana Francesa e no Rio da Prata.

A sucessiva disputa por Sacramento se insere no contexto de Guerra da Sucessão Espanhola, que envolvia questões e interesses dinásticos franceses, austríacos, ingleses e holandeses. Em 1716, o representante português Manuel Gomes Barbosa, retomou a Colônia de Sacramento.

Mas, os espanhóis que povoaram o sul, gozaram de imensa vantagem propiciada pela proximidade de Buenos Aires e expandiram seus povoamentos em direção ao norte. Esse povoamento espanhol, segundo afirma Hélio Viana (1948, p. 83) foi a “razão da existência de um Uruguai independente, e não de uma Província

Cisplatina aportuguezada ou abasileirada: enquanto a Colônia do Sacramento daí por diante cada vez mais se isolou, Montevideu cada vez mais se dilatou.”

No ano de 1725, os espanhóis expulsaram os portugueses e fundaram San Felipe de Montevideu. Em 1737, Portugal fundou a Colônia de Rio Grande de São Pedro. Isso possibilitou o povoamento de Viamão, no qual o Porto dos Casais deu origem à atual cidade de Porto Alegre.

Em 1776, portanto sob controle da coroa espanhola, o Uruguai passou integrar o Vice-Reinado do Prata. Desse vice-reinado também fazia parte a Argentina cuja sede se localizava em Buenos Aires.

A não aceitação do Tratado de Madri de 1750 que tratava da definição das fronteiras seguindo o Tratado de Tordesilhas, se via prestes a chegar ao seu final com o estabelecimento do Tratado de Santo Ildefonso de 1777. Nesse ano, os espanhóis atacavam Santa Catarina enquanto que em Portugal, morria o rei D. José para assumir seu lugar sua mulher D. Maria. Nesse contexto, o Marquês de Pombal fora substituído no comando português nas batalhas fronteiriças da colônia portuguesa. A Inglaterra ocupava-se com o processo de independência de suas colônias na América do Norte, enquanto isso a França, que apoiava os futuros Estados Unidos da América, fazia aliança com a Espanha na América do Sul.

O Tratado de Santo Ildefonso, de 1777, encerrou os ataques espanhóis a Santa Catarina e propiciou nova etapa de negociações sobre as terras do Prata. Ao Uruguai caberia a Colônia do Sacramento e os Sete Povos das Missões do Uruguai, o que possibilitaria o controle espanhol do Prata, que se estenderia desse rio até a foz do rio Peperí-guaçu. A assinatura do Tratado disparou o processo de demarcação da linha divisória entre as coroas na América do Sul, envolvendo inclusive a demarcação das fronteiras na Amazônia ocidental e com a Guiana Francesa.

Essa situação conflituosa que se localiza historicamente num contexto que ainda evidencia a disputa por terras e estabelecimento de fronteiras em toda a América do Sul entre Espanha e Portugal, e sob os interesses ingleses e franceses, se prolongou até o século XIX.

Em 1807, foi configurada a definitiva perda portuguesa da Colônia do Sacramento, mas, em compensação, com a conquista luso-brasileira das Missões Orientais do Uruguai, foi criada a capitania-geral de São Pedro do Rio Grande do Sul.

Contudo, na região fronteira entre Brasil e Uruguai continuaram ocorrendo batalhas. A fronteira não delimitada sofria constantes movimentos de recuos e avanços. A definição do primeiro tratado que deu início à delimitação das fronteiras em meados do século XIX, teve forte influência das políticas de ocupação propiciadas pelo estabelecimento de estâncias e postos militares.

A Coroa Portuguesa doou sesmarias com vistas à fixação de moradia e com o objetivo claro de tornar a região produtiva. Os militares que atuaram por aqui, mas também aqueles vindos dos Açores, ganharam terras como recompensa por seus serviços prestados e foram grandes beneficiários dessa política. Nessas terras iniciaram os investimentos na agricultura e na criação de gado juntamente com civis que tinham posses suficientes para iniciar tal empreitada. Nas terras de sesmarias a coroa portuguesa, que ali não cobrava impostos, conseguia a contrapartida da fidelidade dos novos proprietários no sentido de fortalecer a defesa do território a partir da defesa de suas propriedades. Isso foi eficiente para impedir o avanço espanhol e propiciar a consolidação do início do processo de delimitação dessas fronteiras. Contudo, vale destacar, essas terras não eram desabitadas. Tal ocupação ocorreu à custa do extermínio indígena da região.

Aproveitando o enfraquecimento proporcionado pelo conflito, no ano seguinte, em 1817, forças luso-brasileiras ocuparam o Uruguai. Tal fato foi facilitado, também,

por conta da ocupação espanhola ter voltado o povoamento mais denso em sua porção sul, em terras próximas à Montevideu, em função da força que Buenos Aires consolidou como sede do Vice-Reinado. Em contrapartida, os colonizadores espanhóis promoveram uma ocupação na região norte, até as áreas fronteiriças com o Brasil, com a formação de fazendas voltadas à criação de gado. Isso já havia facilitado a criação da Colônia do Sacramento e agora, novamente, possibilitou a tomada do Uruguai por tropas luso-brasileiras.

No ano de 1821, o Uruguai fora anexado ao Brasil na condição de província, denominada Província Cisplatina. Com a independência do Brasil, no ano seguinte, a Província Cisplatina parecia se firmar como integrante do recém território imperial do Brasil. Contudo, tal anexação não se estabeleceria sem resistências. Em 1825, Juan Lavalleja liderou um movimento que culminou na proclamação da independência uruguaia. No Brasil, o governo de D. Pedro I encarava um crescente movimento oposicionista, sobretudo na região platina. A morte de D. João VI levantou uma questão referente à sucessão do trono português e a cogitação de D. Pedro I ocupar tal posto não era descartada. Esse contexto fertiliza o terreno oposicionista.

Por outro lado, as Províncias Unidas do Rio da Prata, futura República Argentina, tentavam recuperar o domínio sobre a região. Assim, nesse contexto, e contando com apoio da Inglaterra, como resultado da Guerra Cisplatina, o Uruguai conseguiu sua independência, ratificada, pelo Tratado do Rio de Janeiro de 1828.

Já independente, o contexto conflituoso não abandonara o Uruguai. Duas grandes e antagônicas tendências políticas disputavam o poder no país: os colorados, aos quais se filiavam os liberais, e os blancos, conservadores. Esse antagonismo conheceu ritmo crescente e provocou uma guerra civil que durou de 1839 a 1851 e que reverberaram diretamente nos interesses de potências européias e de vizinhos sul-americanos. Enquanto a Inglaterra e a França apoiaram os colorados,

a Argentina, declara apoio aos blancos. O argentino Juan Manuel Rosas, que chegou e ordenou a invasão do Uruguai, foi deposto em 1852. Em 1864, o Brasil declarou apoio ao colorado Venancio Flores.

Entre os anos 1865 e 1870, o Uruguai compôs com o Brasil e a Argentina, a Tríplice Aliança na Guerra do Paraguai.

B. O início da definição da fronteira, propriamente dita³⁹

Considerando todas as fronteiras terrestres brasileiras, a fronteira entre Brasil e Uruguai foi pioneira em diversos sentidos. Em 1851, foi a primeira a ter formação jurídica perfeitamente definida por tratado internacional. Também foi a primeira a ser demarcada, o que ocorreu ao longo dos anos de 1852 a 1862. Como consequência, também foi a primeira a ter, em 1920, iniciada sua caracterização ou densificação. Seu principal período de demarcação ocorreu entre os anos de 1852 e 1862, quando destacaram-se a atuação do Marechal Francisco José de Souza Soares D'Andrea, o intitulado Barão de Caçapava⁴⁰ e do brigadeiro Pedro d'Alcantara Bellegarde. Atou na comissão mista de demarcação de fronteira como Comissário uruguaio, o coronel José Maria Reyes. Nesse período foram instaurados 13 marcos principais e 49 intermédios (ou secundários) ao longo de toda fronteira, que se estende desde a barra do arroio Chuí até a foz do rio Quaraí, no rio Uruguai.

Num outro período de trabalho, na década de 1910, ocorreu a demarcação na lagoa Mirim e no arroio São Miguel, em cumprimento ao Tratado de 1909, que estabeleceu que o Brasil cedesse o condomínio das águas da lagoa Mirim ao Uruguai,

³⁹ Os dados e informações contidos nesse item foram baseados nas fontes: Ministério das Relações Exteriores do Brasil, de "História das Fronteiras do Brasil", de Hélio Viana; e de Wilson Krukoski, membro da Comissão Demarcadora de Limites do Ministério das Relações Exteriores do Brasil.

⁴⁰ O Barão de Caçapava faleceu em serviço no ano de 1958, tendo sido substituído pelo Brigadeiro Pedro d'Alcântara Bellegarde.

e também à Convenção de 1913, na qual o Uruguai cedeu o condomínio das águas do arroio São Miguel.

A caracterização, ou densificação, foi feita em duas etapas. A primeira, de 1920 a 1929, pela Comissão Mista de Limites da Fronteira Brasil-Uruguai, com o Comissário brasileiro Marechal Gabriel de Souza Pereira Botafogo. A segunda etapa se deu a partir de 1930, já sob a responsabilidade, pelo lado brasileiro, da atual Segunda Comissão Brasileira Demarcadora de Limites (SCDL). Nessa fase foram instaurados, intercaladamente aos marcos erigidos no século anterior, mais mil de marcos.

Mais recentemente, após intensas negociações ocorridas na década de 1970, solucionaram-se definitivamente os questionamentos levantados pela diplomacia uruguaia sobre a fixação de marcos e definição de limites na barra do arroio Chuí e, sendo assim, à orientação da divisória lateral marítima no azimuth de 128°. A Comissão Mista de Limites e de Caracterização da Fronteira Brasil-Uruguai coordenou os trabalhos que construíram as obras de engenharia resultantes do acordo que pôs fim aos questionamentos uruguaios a favor do Brasil, como definido no primeiro Tratado de 1851. Esses marcos foram inaugurados em 1978.

Por conta desses seculares processos envolvendo a formação do território dos países na América do Sul e suas genéticas influências ibéricas, as negociações voltadas à delimitação da fronteira com o Uruguai e dos demais países fronteiriços ao Brasil seguiram algumas lógicas técnicas de estabelecimento de marcos que se embasavam fortemente em experiências fronteiriças européias, sobretudo entre Espanha e França (ZUSMAN, 2000). Estudar os tipos e características das fronteiras do Brasil, possibilita verificar que, inicialmente, eles se apoiavam em definições de fronteira natural, seca, molhada, viva, morta. Contudo, atualmente as tipologias

fronteiriças no Brasil abrangem também características que representam as dinâmicas atuais existentes nas chamadas regiões de fronteira do Brasil.

2.3 Tipos e características das fronteiras terrestres brasileiras

Em meados do século XX, em livro intitulado “História das Fronteiras do Brasil”, Hélio Viana (1948) elencou alguns tipos e características de fronteiras ao estudar a história das fronteiras do Brasil. Sobre o mesmo tema, mas considerando já seu caráter de mobilidade, de zona de fronteira, ou fronteira, portanto uma zona de interações transfronteiriças, uma equipe coordenada por Lia Osório Machado e Rogério Haesbaert⁴¹ (2005), desenvolveu uma nova tipologia das fronteiras brasileiras pautadas na construção das Bases de uma Política Integrada de Desenvolvimento Regional na Faixa e Fronteira “...com foco voltado a elaboração de uma Proposta de Reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira” para o Ministério da Integração Nacional do Brasil, finalizada no ano de 2005. Nela, os autores enfocam as fronteiras como uma região do território, dividida em sub-regiões. São apontados os usos característicos atuais de cada sub-região. Os tipos não são caracterizados pela natureza, pelos rios ou pelo relevo. Segue pressupostos de níveis de interações locais e internacionais, de integração regional e nacional.

As duas propostas têm enfoques díspares. Isso torna necessário distinguir os contextos em que foram elaboradas. Viana publicou seu livro na segunda metade da década de 1940, logo no pós Segunda Guerra Mundial. Como militar, sua preocupação central, sobretudo naquele contexto, reforçava o caráter da defesa nacional como função fundamental das fronteiras terrestres. Essas, por sua vez,

⁴¹ Lia Osório Machado, professora e pesquisadora da Universidade Federal do Rio de Janeiro e Rogério Haesbaert professor e pesquisador da Universidade Federal Fluminense.

ainda encontravam-se sob a incompleta fase de delimitação, como nos casos da fronteira do Brasil com o Uruguai, o Paraguai, a Bolívia, a Colômbia e a Guiana Francesa. Esse contexto, anterior aos anos de ditadura militar no Brasil e em seus vizinhos sulamericanos que ocorreram durante a Guerra Fria, reforçou veementemente a visão das fronteiras em seu viés da segurança nacional, da defesa, da separação, do limite.

Rogério Haesbaert e Lia Osório elaboram a Proposta de Reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira, num contexto histórico bastante diferente. Elaboraram um documento oficial do governo brasileiro por via de seu Ministério da Integração Nacional. Enquanto Hélio Viana escreveu quando se iniciava a Guerra Fria, muito antes da ditadura militar no Brasil, Rogério Haesbaert e Lia Osório, vivendo num mundo pós ditadura militar no Brasil e após a Guerra Fria, escreveram num contexto de globalização, de formação de blocos regionais, quando a questão da integração tornou-se tema corrente, e também polêmico, nos discursos e propostas políticas nos países sulamericanos, de extrema importância para o Brasil. Além disso, as fronteiras terrestres, nesse momento, já superaram a fase de delimitação e demarcação. Em avançado processo de densificação, dificilmente podemos falar em processos de expansão territorial e conseqüentes conflitos por território nas fronteiras terrestres do Brasil. Podemos afirmar que estamos numa fase de consolidação das fronteiras terrestres na América do Sul. Assim, os autores buscam atualizar às noções de fronteira as características e realidades atuais da faixa de fronteira terrestre do Brasil.

Mesmo elaboradas em contextos tão diversos, com propostas distintas, as tipologias apresentam algumas complementaridades. A atualização apontada pela Proposta de Reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira

não descarta a importância das fronteiras como elemento chave de defesa nacional. Os tipos elencados por Viana adquiriram incrementos e amplitude de significados.

Para ele, no caso brasileiro, a primeira distinção a ser feita é das fronteiras marítimas e das terrestres. No caso das fronteiras terrestres, Viana identifica, no território brasileiro as fronteiras naturais - subdivididas entre as “molhadas” e as secas -, as artificiais, as mortas e vivas. Das naturais molhadas, cita a “dos rios Uruguai, Paraná e Paraguai, que em boa parte nos separam da Argentina, do Paraguai e da Bolívia”.

Figura 1 - Imagem de satélite de fronteiras entre Brasil e Argentina

Fonte: krukosky, Wilson, 2007.

Das fronteiras naturais não localizadas em rios, classificadas como fronteiras secas e que seguem por divisores de águas, o autor cita as serras que servem de

limite entre Brasil e as Guianas Inglesa (hoje Guiana), Holandesa (hoje Suriname) e Francesa. A figura a seguir, ilustra esta situação;

Figura 2 –Fronteira tríplice Brasil/Suriname/Guiana

Fonte: Wilson Krukosky, 2007.

As fronteiras artificiais, aquelas cujos traçados não seguem quaisquer obstáculos naturais, o que exige ampla colocação de marcos divisórios, são encontradas em grande parte das fronteiras do Brasil com o Uruguai e a com a Bolívia.

Figura 3 - Fronteira artificial entre Brasil e Uruguai

Fonte: Wilson Krukosky, 2007.

Ao se referir às fronteiras mortas, Viana chama a atenção que elas foram traçadas "...não como as desejava o Tratado de Santo Ildefonso, de 1777, com um 'espaço suficiente (...) no qual não possam edificar-se povoações por nenhuma das partes, nem construir-se fortalezas, guardas ou postos de tropas, de modo que tais espaços sejam neutros'" (p. 13). Já as fronteiras vivas, para Hélió Viana, "constituem pontos de contato de sociedades políticas distintas, resultantes de oscilações

históricas e de atividades atuais”. O autor indica que nas fronteiras vivas, os estudos devem ser redobrados, pois em determinados períodos elas podem não se configurar como fronteiras de tensão, “em cujos lados se acumulam forças e recursos, tendo em vista conflitos possíveis e prováveis” (p. 13).

Quanto às características, Hélio Viana na primeira metade do século XX, destaca as altitudes do relevo brasileiro nas fronteiras secas e as fluviais.

quanto ao relevo da linha fronteiriça, convém notar que as montanhas, nunca excessivamente altas em nosso caso, não constituem obstáculos respeitáveis, do ponto de vista militar. Os cerros e as coxilhas da divisa com o Uruguai exemplificam a sua insignificância, nesse sentido. A única fronteira sêca entre Brasil e a Argentina, o divisor de águas que vai da cabeceira do Peperi-guaçu à do Santo Antônio, tem apenas 24 kms. de extensão e não pode servir de ponto de acesso. O mesmo não acontece às serras de Maracaju e Amambaí, na fronteira com o Paraguai. A primeira, que morre junto a um ponto de importância, as Sete Quedas do rio Paraná, foi atravessada, mais adiante, pelo ditador Lopez, do Paraguai, ao ser perseguido, na fase final da Guerra de 1864 – 1870, quando também nossas forças várias vezes transpuseram essa divisa (p. 14).

Como exemplo, o autor cita as características do limite com a Bolívia, com 3000 km em que predominam rios, terras baixas e muitas vezes alagadiças. Cita, ainda, os divisores de água nos limites com o Peru, com a Colômbia e com a Venezuela. Mas, é sobre as características dos rios que o autor deposita maior importância na formação e constituição das fronteiras terrestres do Brasil. O autor justifica-se argumentando que

os rios são mais fáceis de subir do que de descer, isto porque próximo das respectivas embocaduras, e não perto das cabeceiras, é que se encontram recursos para a sua exploração, fixação de núcleos povoadores etc. Eis porque foi fácil a subida luso-brasileira do Amazonas e seus grandes afluentes, e porque foi difícil a nossa descida pelos rios Uruguai, Paraná e Paraguai, mais acessíveis aos espanhóis, estabelecidos em seus cursos inferiores. Eis porque ao Norte conseguimos expulsar os jesuítas castelhanos do Solimões e do Guaporé, ao Sul perdendo a guarda avançada da Colônia do Sacramento, isolada no estuário platino. Eis porque as canoas das entradas, das

tropas de resgate e das missões dos religiosos nos conseguiram a posse de toda a imensa Amazônia brasileira, enquanto ao Sul, apesar dos esforços particulares e oficiais, dos bandeirantes e das autoridades coloniais, não conseguiram nos assegurar as nossas companhias militares e negociações diplomáticas senão a baixada do rio Paraguai, o sul matogrossense, o oeste paranaense, catarinense e gaúcho.” (p. 15)

Estes tipos e características apontados por Hélio Viana adquirem novos significados com a Proposta de Rogério Haesbaert e Lia Osório que consideram os rios, o relevo, a questão da defesa territorial, mas considerando como central as condições de atendimento de saúde, o trânsito entre os países, as formas de integração entre as cidades-gêmeas. Mas, na verdade, Haesbaert e Osório reestruturaram, no primeiro governo Lula, uma proposta governamental para as faixas de fronteira elaborada anteriormente que também se distinguia das tipologias apontadas por Hélio Viana.

2.4 Propostas governamentais de caracterização das fronteiras

Em diferentes momentos da recente história territorial do Brasil, o governo federal centralizou as decisões em torno de diferentes visões de unidade territorial envolvendo as fronteiras terrestres. Com a instauração da República, na fronteira terrestre brasileira, o uso e a propriedade de terras se caracterizaram como situações especiais. Desde então, a região fronteira já se organiza legalmente como uma faixa territorial.

A noção de faixa de fronteira se estabelece no Brasil e, com ela, uma nova concepção de fronteira, pois leva em consideração a necessidade do estabelecimento de políticas territoriais voltadas a uma espécie de faixa de amortecimento aos movimentos fronteiriços, dado o imenso grau de interação e trocas existentes em diversas cidades da fronteira. Como o Brasil tem uma base jurídico-territorial de

nível municipal, muitos municípios que não estão localizados na linha de fronteira, são considerados constituintes da faixa de fronteira quando uma porção de sua área territorial é cortada pela linha que estabelece a largura da faixa de fronteira contada a partir da linha do limite do Brasil. Isso traz benefícios, mas também levanta algumas questões federativas.

2.4.1 As Faixas de Fronteiras Terrestres do Brasil

Segundo André Martin (1992), hoje os limites são tidos como linhas e como tal não podem ser habitadas, já as fronteiras consideradas como faixas, podem ser habitadas e se constituem como zona. Algumas delas, muito povoadas propiciam intensos processos de integração entre populações dos Estados fronteiriços. Nessas zonas, as diferenças são marcadas pelas distintas ações institucionais de cada Estado, como cobrança de impostos, prestação de serviço militar, direitos e deveres, serviços públicos. Nessas zonas chocam-se o direito de ir e vir e o princípio da soberania dos Estados. É a esfera da política que decidirá se o Estado irá incentivar ou dificultar o intercâmbio com os vizinhos.

Na América do Sul, além do Brasil, a faixa de fronteira só é reconhecida como uma *unidade territorial* específica por cinco países. O Peru, que é um deles, desde 1992 criou uma bonificação especial para professores que atuem nessas áreas, e também um programa de apoio às escolas aí situadas, sobretudo no que se refere a material escolar. A Colômbia, que criou inclusive departamentos de fronteira, estimula que estes desenvolvam programas de cooperação e integração na linha de desenvolvimento comunitário, prestação especial de serviço público e preservação do ambiente. A Venezuela, por sua vez, reconhece, em Constituição de 1999, a faixa de

fronteira como zona especial, com normas de povoamento e uso prioritário mediante lei orgânica que seria configurada dois anos após a promulgação da referida constituição, fato que ainda não se configurou. Para esse país, isso significou um avanço, uma vez que, no texto constitucional anterior, de 1967, o termo *fronteira* nem sequer aparecia. Para se chegar à definição das fronteiras, a linha diplomática brasileira acabou por defini-las como faixas de 150 km de largura, contada a partir das linhas divisórias demarcadas entre os países fronteiriços. Para isso, foi preciso esgotar a negociação, definir os limites e demarcá-los, para só então se materializar e parametrizar no terreno tal medida.

O Quadro 13 mostra a evolução da concepção político-territorial dessa faixa, a partir de dispositivos legais:

QUADRO 13 – MARCOS REGULATÓRIOS E DELIMITAÇÃO DA FAIXA DE FRONTEIRA	
Lei nº 601, de 18 de setembro de 1890	Reserva faixa de 60 km, a partir do limite internacional, na qual terras poderiam ser concedidas gratuitamente.
Constituição de 1891	Regula as terras aos Estados e à União, na faixa estipulada pela Lei nº 601.
Constituição de 1934	Delimita uma faixa de 100 km e põe a regulação a cargo do Conselho de Segurança nacional.
Constituição de 1937	Amplia para 150 km a Faixa de Fronteira.
Decreto-lei nº 1.164/1939	Cria a Comissão Especial de Revisão e Concessão de Terras pelos Estados e Municípios, diretamente vinculada à Presidência.
Decreto-lei nº 1968/1940	Faz revisões com o intuito de fortalecer a função de defesa nacional da faixa de fronteira.

fonte: Ministério da Integração Nacional, 2005. Elaborado pelo autor.

A faixa de fronteira é criada como um instrumento normativo através da Lei nº 601, de 18 de setembro de 1890, com 60 km, a partir do limite internacional. No ano seguinte, a questão é contemplada na Constituição Federal, que estipula a regulação das terras da faixa aos Estados e à União. Já na Constituição de 1934, a política territorial nas faixas de fronteira busca, por meio de legislação, garantir nelas o predomínio de capitais e trabalhadores brasileiros. Com isso, a faixa passa de 60 km

para 100 km, a partir do limite internacional. Sua regulação fica a cargo do Conselho de Segurança Nacional, que regulava também a concessão de terras.

Na Constituição de 1937, estipula-se a delimitação de 150 km de faixa de fronteira no território brasileiro. Embora se tenha ampliado a faixa, mantiveram-se a regulação de uso e concessão de terras e a maioria de brasileiros nela residentes.

A tabela 1, na próxima página, mostra o número atual de municípios e as populações na Faixa de Fronteira do Brasil.

No caso do território brasileiro, a fronteira terrestre, do ponto de vista jurídico político, se sedimenta como uma faixa de 150 km de largura para o interior do território, ao longo dos 15.719 km de linha divisória. Contudo, como a menor unidade territorial político-administrativa do país é municipal, os municípios que são “cortados” pela linha interna da Faixa de Fronteira também têm seu território agregado a ela. Assim, pode-se dizer que temos, atualmente, 2.532.900 km² de território na Faixa de Fronteira. Essa faixa ocupa 27% do território nacional, onde habitam cerca de 10 milhões de pessoas, em 588 municípios⁴² dos 11 estados brasileiros.

Observa-se aqui que os estados do Acre e de Roraima têm a totalidade de seus municípios incluídos na Faixa de Fronteira. Segundo Lia Osório Machado⁴³, este fato

... tem provocado repetidas reclamações de seus governos a respeito das limitações impostas a todo o território estadual, pela legislação que instituiu a Faixa de Fronteira. Curiosamente, não é aventada a possibilidade de redução do tamanho dos municípios pela alteração da malha municipal, prerrogativa devolvida aos governos estaduais pela atual Constituição e que colocaria vários municípios fora do polígono de 150 km, tanto no Acre como em Roraima.”

⁴² Vide tabela 1, no item 2.4.1.

⁴³ in [www<http://www.integracao.gov.br/programas/programasregionais/index.asp>](http://www.integracao.gov.br/programas/programasregionais/index.asp). Acesso em: 30.jul 2007).

TABELA 1 – MUNICÍPIOS E POPULAÇÃO NAS FAIXAS DE FRONTEIRA (FF) POR UNIDADE DA FEDERAÇÃO						
Unidade da Federação	nº total de municípios	nº de municípios na FF	% de municípios na FF	população total 2000*	população na FF 2000*	% da população na FF
Amapá	16	8	50	477.032	68.402	14,3
Pará	143	5	3,4	6.195.965	180.600	2,9
Roraima	15	15	100	324.397	324.397	100
Amazonas	62	21	33,8	2.817.253	407.333	14,4
Acre	22	22	100	557.526	557.526	100
Rondônia	52	27	51,9	1.380.952	795.301	57,5
Mato Grosso	141	28	19,8	2.505.246	429.600	17,1
Mato Grosso do Sul	78	44	56,4	2.078.070	920.992	44,3
Paraná	399	139	34,8	9.564.643	2.259.924	23,6
Santa Catarina	293	82	27,9	5.357.862	765.641	14,2
Rio Grande do Sul	496	212	37,9	10.187.841	3.046.403	29,9
Total	1717	602**	34,2	41.446.787	9.756.119	23,5
Total Brasil	5.560	588***	10,5	169.872.856	9.756.119	5,7

fonte: Elaborado pelo autor com base em dados do IBGE, Censo 2000*; IBGE, 2007; Ministério da Integração Nacional, 2005, acessado em 30 de julho de 2007

** Nos textos dos trabalhos disponíveis no Ministério da Integração Nacional e em diversas publicações, aparecem os dados de 588 municípios de 11 estados brasileiros localizados na Faixa de Fronteira Terrestre. A soma dos municípios citados em tabelas e listas das sub-regiões da Faixa de Fronteira apresentadas pelo próprio Ministério no *site* de sua Secretaria de Programas Regionais, indica um total de 602.

*** Indicação do número de municípios localizados na Faixa de Fronteira, segundo textos do Ministério da Integração Nacional e de Carlos Augusto Grabois Gadelha e Laís Costa, em *A Política Nacional de Integração e Desenvolvimento das Faixas de Fronteira: o Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira – PDFF* (2005). Pode haver diferença em função da atualização dos dados, em virtude de um possível aumento dos mesmos por conta da também possível criação de novos municípios entre 2005 e 2007.

Mas nem todos os países da América do Sul reconhecem oficialmente suas Faixas de Fronteira. Só o Brasil, a Bolívia, a Colômbia, o Equador, o Peru e a

Venezuela reconhecem as faixas de fronteira como unidades especiais, que demandam políticas territoriais diferenciadas, e só com esses países o Brasil forma uma zona de fronteira. Ainda assim, a política territorial de fronteira do Brasil se distingue das demais. Por um lado, em razão da largura da própria faixa: 150 km. Nenhum outro país da América do Sul tem faixa de fronteira dessas dimensões. Além do Brasil, apenas a Bolívia e o Peru especificam a largura da faixa de fronteira (50 km); a Colômbia, o Equador e a Venezuela admitem-na, mas sem especificar sua largura.

A constituição da Venezuela de 1999 reconhece a zona de fronteira como uma área de regime especial, cujas normas de povoamento e utilização deveriam ser previstas, prioritariamente, por lei orgânica de dois anos. Foi uma iniciativa significativa, se considerarmos que a palavra “fronteira” nem sequer constava da Constituição da Venezuela de 1967, nem após as reformas de 1983, embora a criação da Lei Orgânica de Fronteiras seja uma pendência um pouco mais antiga e ainda não resolvida. (...) Nas constituições da Colômbia e da Venezuela, a largura da faixa de fronteira não é especificada, mas o interesse pela zona fronteiriça também sobressai. O artigo 337 da Constituição colombiana (promulgada em 1991 e reformada em 1997) avança e facilita a execução de projetos na faixa, quando estabelece: “por mandato de la ley, los departamentos y municipios ubicados en zonas fronterizas podrán adelantar directamente con la unidad territorial limítrofe del país vecino, de igual nivel, programas de cooperación e integración, dirigidos a fomentar el desarrollo comunitario, la prestación de servicios públicos y la preservación del ambiente” (STEIMAN, in www.scdl.gov.br).

Na Proposta de Reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira para o Ministério da Integração Nacional, se enfatiza o caráter dinâmico das Faixas de Fronteira terrestres do Brasil. Segundo o documento, “o enfoque geográfico” teve como eixo a definição de noções e conceitos de território, territorialidade, rede, região, regionalização e trata de diferenciar a noção de faixa da noção de zona de fronteira. Faixa de fronteira é aquela estabelecida por legislação e se refere à faixa delimitada internamente ao território. Já a zona de fronteira é

formada pelo contato de faixas de fronteira estabelecidas entre países fronteiriços. O esquema representado na Figura 4 ilustra essa concepção.

Figura 4: Esquema de zona e faixa de Fronteira

fonte: Ministério da Integração Nacional, 2005.

Considerando-se a definição jurídica da região territorial da Faixa de Fronteira, ela, assim determinada, só existe no Brasil, na Bolívia e no Peru. Portanto, a rigor, só com esses dois países seria possível se definir sob o aspecto legal uma Zona de Fronteira. No quadro 14 estão destacados instrumentos legais e a posição dos países da América do Sul quanto à implementação das Faixas de Fronteira em seus territórios.

QUADRO 14 – FAIXA DE FRONTEIRA NA AMÉRICA DO SUL		
País	Faixa de Fronteira	instrumento legal
Argentina	não tem*	Constituição de 1994
Bolívia	50 km	Constituição de 1967, reformada em 1994
Brasil	150 km	Constituição de 1988
Chile	não tem*	Constituição de 1980, reformada em 2001
Colômbia	não especifica largura	Constituição de 1991, reformada em 1997
Equador	não especifica largura	Constituição de 1998
Guiana	não tem*	Constituição de 1980, reformada em 1996
Guiana Francesa	sem dados	sem dados
Paraguai	não tem*	Constituição de 1992
Peru	50 km	Constituição de 1993
Suriname	não tem*	Constituição de 1997, reformada em 1992
Uruguai	não tem*	Constituição de 1997
Venezuela	não especifica largura	Constituição de 1999

fonte: Elaboração do autor com base em Constituições dos países supracitados, in *Brasil e a América do Sul: questões institucionais de fronteira*, de Rebeca Steiman, in www.scdl.gov.br
 * a expressão "não tem" indica que o país não adota norma que define legalmente uma faixa de fronteira.

As faixas e zonas de fronteira legalmente existentes na América do Sul podem ser visualizados no mapa 14.

**MAPA 14 - FAIXAS E ZONA DE FRONTEIRA
BRASIL / PERU / BOLÍVIA - 2007**

- Municípios da Faixa de Fronteira Brasileira localizados na Zona de Fronteira com a Bolívia
- Municípios da Faixa de Fronteira Brasileira localizados na Zona de Fronteira com o Peru
- Municípios da Faixa de Fronteira
- Brasil
- Países Não-Fronteiriços
- Países Fronteiriços

ESCALA 1 : 7.400.000

Fonte: Base Cartográfica dos Municípios Brasileiros
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, 2007
Elaborado por: Laércio Furquim e Renata Salles

2.4.2 Programas governamentais brasileiros para as faixas de fronteira terrestre

A Constituição de 1946 acrescenta à União a obrigatoriedade de nomeação dos prefeitos nessas áreas. Nesse ponto, a essa Constituição é adicionada a Lei nº 2.597/1955, que coloca a regulação fiscal/financeira ordenando que 60% da arrecadação dos municípios em faixa de fronteira sejam obrigatoriamente aplicados em:

- vias e obras públicas;
- ensino, educação e saúde;
- desenvolvimento de lavoura e pecuária.

Nesse contexto, acabou entrando em cena a chamada vantagem locacional, porquanto esses municípios devessem receber ajuda da União para custear 50% dessas obras e medidas, com a criação, em 1955, do Programa de Auxílio Financeiro aos Municípios de Faixa de Fronteira (PAFMFF). A essa data o referido programa visava atender 567 municípios localizados nos 11 estados fronteiriços.

A criação do PAFMFF se justificou por certa negligência dos governos estaduais em relação a seus municípios de faixa de fronteira. Seja por recusa a compartilhar com a União, dentro de um princípio federalista, de assumir políticas voltadas à defesa nacional em seus municípios localizados nas faixas de fronteira, seja por suas preocupações políticas e investimentos terem como foco áreas da capital estadual e em outros municípios fora das áreas fronteiriças.

Conforme Rebeca Steiman (2002), esse aparente descaso dos governos estaduais em relação aos municípios de fronteira poderia ser atribuído a alguns fatores, mas, de qualquer modo, a posição das partes e setores públicos envolvidos

pode mostrar a complexidade de relações que se tecem nessa forma de apropriação territorial:

- a imensa quantidade de prerrogativas legais federais que historicamente se instalaram em relação às áreas fronteiriças, que dificultaria burocrática e politicamente a ação dos governos estaduais;
- o baixo retorno financeiro dos municípios fronteiriços. No caso do estado do Amazonas, por exemplo, 98% de sua renda provém de Manaus, sobretudo da Zona Franca.

Já o texto que estabelece os princípios do PAFMFF, se propõe a:

- proporcionar condições mínimas de sobrevivência às comunidades fronteiriças;
- fixar o homem a terra;
- difundir o sentimento de brasilidade, que estaria abalado pela ausência do poder público nessas áreas, em termos de desenvolvimento social e processo civilizatório;

De fato, muito pouco foi feito nesse programa. A extinta Secretaria de Assuntos Estratégicos não tem nem sequer uma lista dos municípios que receberam auxílio. Foi com base nessa situação que, em 1997, a Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul se viu impelida a organizar um seminário para esclarecer as forças municipais de fronteira sobre o PAFMFF, e o resultado foi que “a maior parte dos municípios de fronteira [à época, eram 181, no Rio Grande do Sul] não só desconhecia o Programa, como nem sequer sabia que incluía área de fronteira” (STEIMAN, 2002, p. 07).

Assim, a invisibilidade e o desconhecimento do tema desse capítulo e de sua importância delineiam uma realidade que justifica que a pesquisa geográfica se debruce sobre a questão.

Sobre o exercício do ano 2000, o Senado Federal informa que se autorizou a aplicação de 18 milhões de reais no PAFMFF, embora só se tenha executado 50% desse montante. Fora do raio de ação desse Programa, outros 118 milhões foram autorizados, dos quais 70% foram efetivamente aplicados em:

- construção de trechos rodoviários;
- realização de estudos de planejamento e gestão;
- demarcação da fronteira nacional;
- fiscalização sanitária em portos, aeroportos e fronteiras nacionais;
- intensificação da presença das forças armadas nessas áreas;
- implantação e manutenção de infra-estrutura básica em municípios fronteiriços;
- manutenção de pelotões especiais de fronteira em áreas do Projeto Calha Norte.

A mesma Lei nº 2.597/1955 também foi promotora da criação das chamadas Colônias Militares de Fronteira na Amazônia. Um dos objetivos da medida era fomentar sua implantação junto a unidades de fronteira existentes, para se transformarem em centros de subsistência e produção para as populações locais, objetivando a presença do setor público nessas áreas e, ao mesmo tempo, fortalecendo a segurança nacional.

Essas colônias foram classificadas em Tipo A e Tipo B, em que, respectivamente, só se permite a presença de colonos brasileiros e se aceitam até 10% de colonos não brasileiros.

A despeito do curso dos fatos históricos, o texto da Constituição de 1967 não faz qualquer menção ao termo fronteira. A Lei nº 6.634/1979 revogou a lei anterior, com pelo menos três alterações importantes:

- passando de 2.000 ha para 3.000 ha o limite para a concessão de terras públicas na faixa de fronteira;
- desobrigando a União de cobrir 50% dos custos das obras civis públicas nos municípios de faixa de fronteira, mas imputando-lhe o custo total ou parcial dessas obras, se a segurança nacional assim o justificar, o que revela a prioridade da motivação de defesa sobre a valorização do processo civilizatório, nesse período;
- promovendo mudanças no órgão consignador dos recursos junto ao Orçamento Nacional para os municípios de faixa de fronteira, passando da hoje extinta Comissão Especial da Faixa de Fronteira para a Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional.

Foram os estudos dessa Secretaria que acabaram por municiar a criação do Programa Calha Norte, que ficou, então, sob o controle do Exército, já em meados da década de 1980.

A pesquisa de Rebeca Steiman sugere que o Projeto Calha Norte abrigou o que se poderá chamar de “força centrípeta”, uma vez que continha diversos itens de diretrizes de programas anteriores com marcas de processos civilizatórios, dentre os quais, os objetivos de vivificação das fronteiras e o aperfeiçoamento dos programas anteriores, no sentido de atraírem população, bem como o suporte financeiro nos moldes do PAFMFF. Além destes, o Programa Calha Norte tentava engendrar objetivos mais amplos, que visavam:

- o incremento das relações bilaterais;
- o aumento da presença militar na área;

- o incremento das ações da Funai na faixa de fronteira;
- a intensificação das campanhas de recuperação dos marcos limítrofes;
- a ampliação da infra-estrutura viária;
- a ampliação dos recursos sociais básicos.

No entanto, esses projetos estavam voltados com urgência para cinco regiões, todas na porção territorial amazônica. A esse propósito, afirma Rebeca Steiman:

... a mídia nacional e internacional criou uma celeuma, acusando o governo de “militarizar” a região Amazônica. Em parte por essas acusações e em parte pela ausência de recursos, o Programa Calha Norte foi praticamente abortado. Até o presente, os resultados são modestos. Os órgãos envolvidos alegam uma série de fatores adversos que dificultaram sua consecução (...) curiosamente, entre as adversidades alegadas, estão problemas que o próprio projeto deveria sanar. Ainda assim, em 1990 e em 1995, o Programa foi confirmado como prioridade governamental (p. 10).

Em pontos sobre os quais já se chamou a atenção neste trabalho, essas questões que envolvem o Projeto Calha Norte mostram dissonâncias na clareza da responsabilidade pública sobre o permanente Projeto Territorial e, mais especificamente, no que diz respeito aos organismos de Estado mais adequados para realizar a tarefa de construção das porções territoriais e sua ligação com o todo do território.

O Programa Calha Norte continua em foco, apontando novas possibilidades. Iniciativas setoriais se conectam com os objetivos de desenvolvimento social na Faixa de Fronteira, conforme acordos bilaterais com a Venezuela, a Bolívia, o Paraguai, o Uruguai e a Argentina, embora convenha lembrar que iniciativas setoriais carecem, por definição, de força política, na perspectiva de não se perder de vista o território como um todo.

Para Rebeca Steiman, o desenvolvimento social na faixa de fronteira internacional tem recebido mais atenção legislativa do que executiva. No entanto, a autora aponta ações para melhor se equacionarem essas questões. Dentre elas, as questões da faixa de fronteira estão a cargo da Secretaria de Programas Regionais Integrados do Ministério da Integração Nacional. Ficando a cargo do executivo, surgem os diversos programas que põem em ação, ou se propõem a colocar em ação políticas públicas territoriais na Faixa de Fronteira.

2.4.3 Programas atuais nas Faixas de Fronteiras Terrestres do Brasil

Para Machado e Haesbaert (2005) ao longo de todo o limite internacional terrestre do Brasil há situações de interações transfronteiriças, porém essas não são as mesmas em toda a sua extensão devido, não somente às diferenças geográficas, mas também ao tratamento diferenciado que recebe dos órgãos de Estado e ao tipo de relação estabelecida com os povos vizinhos daí a necessidade da tipologia.⁴⁴

Para o desenvolvimento dessa tipologia, os autores⁴⁵ (p. 108) utilizaram os “modelos propostos pelo geógrafo francês Arnaud Cuisinier-Raynal, com algumas adaptações necessárias ao caso brasileiro.” Os autores afirmam, também que “os mesmos modelos foram aplicados às cidades-gêmeas, embora essas cidades não sejam contempladas no trabalho de Cuisinier-Raynal”. Embora predominem as situações de superposição, chegaram aos seguintes modelos de tipologia das interações transfronteiriças: margem, zona-tampão, frentes, sinapse e capilar.

⁴⁴ Considerando também os tipos de relação desenvolvidas em cada zona de fronteira como um processo territorial ou inter-territorial e, portanto, geográfico, talvez fosse interessante considerarmos tais tipologias como características de topologias.

⁴⁵ Lia Osório, Rogério Haesbaert e equipe, Proposta de Reestruturação do Programa de desenvolvimento da Faixa de Fronteira.

Na situação de margem “a população fronteiriça de cada lado do limite internacional mantém pouco contacto entre si, exceto de tipo familiar ou para modestas trocas comerciais” (p. 108). Sobretudo em função da falta de infraestrutura que interliga os dois lados da fronteira, apesar da vizinhança, as relações predominantes são de ordem local ou nacional.

Essa situação ocorre apenas em trechos do Estado do Acre (como Santa Rosa do Purus). Segundo os pesquisadores, na maioria dos lugares que apresentam características similares, políticas territoriais foram adotadas pelo Estado central alterando a situação de margem, substituídas por *zonas-tampão*. Foi o caso da zona de fronteira entre o Pará e o Amapá e as Guianas⁴⁶. As zonas-tampão são zonas

estratégicas onde o Estado central restringe ou interdita o acesso à faixa e à zona de fronteira, criando parques naturais nacionais, áreas protegidas ou áreas de reserva, como é o caso das terras indígenas (...) vários fatores inspiram esse tipo de política, entre eles: (a) a presença de recursos naturais próximos da fronteira, explorados ou não; (b) impedir ou dificultar o avanço de frentes pioneiras que, no caso do Brasil, são majoritariamente frentes de povoamento ou de exploração de recursos naturais; (c) existência de áreas de tensão militar; (d) diminuir os custos da infra-estrutura de defesa e vigilância; (e) reconhecimento da ocupação do território por grupos locais (p.145).

As frentes referem-se à noção de *frentes pioneiras*⁴⁷, no sentido de caracterizar as frentes de povoamento. Para os pesquisadores, “no caso das interações fronteiriças, o modelo “frente” também designa outros tipos de dinâmicas espaciais, como a frente *cultural* (afinidades seletivas), *frente indígena* ou *frente militar*” (p. 147).

⁴⁶ O Parque Nacional das Montanhas de Tumucumaque, no Amapá, situa-se na fronteira com a Guiana Francesa, pode ser considerado uma zona tampão. Na perspectiva militar, esse modelo é bastante criticado por apresentar demasiada vulnerabilidade territorial. Sobre esse aspecto, pode-se consultar o artigo “O Parque Nacional das Montanhas de Tumucumaque. E a soberania do Brasil?”, do coronel Cláudio Moreira Bento, no sítio <http://www.militar.com.br/modules.php?name=Historia&file=display&jid=81>, acessado em 10/jul/2007.

⁴⁷ Referência às Frentes Pioneiras, conceito elaborado por Pierre Monbeig para caracterizar, com a questão agrária, as formas de ocupação interna do território.

No caso do Brasil, podemos identificá-las em diferentes períodos de nossa história territorial, como a frente indígena da região conhecida como “Cabeça do Cachorro”, localizada na fronteira do município de São Gabriel da Cachoeira, no estado do Amazonas, com a Colômbia. Ali a frente indígena conviveu por anos com a frente militar do lado brasileiro. Atualmente, é unidade de conservação natural do Alto Rio Negro.

Sinapse é um modelo aplicado a situações de fronteira onde há intensa troca entre as populações fronteiriças.

Esse tipo de interação é ativamente apoiado pelos Estados contíguos, que geralmente constroem em certos lugares de comunicação e trânsito infra-estrutura especializada e operacional de suporte, mecanismos de apoio ao intercâmbio e regulamentação de dinâmicas, principalmente mercantis. As cidades-gêmeas mais dinâmicas podem ser caracterizadas de acordo com este modelo. No caso da *sinapse*, os fluxos comerciais internacionais se justapõem aos locais. A articulação entre Foz do Iguaçu-Ciudad del Este (Paraguai), ou de Uruguaiana-Paso de los Libres (Argentina) é ilustrativa (HAESBAERT, MACHADO, 2005: p. 147).

O modelo capilar é constituído por diversos processos de interações transfronteiriças proporcionados por redes de comunicação e transportes que possibilitam relações locais, como uma situação local como as feiras, ou relações de trocas difusas entre os vizinhos fronteiriços dos dois lados da fronteira. Contudo, segundo os autores no modelo capilar “a primazia é o local, antes de ser nacional ou bilateral como no modelo sináptico” (p. 146).

O mapa 16, elaborado pela equipe de pesquisa supra-citada, localiza o modelos de tipologia citados.

O atual Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira (PDFF) faz parte de um conjunto de programas da Secretaria dos Programas Regionais do Ministério da Integração Nacional⁴⁸, que, segundo o Ministério, se insere nas diretrizes da Política Nacional de Desenvolvimento Regional, “sob referenciais territoriais inovadores”.

Na apresentação dos Programas da Secretaria⁴⁹, a atual política territorial para a faixa de fronteira se orienta por uma forte consideração regional. Ultrapassando as classificações regionais tradicionais, voltadas para o planejamento territorial, de caráter limitado e tendendo à fixidez, a equipe de trabalho do PDFF, coordenada por Lia Osório Machado e Rogério Haesbaert, propõe a concepção de região aberta, que se relaciona com as demais regiões e se define como porção territorial transitiva com características próprias.

Além das questões nacionais, tratadas regionalmente pela definição das macrorregiões, criaram-se novos espaços sub-regionais. Nessa acepção de política territorial e regional, a própria faixa de fronteira é dividida em três arcos, que compreendem 17 sub-regiões, como demonstrado no mapa 16.

⁴⁸ A Secretaria apresenta um conjunto de seis programas regionais: Programa de Sustentabilidade de Espaços Sub-regionais (Promeso); Programa de Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Semi-árido (Conviver); Programa de Promoção e Inserção Econômica de Sub-regiões (Promover); Programa de Organização Produtiva de Comunidades (Produzir); Região Integrada de Desenvolvimento (Ride) do Pólo Petrolina (PE) e Juazeiro (BA) e Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira (PDFF).

⁴⁹ Disponível em: <<http://www.integracao.gov.br/programas/programasregionais/index.asp>>. Acesso em: 30.jul 2007.

Mapa 16 – Brasil: Arcos e Sub-regiões da Faixa de Fronteira Terrestre

fonte: Ministério da Integração Nacional, 2005.

Formado por seis sub-regiões, o Arco Norte abrange os municípios fronteiriços dos estados do Amapá, do Pará, de Roraima, do Amazonas e do Acre.

O Arco Central, formado por oito sub-regiões, abrange os municípios localizados na faixa de fronteira nos estados de Rondônia, do Mato Grosso e do Mato Grosso do Sul.

Finalmente, o Arco Sul, formado por três sub-regiões, abrange municípios localizados na faixa de fronteira nos estados do Paraná, de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul.

Segundo Carlos Augusto Grabois Gadelha e Laís Costa (2005), o PDFF é um marco na proposta territorial e regional no Brasil. A faixa de fronteira constitui-se em:

... importante diretriz da política nacional e internacional (...) apesar de estratégica para a integração sul-americana (...) configura-se como uma região pouco desenvolvida economicamente, historicamente abandonada pelo Estado, marcada pela dificuldade de acesso a bens e serviços públicos, falta de coesão social, inobservância de cidadania e por problemas peculiares às regiões fronteiriças. (p. 26)

Os autores, que fazem parte da equipe que organizou a proposta de reestruturação do PDFF para o Ministério de Integração Nacional – trabalho que resultou no livro homônimo, publicado em 2005 pelo Ministério – propõem um novo enfoque para as políticas territoriais na faixa de fronteira, pautado em conceitos e noções que a consideram como uma região dinâmica. Daí a metodologia que integra os conceitos de região dinâmica (Haesbaert, 2005), regionalidade, território, territorialidade, rede, faixa de fronteira e zona de fronteira.

Com isso, procura-se integrar e compatibilizar a Lei nº 6.634/1979, que regulariza a faixa de fronteira em 150 km com a Constituição Federal, cujo parágrafo 2º do artigo 20 coloca que:

... a Faixa de até cento e cinquenta quilômetros de largura, ao longo das fronteiras terrestres, designada como faixa de fronteira, é considerada fundamental para defesa do território nacional, e sua ocupação e utilização serão reguladas em lei.

O PDFF visa sobretudo “o desenvolvimento da faixa de fronteira por meio de sua estruturação física, social e econômica, com ênfase na ativação das potencialidades locais e na articulação com outros países da América do Sul” (GADELHA, 2005, p. 36). Com o enfoque regional e transfronteiriço, que considera a faixa em suas diversas e ricas particularidades “naturais”, como as atividades de trabalho, a quantidade de população e a história de formação e cultural, as propostas do PDFF indicam, na formação de cada sub-região, a necessidade de integração entre elas, na linha de fronteira e em sua vertente internacional.

A Lei nº 6.634/79 regulamenta e atribui ao governo federal as atividades de construção de infra-estrutura de transportes e energia, a instalação de empresas e demais atividades econômicas de vulto, assim como a participação de estrangeiros na composição de capitais, graus de decisão e números de trabalhadores na faixa de fronteira, mas faculta ao Presidente da República a revisão de seus itens. A aparente contradição com seu papel iminentemente de defesa do território previsto na Constituição pode ser equalizada, a partir de política territorial, pelos dispositivos da mesma.

Nesse sentido é que foi criada a Câmara de Políticas de Integração Nacional e Desenvolvimento Regional, composta por 23 ministérios e secretarias especiais:

Esta Câmara constituiu um Grupo de Trabalho Interministerial da Integração Nacional, visando à articulação concreta das iniciativas do governo, de modo a promover sinergias, aproveitar complementaridades e proporcionar desenvolvimento e sustentabilidade das políticas implementadas (GADELHA e COSTA, 2005: p. 35).

Estrategicamente, o PDFF traçou três grandes linhas de ação:

- o desenvolvimento integrado das cidades gêmeas;
- a articulação das prioridades do PDFF como o desenvolvimento das mesorregiões prioritárias, também previstas no Promeso;
- a melhoria das condições econômicas, sociais e de cidadania das sub-regiões que compõem a faixa de fronteira.

Segundo Grabois Gadelha e Laís Costa (2005: p. 45) com o Programa, que ainda está sendo executado, esperam-se como resultados:

- a) o estímulo a processos sub-regionais de desenvolvimento, contribuindo para a redução das desigualdades regionais e para a integração da América do Sul;
- b) a melhoria da governança e o estímulo à participação da sociedade civil, envolvendo a articulação dos atores locais em torno de projetos de desenvolvimento da Faixa de Fronteira;
- c) a estruturação e a dinamização de arranjos produtivos locais e transfronteiriços;
- d) a promoção articulada de infra-estrutura econômica e social, associada às estratégias locais de desenvolvimento;
- e) a melhoria das condições de cidadania da população da zona de fronteira;
- f) a revisão do marco regulatório que tem impacto no desenvolvimento econômico da região e nas condições de cidadania;
- g) o fortalecimento dos instrumentos supra-nacionais voltados para a integração fronteiriça.

O Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira, funcionando em consonância com os demais da Secretaria dos Programas Regionais do Ministério da Integração Nacional inseridos nas diretrizes atuais da Política Nacional de Desenvolvimento Regional, proporcionam, de fato, um novo olhar sobre as “questões fronteiriças”. A identificação de uma nova tipologia, as caracterizações que classificam as fronteiras de modo a resgatar o conceito de região dentro de um propósito maior de integração do território brasileiro, as legislações voltadas às

regiões fronteiriças cujas responsabilidades federais se apóiam em bases municipais, revelam políticas territoriais atentas aos processos típicos do atual período em cada sub-região fronteiriça.

As cidades-gêmeas, a densidade das interações, a intensidade de trocas e de fluxos, a diversidade da quantidade de população, o número de municípios caracterizados distintamente ao longo da faixa e da zona (constituída oficialmente ou não) de fronteira terrestre do Brasil indicam as transformações nas formas de ocupação, na estrutura político-territorial ocorridas desde o início de sua delimitação. Mas, se em contraponto ao caráter intrinsecamente exclusivo e excludente das fronteiras, as propostas de integração ressaltam as marcas do atual período, algumas heranças permanecem de períodos anteriores. As fronteiras continuam atreladas a um arcabouço político-territorial. Com todas as suas atualizações conceituais e novas significações, mesmo sendo difícil considerar, hoje em dia, o caráter expansivo das fronteiras terrestres, elas continuam sendo questão de Estado e, assim, mantém características de defesa e de identificação nacional.

A Comissão das Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal em reunião ordinária de 31 de maio de 2007 abriu um requerimento pedindo a realização de uma audiência reservada no âmbito dessa Comissão cuja finalidade é discutir a “questão da Defesa Nacional em face dos problemas que ocorrem na Bolívia, e também, uma visão geral da situação das nossas fronteiras, e das forças armadas”⁵⁰.

As Forças Armadas estão presentes em regiões fronteiriças em projetos como o Calha Norte, entre outros. As políticas de defesa nas faixas de fronteira se manifestam, em diversos pontos, de forma atualizada, até mesmo dentro deste projeto. Por um lado, setores das Forças Armadas reclamam por ações mais

⁵⁰ O autor presenciou essa reunião. Seu registro pode ser verificado em www.senado.gov.br, acessado em setembro de 2007.

tradicionais de defesa do território, sobretudo da falta de estratégia contida no fato de áreas de fronteira, como na Amazônia, estarem ocupadas por zonas-tampão em formas de Unidades de Conservação. A falta de fiscalização dessas imensas áreas facilitaria a entrada ilegal de diversos grupos, como narcotraficantes, contrabandistas por diversos pontos da fronteira terrestre do Brasil.

Por outro lado, como demonstra Altiva Barbosa (2007), as Forças Armadas desenvolvem políticas de defesa nas fronteiras amazônicas sob nova orientação político-estratégica. Isso transparece nas Políticas de Gestão Ambiental do Exército na Amazônia, nas Operações de Assistência Hospitalar da Marinha junto a comunidades ribeirinhas, ou ainda, convênios do Comando Militar da Amazônia, ligado ao Ministério da Defesa, com Secretarias da Educação em municípios nas faixas de fronteira da Amazônia onde, em alguns casos, o Exército exerce responsabilidade integral sobre diversas escolas. Também o papel do Exército é destacado na abertura de estradas e na comunicação nas fronteiras setentrionais do Brasil.

Talvez, num contexto de políticas de integração regional nas faixas de fronteira, as políticas de defesa, as mais tradicionais agregadas às mais recentes que se manifestam na atuação das Forças Armadas do Brasil, sejam as novas formas ou qualidades de ocupação territorial, que sucede em parte as antigas formas de povoamento e colonização.

3. Fronteira Marítima

3.1 – Controle das terras litorâneas: base para a definição das fronteiras marítimas

As questões relacionadas aos estudos das fronteiras marítimas envolvem, além de considerações acerca do domínio marítimo e suas disputas, o controle das terras litorâneas. Esse é um elemento chave para garantir a defesa do território conquistado.

Embora questões conflituosas relacionadas ao domínio marítimo remontem à Antigüidade, com o passar dos séculos, as disputas com vistas ao controle das águas marítimas litorâneas foram se acirrando. Os antigos gregos e outros povos da época já reivindicavam o domínio sobre as águas marítimas ao longo de suas costas.

A partir do século XV, o descobrimento das novas terras que possibilitaram chegar mais tarde ao conhecimento real das dimensões do planeta por via do desenvolvimento da cartografia e das técnicas náuticas, arrefeceu também as disputas por rotas e caminhos oceânicos e costas litorâneas.

Daí em diante, ao longo dos últimos séculos, em que prevaleceram os processos de colonização na América, na África e na Ásia, o foco político é mais explícito na extensão da soberania metropolitana sobre o território terrestre das colônias com vistas a garantir o controle e a posse de suas riquezas naturais. Contudo, o domínio de mares e oceanos nunca deixou o horizonte estratégico das grandes potências que mais os utilizavam na busca por territórios longínquos.

Seja como resultado de processos de ocupação ao longo dos séculos em que se efetivou a estratégia geopolítica de instalação portuguesa no Brasil⁵¹, seja pelas formas de estabelecimento das densificações com diferentes funções ao longo da

⁵¹ Ver Antonio Carlos Robert Moraes (1991) .

costa atlântica sul-americana, seja ainda pela extensão e localização, o litoral do território brasileiro tem importância de várias ordens.

O processo de formação sócio-espacial do território brasileiro é intrinsecamente ligado à utilização do mar. Por ele adentraram os colonizadores europeus. A construção dos fortes e as políticas de ocupação e povoamento no litoral estão na base de todo o processo de ocupação vindouro. Dialeticamente interligado às características próprias que marcaram cada período até os dias atuais, a ocupação colonial deixou heranças materializadas no território litorâneo. Sendo assim, ajuda a explicar a atual concentração da maioria dos municípios e da população residente nos estados litorâneos do país. Com cerca de 144.489.300⁵² habitantes, o que equivale a 78,6% da população do Brasil, são nos dezessete estados litorâneos onde as densidades técnica e populacional são mais intensas no território brasileiro. Nos 478 municípios localizados na zona costeira desses estados habitam cerca de 20% da população brasileira.

A consolidação do território brasileiro tal qual se apresenta hoje, conformou uma das maiores extensões litorâneas do planeta com 7.367 km². Ao longo da costa brasileira, diversas batalhas foram travadas pelas potências européias que guerrearam para estender sua soberania territorial às terras onde se formou o território do Brasil. O avanço sobre o continente sul-americano, a ânsia por colonizá-lo refletiam as transformações históricas pelas quais passava a Europa, principalmente a partir do século XV.

O esforço de conhecimento do mundo afluía na Europa no século XVI. Com ele crescia a necessidade de descobrir e registrar caminhos, rotas, territórios. Isso

⁵² Segundo a pesquisa "Contagem da População 2007", publicada pelo IBGE no dia 05/10/2007. O Instituto apresenta os totais populacionais municipais, "com data de referência em 1º de abril de 2007, dos 5 435 municípios brasileiros que foram objetos desse levantamento censitário. Para os demais municípios, em um total de 128, e o Distrito Federal estão apresentadas as estimativas da população residente para a mesma data de referência, totalizando, assim, 5 564 municípios".
fonte: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/contagem2007/default.shtm>, acessado em 19/10/2007.

impulsionou, mais adiante, o rápido desenvolvimento da cartografia. Em Florença, Maquiavel localizava cada principado e enfrentava a explicação cristã. Na Espanha e em Portugal Igreja e Estado ora se confundiam ora se afinavam às políticas territoriais expansivas. Em meados do século XVII, o nascimento do sistema interestatal trazia consigo a concepção do estado territorial. Isso, sem dúvidas, reverberou diretamente no sul da América e na importância dada à conquista e à manutenção de poder sobre suas colônias.

Na Europa ao longo do século XVII morreram inúmeros soldados nas batalhas que acabariam, tempos depois, por retirar o poder religioso da posição suprema e soberana que ocupara milenarmente e que lhe outorgava o direito de mediar conflitos e definir laudos referentes ao estabelecimento de limites e territórios às coroas européias. O Tratado de Westphalia, de 1648, é um importante marco nesse processo.

O esforço trissecular de prioridade política, diplomática e guerreira lusitana resultou na soberania deste vasto território banhado por um dos maiores litorais do planeta. Helio Viana (1948) afirma que para Capistrano de Abreu, esse tão vasto litoral era, do ponto de vista da chamada geografia física, uma área insignificante, pois era desprovido de acidentes geográficos costeiros importantes tal como na África e na Austrália. Nesses lugares, ou seja, no litoral brasileiro, “nem o mar invade nem a terra avança; faltam mediterrâneos, penínsulas, golfos, ilhas consideráveis; os dois elementos coexistem quase sem transições e sem penetração (p. 32).”⁵³

⁵³ Se imaginasse Capistrano de Abreu a quantidade de petróleo na plataforma continental da atual costa brasileira, a importância logística, estrutural e funcional dos portos na fluidez da economia territorial no Brasil, a importância dos ecossistemas marinhos, seus recursos, sua biodiversidade, mas também o significado geopolítico atual de ter autonomia territorial sobre tais áreas, talvez revisse sua consideração.

No decorrer da história, no período que abarca o século XVI ao XVIII, as disputas entre França, Inglaterra e Holanda traziam constantes perigos à costa atlântica da América do Sul. Na verdade, desde 1504, com a chegada de Binot Paulmier de Gonneville à costa do hoje denominado estado de Santa Catarina, os franceses foram os inimigos mais presentes em toda a costa brasileira. Neste período, muitos conflitos ocorreram desde as reclamações de D. Manuel a Luís XII da França até os acordos que culminaram com a assinatura de Tratados sobre a delimitação das fronteiras marítimas entre Brasil e a Guiana Francesa, ao norte e, depois, com o Uruguai ao sul.

3.1.1 As primeiras demarcações do litoral brasileiro

Na segunda década do século XVI, Viana (1948) afirma que “já estava bem conhecida a fronteira marítima brasileira. É o que se deduz do exame do mapa 18, a seguir, de Lopo Homem, de 1519, em que são numerosos os acidentes geográficos assinalados da foz do Amazonas à do rio da Prata” (p. 29).

Mapa 18 – Terra Brasilis, de Lopo Homem, 1519

fonte: Biblioteca Nacional da França, 1519.

A expedição de Martim Afonso de Souza ao Rio da Prata em 1530 a mando de D. João III com o propósito de expulsar dali traficantes estrangeiros, rendeu, em seu retorno, a criação da vila de São Vicente no litoral paulista.

Nessa expedição, Martim Afonso iniciou o processo de demarcação da fronteira marítima brasileira ao demarcar as terras litorâneas da colônia portuguesa, mesmo à revelia da linha estabelecida pelo Tratado de Tordesilhas, conforme destacou Visconde de Porto Seguro (apud Helio Viana, 1948, p. 36). Segundo o Visconde, D. João teria mandado demarcar as terras litorâneas de Pernambuco até o rio da Prata, com o intuito de ali implantar as capitanias hereditárias para atuarem como mecanismo de defesa do território por via da ocupação pela posse. Contudo, se Martim Afonso agiu à revelia de Tordesilhas, D. João III não. Nos anos de 1534 a 1536, ao fazer as doações das referidas terras, D. João III seguiu as orientações da linha de Tordesilhas que indicava o Maranhão e Santa Catarina, dentro da chamada “Capitulação da Partição do Mar Oceano”, o Tratado de Tordesilhas.

Com as capitanias, foram instauradas também as bases das entradas e bandeiras, iniciativas privadas que iriam se constituir em elementos centrais na disputa e constituição genética do território brasileiro. No século XVI foram fundadas 18 capitanias hereditárias. Foi também criada a cidade de Salvador, em 1549, onde a coroa portuguesa instalou a sede política na colônia. Além das constantes dificuldades que enfrentavam com os indígenas, os portugueses também precisavam manter alerta constante acerca do perigo de entrada de estrangeiros no litoral, tanto no norte como no sul do Brasil.

Dois séculos de intensa defesa voltada ao domínio do litoral se passaram até a assinatura dos Tratados de Utrecht, em 1713 e 1715. Por quase 200 anos foram feitas tentativas voltadas à definição do limite entre o Brasil e a Guiana Francesa. De acordo com o Compromisso Arbitral firmado entre os governos do Brasil e da França

a 10 de abril de 1897, sugerido pelo presidente Prudente de Moraes, ficou definida a linha de fronteira marítima, isto é, a linha que partia do curso do rio Japoc ou Vicente Pinçon e seguia pelo litoral, como determinado pelo art. VIII do Tratado de Utrecht. Visava-se a defesa do território contra invasões de estrangeiros, como as dos franceses, dos ingleses, dos holandeses. Com os referidos Tratados são inauguradas as propostas de delimitação das fronteiras marítimas no norte do Brasil.

As incursões portuguesas nas terras do sul levaram os espanhóis a tomar medidas estratégicas. Atentos à movimentação na porção sul da América do Sul, os espanhóis logo se fixaram nas proximidades do Rio da Prata e se instalaram no porto de Buenos Aires⁵⁴. Estavam lançadas as bases para um conjunto de batalhas que duraria cerca de três séculos pela definição soberana de posse das terras que hoje constituem o Uruguai e, respectivamente, a delimitação das fronteiras marítimas no Atlântico sul.

A assinatura do Tratado de Madrid, de 1750, e do Tratado de Santo Ildefonso, em 1777, abriram novos caminhos e negociações acerca das fronteiras entre as coroas ibéricas na América do Sul, o que incidia diretamente na definição das fronteiras marítimas com a Guiana Francesa, ao norte, e com o Uruguai, ao sul. Mas, a partir da conquista da soberania de fato sobre as águas litorâneas da costa adquirida efetivamente com a independência do Brasil, é que, no século XIX avançam os processos de delimitação das fronteiras com o Uruguai e com a Guiana Francesa.

⁵⁴ Como visto no item 2.2.4.2

3.2. Os limites laterais da fronteira marítima

Já foi citado neste trabalho que a partir do princípio do *uti possidetis*, consagrado no Tratado de Madri, e com base em fatos históricos e na documentação cartográfica, a diplomacia brasileira estabeleceu nossas fronteiras por arbitragem ou acordos diretos cujos trabalhos de delimitação seguiram por todo o século XIX e adentraram o século XX.

O trabalho voltado às definições jurídicas que estabelecem os limites marítimos se constitui numa complexidade que envolve questões políticas e técnicas. As questões técnicas diferem bastante dos métodos utilizados para a delimitação e demarcação das fronteiras terrestres. A começar pela demarcação, já que nos oceanos esse processo se torna inviável. Os referenciais que orientam o processo de delimitação variam de acordo com dois métodos: o que segue o sistema geodésico e o que segue o sistema loxodrômico. Além de técnicos, a escolha dos métodos também tem forte expressão geopolítica, já que, dependendo do método utilizado, o país costeiro pode agregar ou perder área marítima. Nas duas fronteiras laterais do Brasil prevaleceu o método loxodrômico.

Loxodrômico deriva de loxodroma. Segundo o Dicionário Cartográfico de Céurio de Oliveira (1983), loxodroma se refere à linha de rumo, cuja definição é a

Linha da superfície da Terra que conserva o mesmo ângulo com todos os meridianos; loxodroma ou curva loxodrômica em espiral, na direção dos pólos, numa direção verdadeiramente constante. Os paralelos e os meridianos, que, igualmente conservam direções verdadeiras constantes, podem ser considerados casos especiais da linha de rumo. Uma linha de rumo é uma reta em uma projeção de Mercator. O mesmo que espiral equiangular; loxodroma; curva loxodrômica; rota de Mercator (p. 371).

Como a demarcação no oceano tem forte embasamento cartográfico, também faz parte das negociações diplomáticas o estabelecimento da projeção a ser utilizada.

Para que prevaleça o método loxodrômico, há que se utilizar a Projeção de Mercator.

Para RAISZ (1974):

La propiedad más importante de la proyección Mercator es que es el único sistema en que todos los rumbos o loxodómicas son líneas rectas; esta cualidad tiene extraordinaria importancia en nautica. Las loxodrómicas son líneas que sobre el globo terráqueo tienen rumbo constante y cortan a todos los meridianos formando ángulos iguales: por cortarse todos los meridianos en los pólos, las loxodrómicas aparecen em el globo como líneas curvas que se acercan a los polos describiendo uma especie de espiral, sin llegar, es rigor de verdad, a pasar por los mismos. El camino más corto entre dos puntos de la esfera es el circulo máximo, pero si un barco hubiere de seguir esta ruta tendria que ir cambiando continuamente el rumbo, por lo cual, para distancias cortas, los barcos siguen de ordinario la loxodrómica. El marino une su punto de partida com el de llegada mediante una línea recta sobre um mapa de Mercator: toma el rumbo de esta línea recta valiéndose de uma rosa de los vientos impresa em el mismo mapa y mantiene su busque sobre yal rumbo, teniendo em cuenta las derivas producidas por los vientos y las corrientes marinas (...) Por aumentar la deformación em los mapas de Mercator al acercarse a los pólos no se pueden ampear las escalas ordinárias. Las cartas nauticas que representan grandes extensiones no están construidas a escala, sino que llevan sus bordes divididos em grados y minutos. Las distancias se deducen fácilmente sabiendo que 1 minuto de latitud corresponde aproximadamente a uma milla marina” (p. 79).

3.2.1 Fronteira Lateral Marítima entre Brasil e Guiana Francesa

Segundo Krukoski⁵⁵, “a lateral marítima entre o Brasil e a Guiana Francesa é definida como uma linha loxodrômica que, partindo de um ponto estabelecido, segue o azimute de 41º, até o extremo da plataforma continental”. Nessa localização a plataforma continental se prolonga até a distância de 337 milhas náuticas. A figura 5 apresenta o “Esquema das duas linhas”, que exemplifica a diferença prática existente entre a delimitação pelo método geodésico e pelo método loxodrômico da fronteira marítima brasileira com a Guiana Francesa.

⁵⁵ Krukoski, Wilson R.M. <http://www.info.Incc.br/wrmkkk/loxodro.html>, acessado em 08/10/2005.

**Figura 5: Esquema das linhas na fronteira lateral marítima
entre Brasil e Guiana Francesa**

Fonte: Krukoski, Wilson R..M. <http://www.info.lncc.br/wrmkkk/loxodro.html>, acessado em 08/10/2005

A figura 6, a seguir, representa a demarcação da linha de limite da fronteira lateral marítima entre Brasil e Guiana Francesa.

Figura 6: Lateral Marítima entre o Brasil e a Guiana Francesa

Região da foz do Oiapoque

Fonte: Krukoski, Wilson R.M. <http://www.info.lncc.br/wrmkkk/loxodro.html>, acessado em 08/10/2005.
(representação sem escala)

A delimitação da lateral marítima entre Brasil e Guiana Francesa, que seguiu o método loxodrômico, foi designada no Tratado assinado entre a França e o Brasil, em 1981:

Baseados nas normas e princípios do direito internacional aplicáveis à matéria e levando em conta os trabalhos da II Conferência das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, tendo Presente o disposto no Tratado de Utrecht, de 11 de abril de 1713, na Sentença Arbitral do Conselho Federal Suíço, de 1º de dezembro de 1900, e sua aplicação, tal como efetuada pela Comissão Mista Brasileiro-Francesa Demarcadora de Limites, como decorrência das negociações que se realizaram em Paris, de 24 a 28 de setembro de 1979, e em Brasília, de 19 a 22 de janeiro de 1981, resolveram concluir o presente Tratado, e, com esse objetivo, designaram:

O Presidente da República Federativa do Brasil, o Senhor Embaixador Ramiro Saraiva Guerreiro, Ministro de Estado das Relações Exteriores; o Presidente da República Francesa, o Senhor Embaixador Jean François-Poncet, Ministro dos Negócios Estrangeiros; os quais convieram nas seguintes disposições:

Artigo I - A linha de delimitação marítima, inclusive a da plataforma continental, entre a República Federativa do Brasil e a República Francesa, ao largo do Departamento da Guiana, fica determinada pela linha loxodrômica que tem o azimute verdadeiro de quarenta e um graus e trinta minutos sexagesimais, partindo do ponto definido pelas coordenadas de latitude quatro graus, trinta minutos e cinco décimos Norte e de longitude cinqüenta e um graus, trinta e oito minutos e dois décimos Oeste. Esse azimute e essas coordenadas são referidos ao Sistema Geodésico Brasileiro (datum horizontal - Córrego Alegre).

Esse Sistema Geodésico foi empregado na elaboração da carta náutica brasileira de nº 110, 1ª edição, de 27 de abril de 1979, que foi utilizada durante os trabalhos da VI Conferência da Comissão Mista Brasileiro-Francesa Demarcadora de Limites.

O ponto de partida definido no presente Artigo é a intersecção da fronteira na Baía do Oiapoque, fronteira estabelecida por ocasião da V Conferência da Comissão Mista, e da linha de fechamento dessa baía estabelecida durante a VI Conferência da mencionada Comissão Mista.

Artigo II - Qualquer controvérsia que possa surgir entre as Partes a respeito da interpretação ou da aplicação do presente Tratado será solucionada pelos meios pacíficos reconhecidos pelo Direito Internacional.

Artigo III - Em fé do que, os Abaixo Assinados firmam e selam o presente Tratado. Feito em Paris, aos 30 de janeiro de 1981, em dois exemplares originais, cada um em língua portuguesa e francesa, os dois textos fazendo igualmente fé (Ministério das Relações Exteriores, Divisão de Fronteiras).

<http://www.info.incc.br/wrmkkk/loxodro.html>, acessado em 08/10/2005).

3.2.2 Fronteira Lateral Marítima entre Brasil e Uruguai

Na fronteira marítima entre Brasil e Uruguai, o limite da lateral marítima também é definido como uma linha loxodrômica. Ela parte de um ponto localizado a 350 metros a partir de um alinhamento do Farol do Chuí, segue um azimuth de 128° e atinge o limite exterior do mar territorial. Nesta fronteira, o prolongamento da plataforma continental chega até as 299 milhas náuticas. A figura 7, a seguir, traz um esquema que evidencia a diferença angular entre os métodos loxodrômico e geodésico na fronteira lateral marítima entre Brasil e Uruguai.

**Figura 7: Esquema das linhas na fronteira lateral marítima entre
Brasil e Uruguai**

Fonte: Krukoski, Wilson R.M. <http://www.info.lncc.br/wrmkkk/loxodro.html>, acessado em 08/10/2005.

A figura 8, a seguir, representa a linha de limite lateral:

Figura 8: Lateral Marítima entre o Brasil e o Uruguai

Região do Chuí

Fonte: Krukoski, Wilson R.M. <http://www.info.Incc.br/wrmkkk/loxodro.html>, acessado em 08/10/2005. (representação sem escala)

Para marcar em terra os limites entre Brasil e Uruguai e, mesmo para balizar a delimitação e a demarcação dos limites marítimos entre os dois países, foram construídos alguns marcos como demonstrados nas fotografias 1, 2 e 3. Na foto 1, o marco 4-P construído em 1857 em território brasileiro, assinala a foz do arroio São Miguel na Lagoa Mirim:

Foto 1: Marco P 1 na fronteira do Brasil com o Uruguai

Fonte: Krukoski, Wilson R.M.

<http://www.info.lncc.br/wrmkkk/loxodro.html>, acessado em 08/10/2005.

Na foto 2, o marco 1-P foi construído em 1857 no território brasileiro para assinalar a foz do arroio Chuí, no Oceano Atlântico:

Foto 2: Marco 1 P na foz do arroio Chuí

Fonte: Krukoski, Wilson R.M.
<http://www.info.lncc.br/wrmkkk/loxodro.html>, acessado em 08/10/2005.

A foto 3 retrata o início da fronteira lateral marítima nas coordenadas 33° 44' 36" latitude sul e 53° 22' 10" longitude oeste. Na fotografia é possível perceber o molhe que foi construído em 1978 exatamente no azimuth de 128 graus, orientação da linha loxodrômica que define o limite da fronteira lateral marítima entre o Brasil e o Uruguai.

Foto 3: Início da lateral marítima Brasil - Uruguai

Fonte: Krukoski, Wilson R.M.
<http://www.info.lncc.br/wrmkkk/loxodro.html>, acessado em 08/10/2005.

Nas fronteiras laterais marítimas do Brasil, tanto com a Guiana Francesa como com o Uruguai, percebe-se que a opção pelo método loxodrômico mostrou ser vantajoso para o Brasil, pois em função da diferença angular, ao território brasileiro são acrescidos mais alguns quilômetros de águas jurisdicionais. Portanto, por se tratar de definição de fronteiras, esses critérios técnicos são, também, políticos.

Mas, se a definição das laterais envolve processos políticos e técnicos complexos, a definição dos limites marítimos nas águas que avançam oceano adentro também passam por exaustivos processos políticos, diplomáticos, científicos e técnicos.

Ao longo do século XX ocorreram grandes transformações acerca das questões de soberania e dos direitos de soberania sobre as águas oceânicas, sobretudo após a Segunda Guerra Mundial. O surgimento da Organização das Nações Unidas (ONU) como instituição supranacional, possibilitou novo âmbito de negociações nas relações internacionais. Assim, iniciou-se um processo que ampliou e instituiu novas faixas marítimas aos países costeiros.

A partir de algumas Convenções Internacionais, conjuntos normativos foram construídos e, desde então, as definições legais sobre a soberania nas águas marítimas e os direitos de soberania sobre elas, que incide na prioridade de exploração e exploração dos recursos naturais ao país costeiro, passam por instâncias internacionalizadas. Esse é um dos diferenciais centrais nos processos políticos e diplomáticos que se tem que levar em consideração em relação às fronteiras terrestres que também envolvem questões internacionais, mas de cunho muito mais voltado, logo à primeira instância, a um estatuto bilateral.

3.3 O pós Segunda Guerra Mundial e as novas concepções de fronteiras marítimas

Por conta da disputa pelo controle e ampliação de territórios coloniais e, depois, a necessidade de estabelecimento de limites reconhecidos aos países independentes, foram as fronteiras terrestres e não as marítimas, os alvos principais da delimitação territorial do Brasil. No decorrer desse processo, ao mar ainda era reservado um status de internacionalidade. As fronteiras marítimas dos países costeiros eram definidas em faixas de poucas milhas além da costa, garantidas, na prática, por critério técnico-balístico, ou seja, ia até onde a bala de canhão alcançasse. Contudo, esse limitante técnico se desfaz com os avanços tecnológicos ocorridos no século XX, sobretudo impulsionado pelas duas Grandes Guerras.

O final da Segunda Guerra Mundial marca, segundo Milton Santos (1996 b), a efetivação de um novo período na história, o qual denominou técnico-científico-informacional. A grande transformação técnica conquistada pela ciência significou a instalação de um novo conjunto de referenciais espaciais. A necessidade de armamentos e instrumentos voltados ao conhecimento dos lugares e do planeta estimulou o desenvolvimento científico. Os países detentores desses potentes aparatos técnico-científicos e, conseqüentemente, de poder, viram-se viabilizados a executar uma geopolítica de alcance global que resignificou as funções, os valores políticos e, sobretudo, econômicos dos mares e oceanos. No contexto da Guerra Fria, as pesquisas nos campos nuclear, dos transportes, das comunicações, dos satélites; a corrida armamentista e espacial, a chegada à lua, dentre diversos outros eventos, significavam necessidade crescente de recursos naturais e, naturalmente, de algum tipo de domínio ou, pelo menos, influência, nas suas áreas de ocorrência. Isso reverberou diretamente sobre as questões que definiam as fronteiras no mar e possibilitou aos países costeiros expandir a utilização de suas águas marítimas.

Historicamente, os Estados costeiros sempre aceitaram a existência do denominado mar territorial com 3 milhas marítimas (1 milha marítima equivale a 1.852 metros) de largura, a contar da linha da costa. Essa distância correspondia ao alcance dos canhões que, à época, existiam nas fortificações do litoral. No final da década dos 50, a ONU passou a discutir a elaboração do que viria a ser, anos mais tarde, a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos do Mar. A necessidade dessa convenção havia se tornado evidente a partir do instante em que os Estados passaram a ter consciência de que precisavam de um novo ordenamento jurídico sobre o mar, pois a cada dia aumentavam suas informações sobre o potencial das riquezas nele existentes, o que poderia gerar crises (Marinha do Brasil, 2005).

Até então, prevalecia uma concepção tradicional sobre os oceanos:

A concepção tradicional, que prevaleceu até o final da Segunda Guerra, percebia os oceanos como um manancial inesgotável de recursos e ilimitada capacidade de absorver as intervenções humanas. Vigorava, então, a idéia de oceano como espaço singular, internacionalizado, politicamente neutro e economicamente livre, sem restrições à navegação e aberto às nações que necessitassem e pudessem explorar seus recursos ilimitados (Mitchell, 2000:159).

A partir da segunda metade do século, essa visão foi superada pela percepção da inesgotabilidade e da capacidade limitada dos oceanos para absorver os impactos das atividades humanas como, exploração de recursos vivos e minerais, disposição de efluentes urbanos e industriais, entre outros.

O ano de 1945 representa um marco de alteração da percepção sobre o uso dos oceanos e das propostas de uso e domínio nacional de águas marítimas. Naquele ano, a necessidade de definições sobre os direitos do mar foi disparada pela atitude unilateral do governo dos Estados Unidos sobre o uso do mar à luz de nova situação geopolítica ao término da Segunda Guerra Mundial. Tal decisão do governo estadunidense se apoiou na descoberta de depósitos de petróleo e gás natural na plataforma continental a uma distância próxima ao seu território.

É, portanto, em função da política externa dos Estados Unidos disparada no ano de 1945 que se iniciou um processo que resultaria, décadas depois, na implementação das faixas de fronteira marítima e avanços territoriais às águas oceânicas.

A descoberta de depósitos de petróleo e gás natural na plataforma continental norte-americana, gerando a Proclamação de Truman, em 1945, e levando à série de Conferências sobre os Direitos do Mar, abre um intenso ciclo de debates que introduzem questões relacionadas com a territorialização do espaço marinho. Truman proclama soberania sobre os recursos do solo e do subsolo da plataforma continental norte-americana, até pelo menos 100 braças de profundidade. Reconhece, entretanto, a liberdade de navegação na superfície dessa zona, e o direito das demais nações de reservar para uso exclusivo os recursos de suas respectivas plataformas (Béguery, 1979, in Mitchell, 2000: p. 160).

Encerra-se, com esse evento, a visão do oceano internacionalizado. Inaugura-se a percepção de áreas oceânicas fragmentadas em territórios nacionais, logo tornadas alvo de disputas internacionais.

3.3.1 O estabelecimento internacional das faixas de fronteira marítima

A atitude estadunidense provocou a reação de alguns países, como Chile e Peru, seguidos por Honduras que, em 1951 proclamaram “controle patrimonial sobre a pesca, até uma distância de 200 mn⁵⁶ do litoral” (Muehe, 2000: p. 160). Em 1952, Equador, Chile e Peru formalizaram, com a Declaração de Santiago, autonomia territorial até 200 mn a partir da linha da costa. Tais ações iniciaram um processo que culminou em acordos internacionais firmados com o intuito de se estabelecer uma padronização no uso, na regulamentação e na definição de áreas marítimas sob o poder dos países costeiros.

⁵⁶ Mn: milhas náuticas.

Assim é que, na década de 50, as Nações Unidas começaram a discutir a elaboração do que viria a ser, anos mais tarde, a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos do Mar (CNUDM). O Brasil participou ativamente das discussões sobre o tema, por meio de delegações formadas, basicamente, por oficiais da Marinha do Brasil e por diplomatas brasileiros. A CNUDM está em vigor desde novembro de 1994 e constitui-se, segundo analistas internacionais, no maior empreendimento normativo no âmbito das Nações Unidas, legislando sobre todos os espaços marítimos e oceânicos, com o correspondente estabelecimento de direitos e deveres dos Estados que têm o mar como fronteira. Atualmente, a Convenção é ratificada por 148 países, dentre os quais o Brasil.

(Marinha do Brasil, 2005).

Do limite das fronteiras marítimas parametrizados pelo alcance das balas de canhão calculado a transpor uma distância de 3 milhas, chegou-se as 12 milhas de mar territorial, com o exercício de soberania garantido pelas convenções internacionais, e daí ao limite das 200 milhas a contar da linha da costa, área denominada Zona Exclusiva Econômica, onde o país costeiro tem direito de soberania.

Muitas contestações internacionais às definições acerca dos direitos sobre a plataforma continental instituídas por Truman surgiram por parte dos países costeiros. Os argumentos eram balizados nas distintas medidas da plataforma continental em cada país costeiro. A questão foi levada à decisão internacional na Convenção de Genebra, um marco importante na definição de faixas de fronteiras marítimas.

3.3.1.1 A Convenção de Genebra

Para implementar as alterações sobre as fronteiras marítimas que reverberaram das declarações de Truman, realizou-se na cidade suíça de Genebra no ano de 1958 a primeira etapa de uma longa discussão sobre o tema que seguiria no âmbito da ONU: a Convenção das Nações Unidas sobre a Plataforma Continental.

Nela ficaram asseguradas as noções iniciais de Mar Territorial e de Zona Contígua e de Plataforma Continental. Os entendimentos sobre o conceito de Plataforma Continental careciam de definição mais precisa do que a estabelecida por Truman. Isso se evidenciou nas requisições feitas principalmente por países costeiros do Pacífico na América do Sul, como as que fizeram o Chile, o Peru e o Equador.

Na Convenção de Genebra foram estabelecidos os parâmetros que definiam a Plataforma Continental. Segundo Cíntia Werlang (2007), tal definição "... foi elaborada tendo em vista os avanços tecnológicos da época que previa possibilidades de exploração de recursos naturais"⁵⁷.

A definição e a delimitação da Plataforma Continental fixada pela Convenção seguem critérios mais jurídicos do que geomorfológicos. Elas foram parametrizadas por questões que viabilizassem as possibilidades técnicas da época de explorações econômicas dos recursos do mar. Por instrumentos jurídicos, acordou-se, então, sobre tal definição. Assim explica-se sua correta nomenclatura Plataforma Continental Jurídica, que seria assim definida em nova Convenção no âmbito da ONU, realizada na Jamaica no ano de 1982. No próximo item, trataremos dessa Convenção.

Em seu artigo 1, a Convenção de Genebra define plataforma continental da seguinte forma:

- a) o leito do mar e o subsolo das regiões submarinas adjacentes às costas, mas situadas fora do mar territorial até uma profundidade de 200m ou, até o ponto onde a profundidade das águas superjacentes permita exploração dos recursos naturais das citas regiões;
- b) o leito do mar e o subsolo das regiões análogas que são adjacentes às costas das ilhas.

⁵⁷ WERLANG, Cíntia. A Plataforma Continental. Revista do Instituto de Relações Internacionais – IRI. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 20 de março de 2007. www.iri.br.com. Acesso em: 28 jul. 2007.

Diversas questões relativas aos direitos do mar eram debatidas na diplomacia internacional levaram a nova rodada de negociações em 1960, também em Genebra. Porém, esta não proporcionou avanços em relação à de 1958. Durante os anos vindouros, as Convenções de Genebra balizaram as relações internacionais acerca das questões de fronteira marítima. As ratificações de seus artigos por parte dos países signatários demandaram, em alguns casos, décadas para se efetivarem. Além disso, como Cíntia Werlang (2007) afirma "... após a realização da referida Convenção, a estrutura das Nações Unidas se modificou com o ingresso de inúmeras antigas colônias que não haviam participado da elaboração das convenções de 1958."

As novas conjecturas geopolíticas internacionais que evoluíram durante o período da Guerra Fria e, com ela, o desenvolvimento técnico e científico que possibilitava ampliar as explorações econômicas, abriram espaço para novas rodadas de negociações acerca dos limites das faixas de fronteira. Foi o que ocorreu na Jamaica, na cidade de Montego Bay no ano de 1982.

3.3.1.2 A Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM)

As definições da Convenção de Genebra de 1958 vigoraram até 10 de dezembro de 1982, quando foi realizada na Jamaica, a terceira etapa de negociações acerca das fronteiras marítimas no âmbito da ONU, desta feita voltada ao estabelecimento claro dos limites das faixas de fronteira marítima.

A Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos do Mar (CNUDM), também chamada Convenção de Montego Bay, amplia a discussão e insere a questão das fronteiras marítimas no universo das questões relacionadas aos direitos do mar.

Nela, além de contemplar as faixas de fronteira marítima anteriormente definidas pela Convenção de Genebra, ou seja, as faixas do Mar Territorial, da Zona Contígua e da Plataforma Continental, introduziu-se o conceito de Zona Econômica Exclusiva (ZEE) e algumas inovações concernentes à Plataforma Continental. Além disso, define e normatiza os termos e conceitos utilizados nas negociações internacionais acerca das fronteiras marítimas e dos direitos do mar.

Na Convenção de Montego Bay, para definirem-se as fronteiras marítimas à luz dos direitos do mar, os signatários estipularam, em sua apresentação, que seguiriam a resolução 2.749 de 17 de novembro de 1970.

... a Assembléia Geral das Nações Unidas declarou solenemente, inter alia, que os fundos marinhos e oceânicos e o seu subsolo para além dos limites de jurisdição nacional, bem como os respectivos recursos são patrimônio comum da humanidade e que a exploração e aproveitamento dos mesmos fundos serão feitos em benefício da humanidade em geral, independentemente da situação geográfica dos Estados (p. 1).

Assim, na CNUDM ficam estabelecidas as seguintes faixas de fronteira marítima:

a) Mar Territorial.

Em seu artigo 2 na Seção 1, a Convenção define que

1. A soberania do Estado Costeiro estende-se além de seu território e das suas águas interiores e, no caso de estado arquipélago, das suas águas arquipelágicas, a uma zona de mar adjacente designada pelo nome de mar territorial.
2. Esta soberania estende-se ao espaço aéreo sobrejacente ao mar territorial, bem como ao leito e ao subsolo desse mar.
3. A soberania desse mar é exercida de conformidade com a presente Convenção e as demais normas de direito internacional.

Em seu artigo 3 define a largura do mar territorial:

Todo Estado tem o direito de fixar a largura do seu mar territorial até um limite que não ultrapasse as 12 milhas marítimas, medidas a partir das linhas de base determinadas de conformidade com a presente Convenção.

b) Zona Contígua

A Zona Contígua pode ser considerada como uma transição, uma faixa de amortecimento, de proteção à entrada ao território costeiro. O artigo 33, na Seção 4 da CNUDM trata da Zona Contígua.

1. Numa zona contígua ao mar territorial, denominada zona contígua, o Estado costeiro pode tomar as medidas de fiscalização necessárias a:
 - a) evitar as infrações às leis e regulamentos aduaneiros, fiscais, de imigração ou sanitários no seu território ou no seu mar territorial;
 - b) reprimir as infrações às leis e regulamentos no seu território ou no seu mar territorial.
2. A zona contígua não pode estender-se além das 24 milhas marítimas, contadas a partir das linhas de base que servem para medir a largura do mar territorial.

c) Plataforma Continental

Os artigos 76 e 77 da Parte VI tratam da definição de plataforma continental e dos direitos do Estado costeiro sobre ela.

Artigo 76 (3 primeiros parágrafos)

1. A plataforma continental de um Estado costeiro compreende o leito e o subsolo das áreas submarinas que se estendem além do seu mar territorial, em toda a extensão do prolongamento natural do seu território, até ao bordo exterior da margem continental, ou até uma distância de 200 milhas marítimas das linhas de base a partir das quais se mede a largura do mar territorial, nos casos em que o bordo exterior da margem continental não atinja essa distância.
2. A plataforma continental de um Estado costeiro não deve se estender além dos limites previstos nos parágrafos 4° e 6°.

3. A margem continental compreende o prolongamento submerso da margem terrestre do Estado costeiro e é constituída pelo leito e subsolo da plataforma continental, pelo talude e pela elevação continental. Não compreende nem os grandes fundos oceânicos, com as suas cristas oceânicas, nem o seu subsolo.

Artigo 77

1. O Estado costeiro exerce direitos de soberania sobre a plataforma continental para efeitos de exploração e aproveitamento de seus recursos naturais.
2. Os direitos a que se refere o parágrafo 1º são exclusivos no sentido de que, se o Estado costeiro não explora a plataforma continental ou não aproveita os recursos naturais da mesma, ninguém pode empreender estas atividades sem o expresse consentimento desse Estado.
3. Os direitos do Estado costeiro sobre a plataforma continental são independentes da sua ocupação, real ou fictícia, ou de qualquer declaração expressa.
4. Os recursos naturais a que se referem as disposições da presente Parte, são os recursos minerais e outros, recursos não vivos do leito do mar e subsolo bem como os organismos vivos pertencentes a espécies sedentárias, isto é, aquelas que no período de captura estão imóveis no leito do mar ou no seu subsolo ou só podem mover-se em constante contato físico com esse leito ou subsolo.

d) Zona Econômica Exclusiva

A zona econômica exclusiva é tratada na Parte V da Seção 4. Do artigo 55 ao 57, a Convenção define seu regime jurídico específico; direitos, jurisdição e deveres do Estado costeiro e a largura da ZEE.

Artigo 55

A zona econômica exclusiva é uma zona situada além do mar territorial e a este adjacente, sujeita ao regime jurídico específico estabelecido na presente Parte, segundo o qual os direitos e a jurisdição do Estado costeiro e os direitos e liberdades dos demais Estados são regidos pelas disposições pertinentes da presente Convenção.

Artigo 56

1. Na zona econômica exclusiva o Estado costeiro tem:

- a) direitos de soberania para fins de exploração e aproveitamento, conservação e gestão dos recursos naturais, vivos ou não vivos das águas sobrejacentes ao leito do mar, do leito do mar e seu subsolo, e no que se refere a outras atividades com vista à exploração e aproveitamento da zona para fins econômicos, como a produção de energia a partir da água, das correntes e dos ventos;
- b) jurisdição, de conformidade com as disposições pertinentes da presente Convenção, no que se refere a:
 - i) colocação e utilização de ilhas artificiais, instalações e estruturas;
 - ii) investigação científica marinha;
 - iii) proteção e preservação do meio marinho.

2. No exercício dos seus direitos e no cumprimento dos seus deveres na zona econômica exclusiva nos termos da presente Convenção, o Estado costeiro terá em devida conta os direitos e deveres dos outros Estados e agirá de forma compatível com as disposições da presente Convenção.

3. Os direitos enunciados no presente artigo referentes ao leito do mar e ao seu subsolo devem ser exercidos de conformidade com a Parte VI da presente Convenção.

Artigo 57

A zona econômica exclusiva não se estenderá além das 200 milhas das linhas de base a partir das quais se mede a largura do mar territorial.

Segundo interpretação da Marinha do Brasil (2005)⁵⁸, formalmente, a ONU, através da Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos do Mar, estabelece que:

No mar territorial, e no espaço aéreo a ele sobrejacente, o Estado costeiro tem soberania plena. Já na zona contígua e na ZEE isso não acontece. O Estado costeiro não pode, por exemplo, negar o chamado "direito de passagem inocente" a navios de outras bandeiras, inclusive navios de guerra. Entretanto, a exploração e exploração dos recursos vivos e não-vivos do subsolo, do solo e das águas sobrejacentes na ZEE são

⁵⁸ https://www.mar.mil.br/secirm/p_in30.htm acessado em 12/12/2005

prerrogativas do Estado costeiro, que, a seu critério, poderá autorizar outros países a o fazer. Porém, no que diz respeito aos recursos vivos, a convenção prevê que, caso o Estado costeiro não tenha capacidade de exercer aquelas atividades, é obrigado a permitir que outros Estados o façam.

De modo geral, as Convenções de Genebra e de Montego Bay, reconhecem que os direitos do Estado costeiro sobre a plataforma continental não devem prejudicar o regime das águas sobrejacentes, tratando-se do alto-mar, nem do espaço aéreo situado sobre suas águas. O Estado costeiro tem direito à exploração e ao aproveitamento de seus recursos naturais.

3.4 – A instituição das faixas de fronteiras marítimas no Brasil

O Brasil integrou sua plataforma submarina ao território nacional em 1950, com o Decreto nº 28.240, de 8 de novembro daquele ano. Mas, apenas em 1966 o seu Mar Territorial foi fixado em 6 mn. Em 1969, foi ampliado para 12 mn e, enfim, em 1970, em 200 mn. Segundo a Marinha do Brasil, ao longo desses anos, o Brasil teve participação ativa nas negociações acerca das definições das faixas marítimas.

O Brasil, por meio de suas diversas delegações, participou, ativamente, das complexas negociações que caracterizaram a III Conferência das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, cujos trabalhos, desenvolvidos ao longo de nove anos, constituíram o maior empreendimento normativo da história das relações internacionais. A Convenção e os nove anexos que a integram, num total de 438 artigos, é o resultado da tarefa. Contudo, claro está que um texto das dimensões e com o alcance da Convenção, negociado por mais de 150 países, não poderia, por definição, ser o espelho das posições de qualquer participante individual. De toda forma, a análise detida mostra que a Convenção salvaguarda, em sua essência, os interesses brasileiros.

https://www.mar.mil.br/secirm/p_in30.htm acessado em 12/12/2005

Na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, os artigos 20 e 21 já tratavam das questões referentes às águas jurisdicionais⁵⁹ e fronteiras marítimas. Tais artigos definem que são de domínio, responsabilidade e competência da União:

Art. 20

IV – as ilhas fluviais e lacustres nas zonas limítrofes com outros países; as praias marítimas; as ilhas oceânicas e as costeiras, excluídas destas, as áreas referidas no art. 26, II (que dispõe sobre o domínio dos estados federados);

V – os recursos naturais da plataforma continental e da zona econômica exclusiva;

VI – o mar territorial;

Art. 21 – Compete à União

XII – explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão:

a) os serviços de transporte ferroviário e aquaviário entre portos brasileiros e fronteiras nacionais, ou que transponham os limites de Estado ou Território;

XXII – executar serviços de polícia marítima, aérea e de fronteira.

Em 12 de dezembro de 1988, o Brasil ratificou a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos do Mar que passou a vigorar no território brasileiro a partir da publicação da lei nº 8.617, sancionada pelo Presidente Itamar Franco em 4 de janeiro de 1993.

A lei 8.617/93 institui as fronteiras marítimas brasileiras. A primeira faixa, a do Mar Territorial, é considerada território nacional, já que nela o país exerce soberania. Portanto, até as 12 milhas náuticas a contar a partir da linha de base da costa, tal faixa encontra-se sob o espectro de definições das políticas públicas de zoneamento definidas pela legislação do Estado brasileiro para a Zona Costeira.

... todo Estado costeiro tem o direito de estabelecer um Mar Territorial de até 12 milhas náuticas (cerca de 22 km) - que no Brasil é também área componente da Zona Costeira

⁵⁹ A Marinha do Brasil (2005) denomina como Águas Jurisdicionais Brasileiras o “Mar Territorial, somado à ZEE e à extensão da Plataforma Continental, constituem-se nas Águas Jurisdicionais Brasileiras. Trata-se de uma imensa região, com quase 4,5 milhões de km², equivalente a mais de 50% da extensão territorial do Brasil. Por sua riqueza e vastidão, essa área é chamada de Amazônia Azul”. A expressão Amazônia Azul, utilizada para enfatizar o imenso potencial de recursos vivos e não vivos nas águas jurisdicionais do Brasil é bastante difundida nos artigos e textos divulgados pela Marinha do Brasil. Talvez a expressão sirva como um mecanismo estratégico voltado a evidenciar a importância não só econômica, mas também geopolítica, já que se trata de fronteira, desta área para o Brasil.

-, uma Zona Econômica Exclusiva (ZEE) e uma Plataforma Continental (PC) estendida, cujos limites exteriores são determinados pela aplicação de critérios específicos. https://www.mar.mil.br/secirm/p_in30.htm acessado em 12/08/2006.

3.4.1 As faixas de fronteira marítimas no Brasil

O Brasil ratificou a Convenção de Montego Bay em 1988. Com isso, um conjunto normativo e legislações brasileiras foram incorporadas às definições da Convenção.

A - Mar Territorial

Compreende uma faixa de doze milhas marinhas náuticas de largura, medidas a partir da linha da de beira-mar do litoral continental e insular. Nos locais em que a costa apresentar recortes profundos e reentrâncias ou que exista uma franja de ilhas ao longo da costa na sua proximidade imediata, é adotado o método das linhas de base retas, ligando pontos apropriados, para o traçado da linha de base, a partir da qual será medida a extensão do mar territorial. Trata-se de uma extensão do território interno, ou continental. Nessa área, o país pode exercer sua autoridade plena.

Nesta faixa, algumas regulamentações e definições posteriores à ratificação foram implementadas. Dentre elas, destacam-se:

I - Política Marítima Nacional (PMN) – D-001.265-1994;

II - Convenção sobre Diversidade Biológica:

A Medida Provisória 002.186-016-2001 dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético, a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado, a repartição de benefícios e o acesso e transferência de tecnologia:

Art. 1º O acesso a componente do patrimônio genético para fins de pesquisa científica, desenvolvimento tecnológico ou bioprospecção far-se-á na forma desta Medida Provisória, sem prejuízo dos direitos de propriedade material ou imaterial que incidam sobre o componente do patrimônio genético acessado ou sobre o local de sua ocorrência.

Art. 2º O acesso ao patrimônio genético existente no País somente será feito mediante autorização da União e terá o seu uso, comercialização e aproveitamento para quaisquer fins submetidos à fiscalização, restrições e repartição de benefícios nos termos e nas condições estabelecidos nesta Medida Provisória e no seu regulamento.

Art. 3º Esta Medida Provisória não se aplica ao patrimônio genético humano.

Art. 4º É preservado o intercâmbio e a difusão de componente do patrimônio genético e do conhecimento tradicional associado praticado entre si por comunidades indígenas e comunidades locais para seu próprio benefício e baseados em prática costumeira.

Art. 5º É vedado o acesso ao patrimônio genético para práticas nocivas ao meio ambiente e à saúde humana e para o desenvolvimento de armas biológicas e químicas.

Art. 6º A qualquer tempo, existindo evidência científica consistente de perigo de dano grave e irreversível à diversidade biológica, decorrente de atividades praticadas na forma desta Medida Provisória, o Poder Público, por intermédio do Conselho de Gestão do Patrimônio Genético, previsto no art. 10, com base em critérios e parecer técnico, determinará medidas destinadas a impedir o dano, podendo, inclusive, sustar a atividade, respeitada a competência do órgão responsável pela bio-segurança de organismos geneticamente modificados.

III - Territorialidade

A lei 010.406-2002 versa sobre a compensação financeira para os Estados, Distrito Federal e Municípios pelo resultado da exploração de petróleo ou gás natural, de recursos minerais em suas respectivas áreas territoriais, plataforma continental, mar territorial ou zona econômica exclusiva.

Essa lei retrata uma nova realidade territorial brasileira, uma situação de disputa interna entre unidades da federação:

O espaço oceânico nacionalizado permanece (...) como palco de disputas, agora internas ao país, envolvendo grupos de interesses diversificados. No caso do Brasil,

onde permanece uma visão do ambiente marinho como “território da união”, é o petróleo que abre as discussões, através dos “royalties” reivindicados por Estados e Municípios costeiros adjacentes às bacias petrolíferas em exploração. De uma só vez, o espaço oceânico adquire as escalas estadual e municipal, abrindo a possibilidade de futuras reivindicações por parte da comunidade por direitos de exclusividade na pesca e no uso e ocupação do mar e zona costeira adjacente (Mitchell, 2000, p. 161).

IV - Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro – PNGC

Através do Decreto 005.300-2004, foram definidas as Regras e os Usos da Zona Costeira e as formas de Gestão da Orla marítima. As 12 milhas do Mar Territorial são consideradas áreas pertencentes à Zona Costeira.

V - Sexto Plano Setorial para os Recursos do Mar – VI PSRM - Formalizado pelo Decreto 005.382-2005.

B - Zona Contígua

Segundo as determinações de Montego Bay, esta faixa se estende da linha das 12 milhas náuticas até o limite de 24 milhas náuticas. Nesta área o Estado brasileiro tem poder de fiscalização voltada ao cumprimento de leis e regulamentos nacionais, como os de ordem aduaneira, fiscal, sanitária, ambiental e de imigração.

C - Zona Econômica Exclusiva (ZEE)

Da Lei nº 8.617/93, que trata da regulamentação do território marítimo brasileiro, destacamos alguns artigos que versam sobre a zona econômica exclusiva:

Art. 6º A zona econômica exclusiva brasileira compreende uma faixa que se estende das doze às duzentas milhas marítimas, contadas a partir das linhas de base que servem para medir a largura do mar territorial.

Art. 7º Na zona econômica exclusiva, o Brasil tem direitos de soberania para fins de exploração e aproveitamento, conservação e gestão dos recursos naturais, vivos ou não-vivos, das águas sobrejacentes ao leito do mar, do leito do mar e seu subsolo, e no que se refere a outras atividades com vistas à exploração e ao aproveitamento da zona para fins econômicos.

Art. 8º Na zona econômica exclusiva, o Brasil, no exercício de sua jurisdição, tem o direito exclusivo de regulamentar a investigação científica marinha, a proteção e preservação do meio marítimo, bem como a construção, operação e uso de todos os tipos de ilhas artificiais, instalações e estruturas.

Parágrafo único. A investigação científica marinha na zona econômica exclusiva só poderá ser conduzida por outros Estados com o consentimento prévio do Governo brasileiro, nos termos da legislação em vigor que regula a matéria.

Art. 9º A realização por outros Estados, na zona econômica exclusiva, de exercícios ou manobras militares, em particular as que impliquem o uso de armas ou explosivos, somente poderá ocorrer com o consentimento do Governo brasileiro.

Art. 10. É reconhecido a todos os Estados o gozo, na zona econômica exclusiva, das liberdades de navegação e sobrevôo, bem como de outros usos do mar internacionalmente lícitos, relacionados com as referidas liberdades, tais como os ligados à operação de navios e aeronaves.

Embora seja uma importante conquista, exercer os direitos de soberania, como definido em Montego Bay, numa área tão vasta quanto a do Brasil, requer da Marinha e das demais instituições do Estado brasileiro imensos esforços no sentido de implementar políticas de cunho territorial, voltadas à defesa, à pesquisa, à fiscalização. Isso demanda investimento e fôlego político, econômico e científico. Contudo, o governo brasileiro conseguiu, em parte, junto à ONU a ampliação de ZEE em virtude da extensão comprovada de sua plataforma continental ultrapassar, em duas grandes áreas, os limites das 200 milhas.

D - Plataforma Continental Jurídica

Nesta faixa o país tem exclusividade de exploração e exploração dos recursos naturais até o limite das 200 milhas náuticas definidas pela ZEE. A CNUDM permite aos países costeiros pleitearem junto à Comissão de Limites da ONU o prolongamento da plataforma continental jurídica que exceder as 200 milhas náuticas da sua Zona Econômica Exclusiva até um limite de 350 milhas náuticas, a partir da linha da costa.

Em 2004, o governo brasileiro apresentou a proposta de extensão dos limites dessa faixa até o limite físico da plataforma continental, o que significa uma incorporação de 951.766 quilômetros quadrados sob a jurisdição o Brasil. Isso levaria as fronteiras marítimas a 650 km da costa. Ao todo, as águas jurisdicionais do Brasil chegariam a 4.451.766 quilômetros quadrados. No mapa 19 a seguir, destaca-se a área ao norte e ao sul, em azul escuro, incorporadas pela proposta. A área azul clara representa as 200 milhas náuticas.

Mapa 19 - Brasil: Águas Jurisdicionais Requeridas

Fonte: Ministério da Defesa, 2006. (Sem indicação de Escala)
www.defesabr.com/MD/md_recursos.htm

Para o desenvolvimento da proposta, foi formada a Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (CIRM), órgão federal criado para gerir o Plano de Levantamento da Plataforma Continental Brasileira - LEPLAC⁶⁰. Este Plano foi desenvolvido conjuntamente com a Marinha do Brasil (por intermédio da DHN - Diretoria de Hidrografia e Navegação) e com a Petrobrás (por intermédio de sua Gerência-Geral de Exploração).

O exaustivo, minucioso e detalhado mapeamento da plataforma continental brasileira, coordenado pelo LEPLAC, foi desenvolvido ao longo de 16 anos, de 1988 até 2004. O esforço foi compensado em abril de 2007 quando a ONU reconheceu e aprovou, ainda que parcialmente o prolongamento da plataforma continental brasileira. Aos 3,5 milhões de quilômetros quadrados de águas marítimas sob jurisdição do Brasil, foram agregados mais 712 mil. Contudo, a Comissão Interministerial para os Recursos do Mar, com base no estudo do LEPLAC, afirma que o Brasil tem direito aos demais 239.766 quilômetros quadrados. Dessa forma, continua requisitando essa área junto a Comissão de Limites da Plataforma Continental das Nações Unidas.

Em entrevista ao jornal "O Estado de São Paulo"⁶¹ acerca da referida aprovação da ONU, o comandante da Marinha, Julio Soares de Moura Neto afirmou que:

⁶⁰ O "Plano de Levantamento da Plataforma Continental Brasileira" (LEPLAC) é um programa do Governo Brasileiro instituído pelo Decreto nº 95.787, de 07/03/88, posteriormente atualizado pelo Decreto nº 98.145, de 15/09/89, cujo propósito é estabelecer o limite exterior da nossa Plataforma Continental, no seu enfoque jurídico. Plano de Levantamento da Plataforma Continental Brasileira (LEPLAC) https://www.mar.mil.br/secirm/p_in30.htm, acessado em 06/03/2006.

⁶¹ <http://www.estado.com.br/editorias/2007/05/06/pol-1.93.11.20070506.14.1.xml>, acessado em 13/06/2007.

Do total do nosso comércio exterior, 95% é feito pelo mar. Além do petróleo, temos o gás. Temos ainda os recursos vivos, o turismo e estamos abrindo campo para mapear as riquezas minerais do fundo do mar. Isso mostra a importância da nossa Amazônia Azul (...) Mais de 700 mil quilômetros quadrados já foram aprovados e vamos continuar discutindo se temos ou não direito aos outros quase 250 mil que tínhamos pleiteado de início. Esses 950 mil quilômetros quadrados correspondem aos Estados de São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul e um pouco mais do que Santa Catarina. O Brasil tem de entender que o mar é fundamental para sua economia (...) Estamos discutindo limites de fronteiras porque essa é uma questão de Estado. Não podemos garantir se nessa área há ou não petróleo, se há ou não outra riqueza. Só que, tão importantes quanto os aspectos econômicos, são os limites do Brasil, dos quais não podemos abrir mão. (...) O Brasil pleiteou à ONU a inclusão em sua plataforma de cinco áreas: cone do Amazonas, cadeia Norte brasileiro, cadeia Vitória e Trindade, platô de São Paulo e margem continental Sul. Destas, apenas o platô de São Paulo foi aceito integralmente pela ONU. Nas demais, concordaram com 75% do que pedimos.

O comandante lembra, ainda, que nessa área "o Estado tem direito de soberania (...) mas não soberania plena". O comandante, reconhecendo que o Brasil não tem soberania plena, mas direitos de soberania na ZEE, realça a importância econômica, mas, sobretudo a importância política quando infere que o Estado não pode abrir mão das questões de limites e fronteiras do território.

Em sua proposta, o LEPLAC trabalha com as definições de plataforma continental e de margem continental segundo o estabelecimento do artigo 76 da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM):

A Plataforma Continental de um Estado costeiro (...) compreende o leito e o subsolo das áreas submarinas que se estendem além do seu mar territorial, em toda a extensão do prolongamento natural de seu território terrestre, até o bordo exterior da margem continental, ou até a distância de duzentas milhas marítimas das linhas de base, a partir das quais se mede a largura do mar territorial, nos casos em que o bordo exterior da margem continental não atinja essa distância. A margem continental compreende o prolongamento submerso da massa terrestre do Estado costeiro e é constituída pelo leito e subsolo da plataforma continental, pelo talude e pela elevação continental. Não compreende nem os grandes fundos oceânicos, com as suas cristas oceânicas, nem o seu subsolo.

O corte apresentado na figura 9 exemplifica os limites da plataforma continental e da margem continental. Veja a seguir:

Figura 9 – Esquema e definição da plataforma continental

fonte: Marinha do Brasil, 2005.

Segundo a CNUDM é o Estado costeiro quem deve estabelecer o bordo exterior da margem continental quando esta se estender além das 200 milhas marítimas das linhas de costa utilizadas como base para medir a largura do mar territorial. A CNUDM sugere dois critérios para a definição da medida, porém, cada país poderá usar o critério que lhe for mais conveniente. Eles são assim definidos:

- 1º Critério – a linha delimitadora pode ser definida a partir da união dos pontos marcados nos locais em que a espessura da camada de sedimentos seja, pelo menos, 1% da distância mais curta entre cada ponto e o pé do talude continental;
- 2º Critério – delimitação de linha unindo os pontos a 60 mn do pé do talude continental.

Mesmo oferecendo a possibilidade de optar entre os critérios apresentados, a CNUDM estabelece dois outros critérios restritivos cuja função é determinar limites além dos quais não se poderá estender a plataforma continental:

- 1º Critério Restritivo - 350' das linhas de base;
- 2º Critério Restritivo - 100' a partir da isóbata de 2500 metros.

O limite exterior da plataforma continental brasileira foi estabelecido juridicamente pelo LEPLAC e apóia-se na Lei nº 8.617/1993:

Art. 11. A plataforma continental do Brasil compreende o leito e o subsolo das áreas submarinas que se estendem além do seu mar territorial, em toda a extensão do prolongamento natural de seu território terrestre, até o bordo exterior da margem continental, ou até uma distância de duzentas milhas marítimas das linhas de base, a partir das quais se mede a largura do mar territorial, nos casos em que o bordo exterior da margem continental não atinja essa distância.

Parágrafo único. O limite exterior da plataforma continental será fixado de conformidade com os critérios estabelecidos no Art. 76 da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, celebrada em Montego Bay, em 10 de dezembro de 1982.

Art. 12. O Brasil exerce direitos de soberania sobre a plataforma continental, para efeitos de exploração dos recursos naturais.

Parágrafo único. Os recursos naturais a que se refere o caput são os recursos minerais e outros não-vivos do leito do mar e subsolo, bem como os organismos vivos pertencentes a espécies sedentárias, isto é, àquelas que no período de captura estão imóveis no leito do mar ou no seu subsolo, ou que só podem mover-se em constante contato físico com esse leito ou subsolo.

Art. 13. Na plataforma continental, o Brasil, no exercício de sua jurisdição, tem o direito exclusivo de regulamentar a investigação científica marinha, a proteção e preservação do meio marinho, bem como a construção, operação e o uso de todos os tipos de ilhas artificiais, instalações e estruturas.

§ 1º A investigação científica marinha, na plataforma continental, só poderá ser conduzida por outros Estados com o consentimento prévio do Governo brasileiro, nos termos da legislação em vigor que regula a matéria.

§ 2º O Governo brasileiro tem o direito exclusivo de autorizar e regulamentar as perfurações na plataforma continental, quaisquer que sejam os seus fins.

Art. 14. É reconhecido a todos os Estados o direito de colocar cabos e dutos na plataforma continental.

§ 1º O traçado da linha para a colocação de tais cabos e dutos na plataforma continental dependerá do consentimento do Governo brasileiro.

§ 2º O Governo brasileiro poderá estabelecer condições para a colocação dos cabos e dutos que penetrem seu território ou seu mar territorial.

Embora esteja bem definido na legislação e elaborado pelo Leplac, o uso indiscriminado dos termos plataforma continental e de plataforma continental jurídica, pode causar certa confusão conceitual. O limite de 200 milhas definidos em Montego Bay não é baseado apenas em argumento de cunho científico, mas também parametrizado por questões de caráter técnico-exploratório. Por isso, trata-se, da plataforma continental jurídica.

A confusão também pode ocorrer na utilização do termo mar territorial. O termo, que já foi utilizado para designar as primeiras faixas de mar que cabia aos países costeiros, ora é citado para referenciar a faixa das 12 milhas marítimas, ora como a área do mar que está sob direito de soberania, ou seja, toda a faixa até o limite das 200 milhas náuticas a contar a partir da linha de base da costa do território.

3.5 – A definição das fronteiras e a nova atuação da Marinha do Brasil

A ratificação, pelo Governo Brasileiro, em 22 de dezembro de 1988, da Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos do Mar que entrou em vigor em 1993, e a recente incorporação de 712 mil quilômetros quadrados à ZEE, alteraram os limites territoriais do país, ampliando a área territorial sob sua jurisdição. Isso acabou por ampliar também, além das possibilidades de exploração dos recursos marinhos, as responsabilidades da Marinha do Brasil nas áreas de fiscalização, de patrulha e de busca e salvamento. A fotografia 6 retrata sua atuação de patrulhamento:

Foto 4: Patrulhamento da Marinha Brasileira

Fonte: Marinha do Brasil, 2005

De acordo com a Da Lei nº 8.617/93, que classifica as águas jurisdicionais marítimas em quatro faixas, o Brasil, através da Marinha Brasileira e da Comissão Interministerial sobre os Recursos do Mar, ficou comprometido a provar sua capacidade de patrulhar, explorar e estudar os recursos naturais, e zelar pela segurança da navegação. As novas ações da Marinha do Brasil buscam, substancialmente, defender a soberania do Brasil, como versam os artigos a seguir:

Art. 2º A soberania do Brasil estende-se ao mar territorial, ao espaço aéreo sobrejacente, bem como ao seu leito e subsolo.

Art. 3º É reconhecido aos navios de todas as nacionalidades o direito de passagem inocente no mar territorial brasileiro.

§ 1º A passagem será considerada inocente desde que não seja prejudicial à paz, à boa ordem ou à segurança do Brasil, devendo ser contínua e rápida.

§ 2º A passagem inocente poderá compreender o parar e o fundear, mas apenas na medida em que tais procedimentos constituam incidentes comuns de navegação ou sejam impostos por motivos de força ou por dificuldade grave, ou tenham por fim prestar auxílio a pessoas a navios ou aeronaves em perigo ou em dificuldade grave.

§ 3º Os navios estrangeiros no mar territorial brasileiro estarão sujeitos aos regulamentos estabelecidos pelo Governo brasileiro.

A Marinha dividiu a área de sua atuação em Distritos Navais, sediados em cidades litorâneas. Eles têm por função e responsabilidade patrulhar as regiões do território marítimo. Sua área de atuação, distribuída por zonas territoriais pelo Decreto Lei Nº 2.153/97, está representada na figura 10 a seguir:

Figura 10 – Brasil: distritos navais

fonte: Marinha do Brasil, 2005

Contudo, segundo a Marinha do Brasil não há como manter uma embarcação por 24 horas no mar. Por conta das más condições dos equipamentos, há que revezá-los, pois a maioria dos navios, helicópteros e aeronaves utilizados no monitoramento da costa brasileira estão obsoletos.

Ainda segundo a Marinha Brasileira, urge desenvolver "um sistema de proteção mais eficaz e um melhor aproveitamento das riquezas do mar brasileiro - a exemplo do que já é feito na Amazônia Verde com o Programa Sivam" (https://www.mar.mil.br/secirm/p_in30.htm, acessado em 06/03/2006).

As novas funções da Marinha não se limitam apenas a ações voltadas ao patrulhamento das fronteiras, mas também à exploração dos recursos naturais. A Marinha Brasileira elaborou um programa de exploração da área que ela denomina como Amazônia Azul:

O programa visa explorar de maneira sustentada as riquezas naturais da fronteira marítima. A aprovação do plano de reaparelhamento da marinha orçado em US\$ 6,8 bilhões, para 20 anos, é essencial ao projeto de fortalecimento da segurança e a manutenção da soberania nacional na fronteira marítima, mais conhecida como Amazônia Azul. "Este é o primeiro passo a ser dado para a implementação de uma política que vise a exploração racional e sustentada das riquezas naturais da Amazônia Azul e também que se destinem os meios necessários para a vigilância e a proteção dos nossos direitos no mar", disse o Comandante da Marinha, almirante Roberto de Guimarães Carvalho.

Agência CT / Ministério da Ciência e Tecnologia
Meio Ambiente / Ecossistema, 23/06/2005

Dentre os recursos naturais, a exploração e exploração do petróleo é a mais relevante. A Petrobrás, empresa estatal brasileira, domina a tecnologia mundial de exploração de petróleo em águas profundas. Essa atividade vem se intensificando no território brasileiro em suas águas marítimas, agora também com a participação estrangeira na exploração. Os anos de 2006 e 2007 marcam a entrada de multinacionais na etapa de exploração de petróleo, única fase do processo de produção reservada exclusivamente à Petrobrás desde o início da quebra do monopólio da estatal nos anos 1990.

A Marinha do Brasil é um dos agentes do processo de exploração do petróleo no Brasil.

De acordo com a legislação regulamenta a distribuição dos royalties de petróleo no País, o Comando da Marinha tem direito a receber 20% da parcela de até 5% quando a lavra ocorre em plataforma continental e 15% na distribuição da parcela que excede 5% quando a produção é no mar territorial (*idem*).

A região denominada pela Marinha como Amazônia Azul tem área semelhante à da Amazônia. Por ser área de fronteira, envolve, intrinsecamente, questões de Estado. Além disso, a exploração de recursos naturais, como o petróleo e o gás, a pesca, a importância econômica que as águas jurisdicionais representam ao território no sentido do grande volume dos produtos do comércio exterior brasileiro transportados por via marítima, são usos territoriais em faixas de fronteira que exigem ainda mais atenção estratégica e geopolítica do Estado brasileiro.

O processo de “territorialização do espaço marinho” (BÉGUERY, 1979, in Mitchell, 2000: p. 160), ainda está em curso. A recente conquista brasileira de mais 712 mil quilômetros quadrados de plataforma continental agregados à ZEE e a requisição de mais cerca de 240 mil, indicam um movimento de expansão das fronteiras até o máximo limite possível, de acordo com o caráter técnico-científico definido politicamente nas Convenções sobre os Direitos do Mar.

Ao chegar com os direitos de soberania até os limites máximos definidos politicamente, quais seriam os próximos passos? Talvez, as estratégias diplomáticas vislumbrem novas Convenções, no futuro, no sentido de conseguir a soberania plena sobre toda a área das águas jurisdicionais. Em termos geopolíticos, não se deve desprezar os movimentos do processo dinâmico de constituição das fronteiras, sejam elas marítimas ou terrestres.

MAPA 20 - BRASIL: MUNICÍPIOS LOCALIZADOS NA LINHA DE FRONTEIRA E NA LINHA COSTEIRA - 2007

Considerações Finais

Pensar as fronteiras do Brasil requer dois projetos distintos, porém análogos e correlatos. O mapa anterior reflete muito mais do que apenas o contorno do território ou mesmo suas bordas.

Separados não somente pela distância, mas também pelos distintos processos que os constituíram, talvez hoje possamos afirmar que, em função do aumento da densidade técnica, normativa, informacional (Santos, 1996 b) verificada no território brasileiro nas últimas décadas, essas regiões fronteiriças estejam cada vez mais integradas. Porém, ainda guardam características distintas. Por um lado, nas fronteiras terrestres o caráter histórico e genético da expansão territorial já não mais prevalece, dado seu grau atual de consolidação. Dificilmente, nos dias atuais, imagina-se um conflito com propósitos de expansão territorial envolvendo o Brasil e seus vizinhos. Por outro, tal característica expansiva ainda prevalece nas fronteiras marítimas. Enquanto as fronteiras terrestres, em seu processo de constituição, rumaram para o oeste, as marítimas se estendem para o leste, incorporando águas do oceano Atlântico. Mesmo que, em termos de soberania, essa expansão esteja definida às primeiras 12 milhas oceânicas, o avanço sobre as águas jurisdicionais onde o Brasil exerce direitos de soberania continua em curso.

Quando as fronteiras marítimas começaram a ser normatizadas internacionalmente e, então, faixas do oceano passaram a ser contempladas por jurisdições nacionais mediante normatizações internacionais, as fronteiras terrestres do Brasil já estavam em estágio avançado de consolidação por meio de Tratados bilaterais. São estas duas outras características que distinguem os tipos básicos das

fronteiras do território brasileiro. Por um lado, enquanto nas fronteiras terrestres a densidade normativa envolveu temporalidades e territorialidades complexas desenvolvidas ao longo de processos seculares e diferentes períodos históricos, nas fronteiras marítimas, essa densidade normativa ainda se efetiva nos dias de hoje. Outra diferenciação possível é que a definição das fronteiras marítimas envolve prioritariamente relações e normatizações internacionais, enquanto as fronteiras terrestres têm cunho primeiramente bilateral, o que se estende também à definição das laterais marítimas. Sobre esse ponto específico, atualmente, podemos acompanhar a tensão diplomática envolvendo o Chile e o Peru que buscam consenso sobre os critérios a serem utilizados na definição de suas fronteiras laterais marítimas. Isso reforça o caráter bilateral dessas fronteiras, mesmo que a ONU seja o palco de resolução final.

As políticas territoriais do Brasil voltadas às questões das fronteiras terrestres e marítimas adquirem vultos ampliados que abarcam questões nacionais e internacionais de diversas ordens. Os processos de incorporação na legislação nacional acerca das definições dessas fronteiras levam tempos diferentes e envolvem agentes distintos.

A ocupação territorial nessas duas faixas de fronteira ocorreu por processos específicos, mas que trazem como unidade a história da constituição do território brasileiro. Como consequência desses processos, não apenas os municípios, mas nos estados orientais do Brasil resultaram as mais altas densidades técnicas⁶² e populacionais do território. Isso também se verifica nos estados do sul, mesmo nas fronteiras terrestres.

O mapa supracitado dá indícios dessa desigual densidade de ocupação. Os municípios localizados nas fronteiras do centro-oeste e do norte do país, aparecem

⁶² Esse intenso processo foi ampla e detalhadamente demonstrado no livro *Brasil: território e sociedade no século XXI*, de Maria Laura Silveira e Milton Santos (2001).

em menor número, mas suas áreas territoriais são imensas. Já os demais, são bem menores e mais numerosos. Tal desigualdade resulta de uma complexidade de processos históricos e normativos⁶³ que culminaram nas atuais divisões político-administrativas do Brasil.

Ao longo dos séculos de ocupação do território brasileiro, seu adensamento ocorreu de leste para oeste. Os projetos de interiorização, de expansão da fronteira agrícola, de colonização da Amazônia, sempre indicaram esse sentido. A construção das infra-estruturas territoriais, estradas interligando o território, os sistemas de comunicação, a multiplicação de aeroportos, de usinas geradoras de eletricidade, resultaram num incremento substancial de densidade técnica e populacional no centro-oeste e no norte do país. Isso caracteriza o Brasil atualmente como um país cujo território está mais interligado, com mais conexões nacionais e internacionais.

O alcance desse crescimento, desse adensamento territorial que ocorre de forma desigual, com temporalidades e territorialidades distintas, encontra nas fronteiras terrestres o obstáculo dos limites político-territoriais. Contudo, ao mesmo tempo, possibilitam aos povos vizinhos que também se beneficiem desses serviços nacionais. Isso é demonstrado em diversos trabalhos de muitos autores que estudaram essas fronteiras, como Ricardo José Batista Nogueira (2001) que estudou o estado do Amazonas, Altiva Barbosa da Silva (2007), que enfocou o papel das forças armadas e as transformações socioespaciais em Roraima e Tito Carlos Machado de Oliveira (2005), cujo objeto de estudo é a fronteira do Brasil com o Paraguai.

A construção de estradas, de eletricidade, de mecanismos de comunicação facilitou a instalação e a manutenção dos serviços de saúde, de educação, e até

⁶³ Sobre as intrínsecas relações entre a constituição e as divisões internas do território brasileiro e os processos jurídicos e normativos, ver o livro "Território e Regulação. Espaço Geográfico, fonte material e não-formal do direito, de Ricardo Mendes Antas Junior .

mesmo de comércio. Vários outros autores brasileiros e de outros países sul americanos demonstram em seus trabalhos como essas interações e movimentações transfronteiriças ocorrem nas fronteiras do sul. Neiva Otero Schäffer, Tânia Marques Strohaecker, Naia Oliveira, Adriana Dorfman, Cynthia Bendlin, dentre tantos outros, mostram conseqüências e variáveis culturais da integração econômica no Mercosul, assim como as interações e migrações que ocorrem nessa área.

Para além da consideração das fronteiras como algo marginal ao território, que indicam certo distanciamento, como se fossem algo a parte dele, seus complexos processos de constituição também são processos da configuração territorial brasileira. Nas fronteiras amazônicas, a falsa idéia do “vazio territorial” reforçava, até pouco tempo, seu caráter meramente defensivo. Era como se as suas definições não tivessem resultado de uma multiplicidade de acontecimentos e eventos ocorridos nos processos de constituição do território nacional. À sua baixa densidade técnica e populacional, deve-se somar a diversidade cultural e uma densidade de acontecimentos históricos que revelam temporalidades e territorialidades distintas que compõem sua existência territorial.

Nas fronteiras terrestres ao sul do país, onde tais processos resultaram em maior densidade técnica e populacional, os intensos processos de interações e migrações, as diversas cidades-gêmeas em número maior que do que as do norte, levantam questões sobre a pertinência das fronteiras como elemento separador, divisor. Na fronteira do Brasil com o Uruguai desde 2006 os moradores dos municípios fronteiriços dos dois países possuem documento de identificação que possibilitam seu trânsito legal e livremente pelas fronteiras. Esse seu novo caráter de interação, suas novas características não significam que as fronteiras tenham perdido importância e o interesse da Geografia Política. Ao contrário, as complexas relações que se caracterizam de formas distintas ao longo de suas faixas no Brasil,

recolocam as fronteiras em foco no que diz respeito às políticas territoriais. Nas fronteiras terrestres, hoje em elevado estágio de consolidação, não mais se verificam os movimentos de seus limites caracterizados pelos projetos expansionistas dos Estados territoriais típicos de seus processos de constituição. Atualmente, ao invés dos processos expansivos, nas políticas territoriais terrestres, discutem-se as diversas possibilidades de integração, local, regional, nacional e internacional. Nesse sentido, sua mobilidade não mais se manifesta pelas idas e vindas dos limites que adotavam marcos naturais ora mais a leste, ora mais a oeste, conforme diferentes expedições, guerras, conflitos, tratados ou acordos. Elas preservam seus atributos móveis, no sentido dos fluxos, da interação. Continuam sendo nelas, nas fronteiras, onde o território se mostra mais sensível aos movimentos político-territoriais de vulto internacional. Seu caráter móvel permanece, mas com novos atributos e funções.

Essas novas significações das fronteiras terrestres brasileiras atingem graus elevados de complexidade ao considerarmos que esse período é marcado por um mecanismo de internacionalização crescente no auge da produção capitalista de dimensões globais que, ao invés de destruir, ao mesmo tempo coloca em cheque e mostra indícios de fortalecimento do sistema dos Estados territoriais. Por mais que o capital circule mais volátilmente pelos diversos pontos do planeta, ele necessita dos mecanismos jurídicos caracterizados pelos territórios e seus sistemas técnicos interligados para poder buscar formas ampliadas de reprodução. Nesse sentido, as mudanças do significado das fronteiras não indicam o seu desaparecimento, mas sim o seu fortalecimento.

Na última década do século XX se intensificou o propagandeamento do discurso que apregoava o fim das fronteiras por conta das facilidades que o avanço tecnológico propiciaria à volatilidade e velocidade de entrada e de saída de capitais

nos diversos territórios. O capital não reconhece fronteiras, era a afirmação. No Brasil, associado ao ideário de nova modernização, esse discurso teve forte impacto prático verificado na política de privatizações de infra-estruturas territoriais e de apropriação transnacional de seus sistemas técnicos centrais. Também os discursos da desterritorialização e do fim da geografia recheavam o ideário. Com eles se desencadeavam ondas aceleradas de entrada e de saída de capitais. Nesse impulso, também surgiram propostas de revisão das fronteiras internas e de separação de unidades da federação para formar outro país, com as propostas do sul.

As privatizações avançaram e com o território mais internacionalizado suas fronteiras não perderam a importância vital. E a geografia, longe de conhecer o seu fim, ao contrário, chega ao ápice histórico. Justamente com a globalização a geografia, como ciência humana e social que estuda o espaço em constante transformação e, portanto, indefinidamente organizado e produzido, mais vigorosamente aflora e torna mais perceptível sua existência e visibilidade. Mais as suas escalas se entrelaçam. É que os sistemas espaciais não se separam dos sistemas temporais, nos lembra Milton Santos (1992).

No Brasil, mais se realçam os novos significados das fronteiras em todos os seus 23.102 quilômetros, pois o espaço geográfico no território brasileiro se torna mais denso, mesmo suas espessuras se mostrem bastante desiguais. O ritmo da vida é mais intenso não só nas grandes metrópoles, mas, guardadas as proporções, se intensificou também em várias subregiões localizadas nas faixas de fronteira terrestre com a chegada dos sistemas técnicos que as interligaram aos demais lugares do território.

O aumento dos fluxos das mais variadas ordens envolve múltiplas jurisdições locais, nacionais, regionais e internacionais que necessitam de fronteiras para serem diferenciadas de outros conjuntos técnicos e normativos onde o capital possa

disputar taxas de lucratividade mais intensas. Essas são novas características do atual período.

Como ensina Milton Santos (1992; 2006), cada período é caracterizado por um conjunto de técnicas e inovações que marcam diferenciadamente o espaço geográfico e deixam como herança as formas de relação dos homens com a natureza. Também tipicamente marcam o espaço geográfico a cada período os processos políticos que configuram os territórios. É dessa forma que os significados e as noções de fronteira se transformaram intensamente ao longo da história.

Seu significado político, como marcos de identificação genérica e imprecisa típica dos Impérios, como o Romano e o Chinês, avançou muito até chegar a uma composição tripla, junto com as noções de limite e de divisa, que começaram a ser desenhadas com a instituição do sistema interestatal moderno inaugurado pelo Tratado de Westphalia, em 1648.

As intersecções nos diversos significados de fronteira ao longo dos tempos cada vez mais se tornam complexas com o avanço do atual sistema internacional e global do atual período caracterizado pela aceleração propiciada pelas técnicas, pela ciência e pela informação. Assim, as atuais características e tipologias das fronteiras terrestres do Brasil não dispensam significados aos acontecimentos que perpassaram toda a sua história de relação conflituosa com os territórios vizinhos.

Cabe aqui reforçar que todos os acontecimentos característicos de cada processo específico a cada faixa de fronteira do Brasil constituíram uma intensa densidade de fatos históricos de dimensões internacionais, inter-oceânicas, entre lugares distantes que viviam situações distintas. O encontro de representantes de políticas expansivas com indígenas que os repeliam, as missões, os religiosos que perdiam poder na Europa e aqui se instalavam compõem, entre outros, os dados culturais e imateriais na fronteira do território. O encontro de temporalidades e

territorialidades distintas produziu lugares com espessuras próprias e que evidenciam a totalidade do espaço geográfico e sua manifestação nas faixas de fronteira do Brasil.

Imaginemos, materializados na atual fronteira do Brasil com o Suriname, a densidade de acontecimentos que antecederam a sua formação. Entre eles a troca de territorial entre a Inglaterra e a Holanda que resultaram na colônia holandesa na América também, mais tarde Suriname, e posse inglesa de sítio de Nova Amsterdã, hoje Nova York. E, também, os conflitos entre Inglaterra e França, na então colônia inglesa, resolvidos pelo czar russo. Isso, de alguma forma, está marcado geneticamente naquela fronteira. Como não significar territorialmente tal densidade? A Guiana Francesa, que até os dias atuais é um Departamento Ultramarino Francês nos coloca numa posição de fronteira com a França, apesar do imenso oceano que nos separa. Como não incorporar ao território valores profundos que marcaram seus processos de configuração como a dizimação de milhões de indígenas ou a resistência de outros, como os que repeliram ou devoraram os primeiros colonizadores, como Solís e seu grupo no Rio da Prata?

E as relações entre técnica e política produzindo informações desviadas da realidade espacial quando a cartografia portuguesa, seguindo orientações diplomáticas, deslocou Cuiabá para a mesma Linha de Tordesilhas e nos garantiu o atual estado do Mato Grosso? E as terras conseguidas na Amazônia em troca das entregues ao Uruguai,... a Guerra do Paraguai, a questão do Sacramento, a compra do Acre Como não considerar todas essas dimensões temporais nas densidades territoriais na fronteira terrestre do Brasil?

Todos esses processos, as formas materializadas nas fronteiras, as funções de cada lugar e a estrutura que interliga as temporalidades e territorialidades, constituem a totalidade do espaço geográfico brasileiro em suas fronteiras terrestres.

Isso atribui aos novos significados e tipologias das fronteiras valores territoriais que, apesar das interações vividas, reforçam questões de identificação territorial. As heranças conflituosas, contudo, não indicam, a curto prazo, a possibilidade de retorno das disputas territoriais nas fronteiras, que parecem ter atingido bom estágio de consolidação.

E as fronteiras marítimas do Brasil? Sobre elas estamos longe de pensar em consolidação senão nas 12 primeiras milhas náuticas. Ocorre que, enquanto não há possibilidades de se cogitar a expansão territorial nas faixas de fronteira terrestre, não há como pensar em estender os limites do território brasileiro para sobre seus vizinhos sul-americanos, a expansão atualmente é tema cogitado em âmbito internacional no que tange à delimitação das fronteiras marítimas. Ao contrário do que verificamos no processo de delimitação das fronteiras terrestres brasileiras, as marítimas ainda passam por processo de implementação normativa. Vale destacar que tais normatizações, orientadoras das larguras das faixas de fronteiras marítimas, foram elaboradas com base no alcance dos sistemas técnicos em conseguir êxito nas explorações dos recursos marítimos. Isso ocorreu justamente no momento de inauguração do período técnico-científico-informacional. O que impede que, com o avanço da ciência e, conseqüentemente, dos sistemas técnicos, o comportamento normativo não venha a se alterar e, com ele, o tamanho das faixas?

Nesse sentido, o que significa, do ponto de vista geopolítico, a conquista brasileira de parte de suas faixas ampliadas de 200 a 350 milhas náuticas, área onde o país exerce, senão soberania plena, direitos de soberania? A exaustiva, competente e detalhada pesquisa feita pelo LEPLAC e pelo CIRM possibilitou ao Brasil uma conquista que poucos países conseguiram. Em 2007, a Federação Russa que teve seu pedido de ampliação da plataforma continental negado pela ONU, deu recentes indicativos de que não desistiu de aumentar suas áreas de jurisdição. Em

acontecimento fantástico, demonstrando acreditar que o derretimento das calotas polares no Ártico constituirá o próximo mar do planeta, perfurou uma camada de gelo de cerca de quatro quilômetros de espessura e lá soldou sua bandeira de silício. Tal apropriação imediatamente levantou questionamentos internacionais. Primeiro por parte da Dinamarca que diz ter direitos de soberania sobre a área pelo fato de ali ser plataforma continental da Groenlândia. Depois dos Estados Unidos, afirmando que os direitos sobre a área devem ser definidos no âmbito da ONU.

Ora, isso não seria um indicativo de que os mares e oceanos continuam em foco nas disputas territoriais? Se isso procede, torna-se mais compreensível a determinação da Marinha do Brasil em conseguir ampliar os direitos de soberania até os limites máximos possíveis.

Não seria esse passo a continuação de um navegar rumo à expansão territorial mar adentro? A territorialização do espaço marinho não estaria avançando para um tipo de territorialização do espaço oceânico? Enquanto as fronteiras terrestres passam por discussões acerca de seu caráter atual de integração e interação, seriam as marítimas, ou oceânicas, as últimas fronteiras a serem disputadas na superfície do planeta?

Bibliografia

ANTAS Jr., Ricardo Mendes. **Território e Regulação. Espaço Geográfico, fonte material e não-formal do direito.** São Paulo: Humanitas/Fapesp, 2005.

ARAÚJO, João Hermes de. **Paraguai, do Conflito à Pacificação.** Ministério das Relações Exteriores do Brasil (www.mre.gov.br, acessado em 12/08/2007).

ARROYO, Maria Mônica. **Território Nacional e mercado Externo: uma leitura do Brasil na virada do século XX.** Universidade de São Paulo. Faculdade de Geografia, Departamento de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Tese de doutorado, 2001.

BIGARELLA, João José. **Temas da Geologia Marinha.** Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de Geociências. Florianópolis. Cadernos Geográficos, Número 3, dezembro de 2000.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado, 1988.

CASTELLO, Iara Regina. **Fronteiras na América Latina. Espaços em Transformação.** Organizadores: Mirian Regina Koch, Naia Oliveira, Neiva Otero Schäffer, Tânia M. Strohaecker. Editora da Universidade – UFRGS e FEE - Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser. Porto Alegre, 1997.

Convenção de Montego Bay. Jamaica, 1982.

COSTA, Wanderlei Messias da. **Geografia Política e Geopolítica: Discursos sobre o Território e o Poder.** São Paulo: HUCITEC / Editora da Universidade de São Paulo, 1992.

Decreto Legislativo nº 5, de 9 de novembro de 1987. DAI – Divisão de Atos Institucionais, Ministério das Relações Exteriores do Brasil.

Decreto nº 1.530, de 22 de junho de 1995. DAI – Divisão de Atos Institucionais, Ministério das Relações Exteriores do Brasil.

EMERECIANO, Jordão. **Marinha e Trópico**, in *SEMINÁRIO DE TROPICOLOGIA: trópico & ciência política*, Recife. Anais, Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 1977. v.2 p.588-620.

GUEDES, Max Justo e GUERREIRO, Inácio. **Cartografia e Diplomacia no Brasil do Século XVIII**. Comissão Nacional pra as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses. Cordoaria Nacional: Lisboa, 1997.

MACHADO, Lia Osório. **Mitos e realidades da Amazônia no contexto geopolítico internacional (1540-1912)**. Barcelona: Universitat de Barcelona. Tese de Doutorado, 1989.

MACHADO, Lia Osório. **Limites, Fronteiras, Redes**. in Fronteiras e Espaço Global. III Colóquio Internacional de Estudos Fronteiriços Sant'Ana do Livramento / Brasil – Rivera/Uruguai. 11 a 14 de maio de 1998. Revista da Associação dos Geógrafos do Brasil AGB – Seção Porto Alegre, pp 41-49. Orgs.: Tânia Marques Strohaecker, Anelisa Damiani, Neiva Otero Schäffer, Nely Blauth e Viviane Saad Dutra. Porto Alegre, 1998.

MACHADO, Lia Osório. **Estado, territorialidades, redes. Cidades gêmeas na zona de fronteira sul-americana**. In Continente em chamas, Maria Laura Silveira (org.). Civilização Brasileira, Rio de Janeiro: 2005.

MAGNOLI, Demétrio. **O Corpo da Pátria: imaginação geográfica e política externa do Brasil**. São Paulo: Editora Unesp/ Editora Moderna, 1997.

MARTIN, André Roberto. **Fronteiras e Nações**. São Paulo: Contexto, 1992.

MENEZES, Maria Lucia Pires. **A Noção Geográfica de País na república Velha: tratados e limites do Brasil**. *Scripta Nova*. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales. Universidad de Barcelona. Vol. X, num. 218 (20) / agosto de 2006.

MORAES, Antonio Carlos Robert Moraes. **Bases da Formação Territorial do Brasil: o território colonial brasileiro no 'longo' século XVI**. Universidade de São Paulo. Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Tese de doutorado, junho de 1991.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA. **Geografia: o mar no espaço geográfico brasileiro**. Coordenação. Carlos Frederico Simões Serafim, organização Paulo de Tarso Chaves. Ministério da Educação: Brasília, 2005.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Questões de Limites. Entre o Brasil e a República Argentina**. Submetida à decisão arbitral do Presidente Cleveland, dos Estados Unidos da América, 1894. Rio de Janeiro: Itamaraty, 1945.

MITCHELL, Gilberto. **O Ambiente Marinho sob a Perspectiva do Espaço e do Lugar**. in Redescobrimdo o Brasil: 500 anos depois. Iná Elias de Castro, Mariana Miranda, Cláudio A. G. Egler, orgs. – 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil: FAPERJ, 2000.

MUEHE, Dieter. **A Definição das Novas Fronteiras Marítimas do Brasil** Miranda, Cláudio A. G. Egler, orgs. – 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil: FAPERJ, 2000.

NOBRE, Fernando. **As fronteiras do Sul**. São Paulo: Offinas Graph. in Redescobrimdo o Brasil: 500 anos depois. Iná Elias de Castro, Mariana icas Monteiro Lobato, 1922.

NOGUEIRA, Ricardo José Batista. **Amazonas: a divisão da “Monstruosidade Geográfica”**. Tese de doutorado apresentada ao Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2001.

OLIVEIRA, Céurio. **Dicionário de Cartografia**. Secretaria de Planejamento da presidência da República. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Rio de Janeiro, 1983.

OLIVEIRA, Tito Carlos Machado de. **Tipologia das relações fronteiriças: elementos para o debate teórico-práticos**. in *Territórios sem limites, estudos sobre fronteiras*. Tito Carlos Machado de Oliveira (org.). Editora UFMS, Campo Grande, 2005.

ONU. **CONVENÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE OS DIREITOS DO MAR**. Montego Bay, Jamaica, 1982.

POMER, Leon. **As independências na América Latina**. São Paulo: Brasiliense, 1999.

PORTO, Jadson Luís Rebelo. **O Amapá: a formação da fronteira na Amazônia setentrional (1943-1994)**. III Colóquio Internacional de Estudos Fronteiriços Sant’Ana do Livramento / Brasil – Rivera/Uruguai. 11 a 14 de maio de 1998. Revista da Associação dos Geógrafos do Brasil AGB – Seção Porto Alegre, pp. 103-104. Orgs.: Tânia Marques Strohaecker, Anelisa Damiani, Neiva Otero Schäffer, Nely Blauth e Viviane Saad Dutra. Porto Alegre, 1998.

RAFFESTIN, Claude. **A ordem e a desordem ou os paradoxos da fronteira**. Prefácio de Territórios sem limites, estudos sobre fronteiras. Tito Carlos Machado de Oliveira (org.). Campo Grande. Editora UFMS. 2005.

_____. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo. Ática. 1993.

RAISZ, Erwin. **Cartografia General**. Barcelona. Ediciones Omega. 1974.

SANTOS, Milton. **Espaço e Método**. Nobel, 3º ed. São Paulo, 1992.

_____. **Técnica, Espaço, Tempo**. São Paulo. Hucitec. 1994.

_____. **O Retorno do Território** [1993]. Território, Globalização e Fragmentação, 3ª ed. São Paulo, 1996 a.

_____. **A Natureza do Espaço. Técnica e Tempo. Razão e Emoção**. São Paulo. Hucitec. 1996 b.

_____. **A História do Território Brasileiro no século XXI, com ênfase no período atual**. Texto interno ao Laboratório de Planejamento e Política Territorial. Departamento de Geografia. Universidade de São Paulo, mimeo.

_____. **O País Distorcido**. São Paulo. Publifolha. 2002.

SCHÄFFER, Neiva Otero et alli (org). **Fronteiras no Mercosul**. Organizadores: Arno Carlos Lehen, Iara Regina Castello e. Porto Alegre. Editora da Universidade – UFRGS e Prefeitura Municipal de Uruguaiana. 1994.

SILVEIRA, Maria Laura e SANTOS, Milton. **Brasil: Território e sociedade no início do século XXI**. São Paulo: Record, 2001.

SOARES, José Carlos de Macedo. **Fronteiras do Brasil no Regime Colonial**. Coleção Documentos do Brasil (dirigida por Octávio Tarquínio de Sousa). Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1939.

SOUZA, J. M. de. **Mar territorial, zona econômica exclusiva ou plataforma continental?** PETROBRAS, Rio de Janeiro / Revista Brasileira de Geofísica. vol.17 n.1: São Paulo, 1999.

SOUZA, João Ricardo Carvalho de. **Estudo sobre Mar Territorial, Zona Contígua e Zona Econômica Exclusiva**. Câmara dos Deputados, Consultoria Legislativa: Brasília – DF, 2001.

STEIMAN, Rebeca. **Brasil e a América do Sul: questões institucionais de fronteira**. Artigo publicado no sítio eletrônico oficial da Segunda Comissão Brasileira de Demarcação de Limites (SCDL), da Divisão de Fronteiras do Ministério das Relações Exteriores do Brasil: www.scdl.gov.br, em 15/06/07.

STEIMAN, Rebeca. **A Geografia das Cidades de Fronteira: um perfil. Fronteiras e Espaço Global**. III Colóquio Internacional de Estudos Fronteiriços Sant'Ana do Livramento / Brasil – Rivera/Uruguai. 11 a 14 de maio de 1998. Revista da Associação dos Geógrafos do Brasil AGB – Seção Porto Alegre, pp. 107-109. Orgs.: Tânia Marques Strohaecker, Anelisa Damiani, Neiva Otero Schäffer, Nely Blauth e Viviane Saad Dutra. Porto Alegre, 1998.

STEIMAN, Rebeca. **A Geografia das Cidades de Fronteira: um estudo de caso de Tabatinga (Brasil) e Letícia (Colômbia)**. Rio de Janeiro: Programa de Pós-graduação em Geografia, UFRJ, 2002. Dissertação de Mestrado.

VIANA, Hélio. **História das Fronteiras do Brasil**. Rio de Janeiro: Biblioteca Militar, Ministério da Guerra, 1948.

_____. **História Diplomática do Brasil**. São Paulo: Melhoramentos, 1958.

WERLANG, Cíntia. **A Plataforma Continental**. Revista do Instituto de Relações Internacionais – IRI. Universidade Federal de Santa Catarina Florianópolis, 20 de março de 2007. www.iribr.com . Acesso em: 28 jul. 2007.

ZUZMAN, Perla Brígida. **Tierras para el Rey. Três fronteras y la construcción colonial del Territorio del Rio de La Plata (1750 – 1790)**. Tese de doutorado apresentada ao Departamento de Geografia da Universitat Autònoma de Barcelona. Bellaterra, 2000.

Sítios Eletrônicos

- GRUPO RETIS

www.igeo.ufrj.br/gruporetis/gruporetis/modules/xccgal/thumbnails.php?album=1,
acessado em 21/07/2007.

- MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. "Fronteiras e Limites do Brasil". site
<http://www.scdl.gov.br/pcdl> acessado em 09/09/2005

- MARINHA DO BRASIL

https://www.mar.mil.br/secirm/p_in30.htm acessado em 12/12/2005

https://www.mar.mil.br/menu_v/amazonia_azul/direito_do_mar.htm acessado em
06/03/2006

https://www.mar.mil.br/menu_v/amazonia_azul/vertente_econ.htm acessado em
06/03/2006

- Mar Territorial, Zona Contígua, Zona Econômica Exclusiva e Plataforma Continental Brasileira - L-008.617-1993 in http://www.dji.com.br/leis_ordinarias/1993-008617-mtpc/mtpc_01a03.htm DJI - Índice fundamental do direito, em 28/07/2005

- KRUKOSKI, Wilson R.M. "Fronteiras e Limites do Brasil".

<http://www.info.Incc.br/wrmkkk>. Banco de dados de diversos "Limites Marítimos no Mundo" da Veridian Systems.